



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO EM HISTÓRIA**

JOÃO PEDRO PRADO MERCÊS LÁZARO

**LABIRINTOS DA BOLA:
NORMATIZAÇÃO E PRÁTICAS DO FUTEBOL EM FEIRA DE SANTANA (1942-54)**

**FEIRA DE SANTANA
2015**

JOÃO PEDRO PRADO MERCÊS LAZARO

LABIRINTOS DA BOLA:
NORMATIZAÇÃO E PRÁTICAS DO FUTEBOL EM FEIRA DE SANTANA (1942-54)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre História. Orientação: Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira.

FEIRA DE SANTANA – BA
2015

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

L46l Lázaro, João Pedro Prado Mercês
Labirintos da bola: normatização e práticas do futebol em Feira de Santana (1942-54) / João Pedro Prado Mercês Lázaro. – Feira de Santana, 2015.

141 f. :il.

Orientador: Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. História - futebol. 2. LFDT – Feira de Santana, Bahia. I. Oliveira, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 981: 799(814.22)

JOÃO PEDRO PRADO MERCÊS LÁZARO

LABIRINTOS DA BOLA:
NORMATIZAÇÃO E PRÁTICAS DO FUTEBOL EM FEIRA DE SANTANA (1942-53)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, para seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira – Orientador
UNEB – Universidade Estadual da Bahia/Campus II - Alagoinhas
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

Profa. Dra. Elciene Rizzato Azevedo
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof. Dr. Eliazar João da Silva
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

Feira de Santana, 18 de junho de 2015.

Em memória a Antônio Lázaro dos Santos, meu avô Bito, com quem, dentre outras lições, aprendi a amar mais do que a um time específico, o jogo e suas possibilidades. “Naquela mesa ta faltando ele e a saudade dele ta doendo em mim”.

Em memória a Eduardo Galeano, falecimento recente e muito sentido entre aqueles que amam esse jogo e buscam um mundo mais justo. Foi-se o homem, mas as utopias continuam no nosso horizonte, impulsionando as lutas daqueles que sonham.

AGRADECIMENTOS

Nada mais clichê do que agradecimentos. Porém, nada mais necessário e honesto que os clichês. Agradecer é uma forma de reconhecer que não estamos, vivemos e podemos produzir nenhum tipo de trabalho acadêmico sozinhos. Precisamos de companhia, acolhimento, ajuda. Como parte de um trabalho coletivo, esse texto merece muitos obrigados, às diversas pessoas participaram da minha vida nesses anos de formação acadêmica e humana. Agradeço a Clovis, mais do que um orientador um amigo, um pai. Não poderia ter melhor companhia para essa empreitada.

Rafael e Chintamani, irmãos da vida, com quem aprendo sempre, principalmente sobre História e futebol. Eu escrevi sobre o tema, mas verdadeiros especialistas são eles. Nay Fac, Diego, Carol, Yolanda e Danilo, Tiago e Aline, Andreia; “malungus”, companheiros de travessia que ajudam a aliviar as agruras. Responsáveis por dias mais leves e cheios de carinho e fraternidade, sempre regados à cerveja, boas conversas e sorrisos. Bem aventurados aqueles que podem ter amigos como esses. Moisés, Liu e Paulinho, bons e velhos camaradas.

Aos irmãos que estão longe ou distantes, contingências da vida, mas sempre presentes em sentimentos e recordações. Lázaro, André, Diego Che, Eric Negão, Huginho, Carla, Rebeca, vocês também são parte dessa construção. Agradeço ao pessoal do “escritório”, em especial Will e Henrique, amizade antiga e sólida.

Larissa, Andrei, Zaqueu, Luan, Camila, Tami. Gratidão eterna pelo respeito e solidariedade, pelas conversas sérias, mas sempre mediadas por piadas, bom humor e, quase sempre, cervas bem geladas. Não poderia esquecer dos que compõem o mestrado de história e que nesse percurso participaram na minha formação, alguns desde a graduação. Ternos agradecimentos aos professores Eurelino Coelho, Ione Celeste, Ana Maria Carvalho e Elciene Azevedo. Julival, gratidão pelo trabalho prestado e pela paciência.

Aos colegas de turma, todos eles, com quem muito aprendi. Um abraço especial: Djalma, Eneida, Aline, Iracélli, Hernandes, Izac, Felipe, Tadeu, Dulci, Michele. As mestras, responsáveis pela base de minha formação, dentro e fora da sala de aula, para as quais denoto o maior reconhecimento: Elizete da Silva, Emília Silva. Valter Guimarães, meu professor de bar, infelizmente nunca fui seu aluno na universidade. Todo meu respeito as suas posições, obrigado pelas conversas e ensinamentos.

Retornando as origens, reporto-me ao bairro no qual eu “me tornei gente”, como diriam os mais velhos. No Feira X, bairro da Feira de Santana, desde 1990 eu e minha família começamos nossas veredas nessa cidade. Nesse lugar teci amizades que se foram e perduraram, alegrias e tristezas, composições de uma vida, embora jovem, cheia de memórias. Agradeço aos irmãos da infância, Chero, Marcelo, Alan, Léo, Bruno, Marquinhos, Netinho, Léo Rabicó e Rodrigo. Leoni, in memoria, saudade. Aos caras do “baba” de sábado, todos componentes da Associação Amigos Para Sempre, reverencio cada um como parte desse percurso.

A família sem a qual não conseguiria nada. Gratidão eterna aos que estão longe, ou já se foram; minha vó Nininha e, in memória, vó Angelina, vô Antônio Guarda e vô Bitó. Meus tios e tias, primos e primas, a lista é longa, mas muito carinho compartilhado. Ao “povo de casa”, gratidão é muito pouco, todo meu respeito e amor. Sara, minha irmã, responsável pelo nascimento de Maria, sol que brilha em nossas vidas. Minha mãe e meu pai, Dona Rose e Seu Bananinha, forças em forma de gentes, exemplos de como viver no mundo lutando diariamente, sem perder esperanças de um viver mais justo e cheio de alegria.

Comecei dizendo, nada mais clichê que agradecimentos. No entanto, nada mais necessário. Termino, por sua vez, com o maior de todos os clichês, mas não menos necessário. Agradeço ao CNPQ e a Capes pelo financiamento sem o qual seria impossível essa pesquisa.

RESUMO

Esse trabalho trata de como se organizou o esporte em geral e particularmente o futebol em Feira de Santana entre os anos de 1942 a 1954. Essas datas remontam ao ano da criação da Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT) e o convite ao Fluminense de Feira de Santana, primeiro time do interior da Bahia a participar do campeonato baiano de futebol profissional. Ancorados nas interpretações de Pierre Bourdieu, analisamos o jornal *Folha do Norte* e algumas leis para o esporte, de cunho local e nacional. Identificamos que a partir desse contexto foi montado o *campo esportivo* na cidade do interior baiano, onde instituições disputavam, de forma sistematizada, sentidos sobre a forma e a função legítima do esporte em Feira. À luz das contribuições de Michel Foucault examinamos que, na tentativa de produzir sentidos para o esporte local, alguns equipamentos vendiam ideias de prática esportiva em diálogo com uma noção de progresso, ordenamento e disciplina. No entanto, buscando seguir as lições de Walter Benjamin, procuramos ler esses documentos oficiais a contrapelo. Dessa forma, tentamos identificar alguns descaminhos na efetivação desse *poder disciplinar*, conflitos e contradições dessas ações ordenadoras, quando colocadas em prática no jogo da bola em Feira.

Palavras chave: Feira de Santana, LFDT, *campo esportivo*, futebol.

ABSTRACT

This work deals with how the sport was organized in general and particularly football in Feira de Santana in the years 1942 to 1954. These dates back to the year of the creation of Feirense League Land Sports (LFDT) and the invitation to Fluminense de Feira de Santana, Bahia inside the first team to participate in the Bahia championship professional football. Anchored in Pierre Bourdieu's interpretations, we analyze the *Folha do Norte* newspaper and some laws for the sport, local and national. We found that from this context was set up the sports field in the city of Bahia's interior, where disputed institutions in a systematic way, way over form and the legitimate role of sport in Feira. In the light of Michel Foucault contributions that examine, in an attempt to produce directions for local sport, some equipment sold sports practice ideas in dialogue with a sense of progress, order and discipline. However, seeking to follow the lessons of Walter Benjamin, try reading these official documents against the grain. Thus, we try to identify the waywardness in the execution of this disciplinary power, conflicts and contradictions these actions, when put into practice in the ball game.

Keywords: Feira de Santana, LFDT, *sports field*, soccer.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CBD – Confederação Brasileira de Desportos

CND – Conselho Nacional de Desportos

FBDT – Federação Baiana de Desportos Terrestres

FTC – Feira Tênis Clube

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LFDT – Liga Feirense de Desportos Terrestres

MCS/CENEF – Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE FIGURA

- FIGURA 01 – Fotografia do jogador Cerqueira no jornal *Folha do Norte*, 25/11/1942. 103
- FIGURA 02 – Fotografia do jogador Mário Porto no jornal *Folha do Norte*, 25/11/1942. 105

SUMÁRIO

Introdução: “E a Bola rola”	13
Capítulo 1 – O nome do jogo: construção e consolidação de um campo esportivo feirense	20
1.1 – Feira de Santana e seus “frementes” anos quarenta	20
1.2 – “ Método Brasileiro ”: o Brasil e os Desportos na década de 1940	24
1.3 – Liga Feirense de Desportos Terrestres: criação do campo esportivo local	30
Capítulo 2 – Donos da Bola: Estado, <i>Folha do Norte</i> e a conformação do <i>Campo Esportivo feirense</i>	52
2.1 – Políticas de Estado e Leis para o campo esportivo em Feira de Santana	52
2.2 – <i>Folha do Norte:</i> um órgão também <i>especializado</i> em assuntos de futebol	59
Capítulo 3 – Conflitos no campo: tensões na aplicação de um <i>poder disciplinar</i> no futebol feirense	74
3.1 – <i>Foot-ball vagabundo:</i> a popularização do futebol e seus conflitos	74
3.2 – Embaixadores de progresso: propaganda de um futebol civilizado e disciplinado	81
3.3 – <i>Jogo pensado, jogo pesado:</i> aplicação e subversão de controles e regras no futebol feirense	88
3.4 – Futebol militar: por um esporte cívico	100
3.5 - Mário Porto: o modelo exemplar de jogador	104
4 - A Lei, o lugar e o jogo: árbitros e estádio de futebol, funções e contradições	110
4.1 - O solitário homem de preto e seu apito: sobre juízes e regras	110
4.2 - Estádio municipal: a edificação de um formato de futebol	122
Considerações derradeiras: Tempo extra	133
Fontes	136
Bibliografia	137

INTRODUÇÃO

“E a bola rola”

Mineirão lotado. Mais de 60 mil espectadores sentados nas suas respectivas cadeiras numeradas assistiam o selecionado brasileiro. A plateia, em sua maioria branca, chegava a produzir a desconfiança, será que é Brasil mesmo? Nas ruas, casas e botecos: festas, churrascos, cervejas. Milhões de brasileiros mobilizados para mais uma partida da seleção canarinho na tão esperada Copa do Brasil.

Era 08 de julho de 2014, semifinal da competição, o time brasileiro entrava em campo em meio a desconfianças, ampliadas pelas fracas atuações anteriores, Chile e Colômbia, e pelos desfalques de dois de seus melhores jogadores, Neymar e Tiago Silva. Rolou a bola, nem o mais pessimista brasileiro poderia imaginar o desfecho. A Alemanha, adversária da equipe nacional, jogou como quis, colocou os jogadores brasileiros “na roda” e acabou o primeiro tempo com uma sonora goleada: 5 gols à 0. Entre as conversas que não poderemos comprovar, garantia-se que o time europeu fez um pacto no vestiário – não iriam expor o selecionado brasileiro com mais gols, com mais humilhação. Se o acordo aconteceu, não sabemos, decerto é que o jogo acabou 7 a 1 para os germânicos.

Em meio às críticas da imprensa esportiva, às desculpas esfarrapadas da comissão técnica e as piadas nas redes sociais, o Brasil, e é assim mesmo que o selecionado se acostumou a ser chamado, de Brasil, representação de uma identidade nacional, não foi à final do tão esperado campeonato, em sua casa. Frustrou-se a participação e a esperança de, 64 anos depois, retornar ao Maracanã numa final de Copa do Mundo de Futebol e vingar-se do episódio conhecido por “Maracanaço”¹.

Além da derrota acachapante, acompanharia o cotidiano dos brasileiros, o que se convencionou chamar de “legado da Copa”. Desde a cerimônia que sacramentou a escolha do Brasil para sediar esse grande evento, em 2007, os discursos abordavam sobre o “legado da Copa”. O presidente da República e seus correligionários, políticos de várias ordens, falavam de melhoramentos na infraestrutura das cidades sedes, qualificação da mobilidade urbana, transporte público, saúde, aeroportos. No futebol também haveria transformações. Conduzido

¹“Maracanaço” foi a expressão atribuída a derrota sofrida pela seleção brasileira contra o Uruguai no último jogo da Copa do Mundo de 1950 ocorrida no Brasil. O evento aconteceu no recém construído e monumental estádio do Maracanã, à época maior estádio de futebol do mundo.

pelas construções das “modernas arenas” de padrão FIFA, o ludopédio brasileiro, como um toque de mágica, se organizaria. Teria no modelo europeu seu espelho, imagem e semelhança.

Na mídia impressa, televisiva, radiofônica, internet, falas do Ministro dos Esportes, do presidente da CBF, o evento era vendido como o propulsor do progresso nacional e demonstração do desenvolvimento econômico e esportivo do Brasil para o mundo. A derrota para Alemanha foi um balde de água fria na realidade daqueles que sonhavam com o título, mais do que isso, na cara de milhões de brasileiros, que constatavam no cotidiano que o tão propalado “legado da copa” resumia-se a estádios superfaturados, muitos deles, verdadeiros “elefantes brancos”.

Havia porém quem duvidasse, desde o início, das falas empoladas que tinham no desenvolvimento do país a partir da Copa do Mundo a sua espinha dorsal. Como diria Nelson Rodrigues, “só os profetas enxergam o óbvio”². Um desses poucos, Lúcio de Castro, jornalista e historiador, desconfiava da conversa de progresso por detrás dos “Grandes Eventos”, e lotava seu blog de publicações questionando o caráter desse desenvolvimentismo tão propagandeado. A quem servia essa concepção de moderno que se propagava nas mídias hegemônicas? Uma questão muito recorrente. Para quem acompanhou as publicações de Lucio de Castro, desde 2012, percebeu que a tragédia do Mineirão, o eterno 7 a 1, foi apenas a cereja do bolo de uma festa VIP, que assim como as novas arenas, selecionava bem quem poderia participar.

Através das crônicas do analista esportivo, críticas ao modelo de progresso premiado pelos organizadores da Copa do Mundo, que nas suas palavras retomava mais uma vez o projeto histórico de “higienização” da sociedade brasileira, tornando o futebol um de seus alvos. Ancorado na história propôs-se interpretar tal contexto:

Será que é possível pensar o que está sendo feito nos estádios para a Copa de 2014 sem entender e refletir um pouco a história desse país? Será que é possível pensar nas “modernas arenas”, belíssimas, cujas maquetes inundam nossos meios de comunicação, sem buscar lá atrás a lembrança da ausência de projeto de inclusão aos filhos de preto forro, que reinventaram também o modo de ver o jogo nas gerais e arquibancadas da vida?³

As questões do jornalista/historiador propunham pensar como processos de exclusão, ordenamento e controle, historicamente fizeram parte da dinâmica social do Brasil, com

²RODRIGUES, Nelson. Organização: Sonia Rodrigues. *Brasil em campo*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012, p. 15.

³Blog do jornalista Lúcio de Castro. O fim da escravidão no Brasil e as arenas 2014. Disponível em: http://espn.uol.com.br/post/193809_o-fim-da-escravidao-no-brasil-e-as-arenas-de-2014. Acessado em: 25/04/2015.

diversas facetas e agora tomava o futebol, um espaço, refletido pelo autor, inúmeras vezes de resistência popular. As análises de Lúcio de Castro nos são caras nesse momento. Não necessariamente a partir das mesmas questões, nem tão pouco do mesmo período, mas em função de sua sensibilidade em pensar o esporte como parte integrante de algo mais complexo, um jogo de disputas que ultrapassam as quatro linhas. Ou, como propõe Hilário Franco Junior, “metáfora de cada um dos planos essenciais do viver humano nas condições históricas e existenciais das últimas décadas”.

Na fala do “especialista”⁴, o futebol deixava de ser visto como apenas um jogo no qual 22 pessoas correm instintivamente atrás de uma bola, e passava a ser entendido como componente das relações sociais brasileiras, elemento do processo de organização da cultura nacional. E não por acaso, através dele, discursos de ordem, progresso eram efetuados. A partir dessas bases que pensamos o esporte em geral, e o jogo da bola em particular.

Através da lente das relações sociais, este trabalho pretende contribuir para os estudos sobre o esporte no Brasil e em Feira de Santana.⁵ Recortamos a década de 1940. Nela percebemos um movimento de transformações na dinâmica esportiva no plano nacional, sobretudo, relacionadas às políticas do Estado brasileiro, através da criação do Conselho Nacional de Desportos (CND)⁶. Ao entrarmos em contato com registros da história da cidade baiana, descobrimos que, no mesmo contexto, foi criada a Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT). Diante dessa conjuntura, local e nacional, uma questão de cunho geral norteou esse trabalho: como se desenvolveu a organização e a prática do esporte, em geral, e do futebol, em particular, em terra feirense a partir de 1942, marco da criação da Liga local?

Ampliando o foco, notamos que nesse período as relações políticas, sociais na cidade também se transformavam. Crescimento populacional, políticas urbanizadoras. Feira tornava-se nesses tempos a principal economia do interior baiano. Através das premissas de Rafael Lins, o empreendimento capitalista liberal tomava cada vez mais as relações sociais e políticas da urbe sertaneja e alterava o cotidiano da cidade. Complexificavam-se as disputas políticas, as formas de dominação de classe na Feira.⁷

⁴ Luiz Henrique de Toledo define, a partir da dinâmica do *campo esportivo* nacional, os jornalistas como especialistas do jogo. Sobre isso ver: TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo. 2000. p. 173.

⁵ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (Organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.

⁷ LINS, Rafael Q. A. *A cidade ferve e o bicho espreita: dominantes e a política em Feira de Santana*. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana (BA), 2014.

Ao nos voltarmos sobre o tema dos esportes, interpretamos que um processo de criação e estruturação de um *campo esportivo* local se desenvolveu nesse mesmo contexto, muitas vezes calcado no discurso do desenvolvimento e do progresso, pilares fundamentais também nas falas dos sujeitos quando tratavam de relações econômicas e políticas. Por outro lado, identificamos, assim como analisou Pierre Bourdieu, que

A história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica.⁸

Foi nesse duplo que procuramos construir esse trabalho. Identificamos as transformações a respeito das práticas esportivas em Feira de Santana, dialogadas com um contexto mais amplo de mudanças nas relações sociais, culturais e econômicas da cidade. Pensamos, por outro lado, as questões do próprio esporte, já que tomamos como marco temporal para nossa análise a criação da LFDT, momento em que houve alterações na dinâmica esportiva feirense, bem como na forma de organizar essas atividades, em geral, e principalmente o futebol.

A partir da criação da entidade desportiva percebemos que, de forma sistematizada e contínua, foi instituído um “lugar de lutas que, entre outras coisas, disputavam o monopólio da imposição da função legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva” no qual, se disputava também, “a definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo.”⁹ A conformação própria do que Pierre Bourdieu denominou de *Campo Esportivo*.

Ao identificarmos essas transformações nos atemos, num primeiro momento, em questões a respeito de quando, como, através de quais equipamentos, foi instaurado o *campo esportivo* feirense. Analisamos como equipamentos produtores de discursos foram fundados e/ou atuavam na cidade, cujas intenções eram atribuir a si mesmos o poder de legitimidade para conferir e ditar leis sobre o esporte em Feira de Santana, e com isso, defender uma concepção específica da prática do jogo. Fundamentados pelas contribuições do teórico francês Michel Foucault, procuramos questionar como essa concepção de jogo dialogava com a implementação de um poder disciplinar e de um ordenamento sobre corpos, espaços.¹⁰

No entanto, como bem definiu Bourdieu, o *campo* é um “lugar de lutas”, e como tal ele se configura. Analisar somente a construção dos discursos dos dominantes seria pensar

⁸ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983, p 183.

⁹ *Ibid.*, p 189.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

apenas uma face da história. No entanto, a intenção foi também refletir os descaminhos, os percalços, contendas e disputas. Se por um lado existiu a construção de mecanismos de dominação através dos sentidos produzidos pelas instituições “legais”, cujas intenções perpassavam o ordenamento da prática do jogo num padrão previsto pelas próprias agências, suas leis e seus valores. Algumas vezes, na contramão desses discursos, ações na própria prática do jogo eram questionadas. Usando o jargão do futebol, “driblavam” a ordem, atribuíam ao jogo outros sentidos que não os propalados pelos regulamentos e matérias jornalísticas. Conferiam aos seus corpos outras práticas que, mesmo não intencionalmente, confrontavam os princípios desses maquinismos e suas leis.

Para perceber essas veredas do processo histórico, esses embates, cursamos pelas multifacetadas fontes e seus diversos sentidos. Uma em especial saltará aos olhos daqueles que entrarem em contato com esse trabalho, o periódico *Folha do Norte*. Ao protagonismo do periódico na nossa análise pode ser justificada pelo fato do jornal ser um dos principais espaços de produção de sentidos para a realidade feirense naqueles tempos, principalmente em relação ao tema de esporte. O periódico, dentre as fontes que tivemos acesso, se apresentou como espaço que mais apresentava informações sobre o tema.

Outros documentos, no entanto, subsidiaram nossa pesquisa: *projetos de leis municipais, atas das câmaras de vereadores; Decreto nº 9.267 – de abril de 1942 – Regimento do Conselho Nacional de Desportos; Código de Posturas de Feira de Santana de 1937. O Dicionário Personativo, Histórico, Geográfico e Institucional de Feira de Santana.*

Diante dos documentos o papel do historiador é produzir história, como alertou Michel de Certeau.¹¹ Para tanto se fez necessário pensar o texto além das letras no papel e analisá-las no domínio do experimentado. Se a autoridade da escrita ainda hoje e no curso da história dos homens se fez restrita, pretende sufocar as vozes dissonantes, a lição de Benjamin em sua VII tese sobre história nos parece útil e grata: “Escovar a história a contrapelo”¹². Ler essas fontes oficiais em sua contramão, em seus silenciamentos, em suas tensões, esse pode ser um caminho. Esse foi um dos percursos metodológicos em que tentamos caminhar.

A dissertação foi organizada em quatro momentos. O primeiro capítulo ocupou-se em apresentar, em planos gerais, a criação da Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT) e através dela do que entendemos como a organização de um Campo Esportivo em Feira de Santana. Como chamamos atenção à cidade, a partir da década de 1940, passava por

¹¹ CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

¹² BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito da história*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

transformações de cunho econômico, social. No mesmo contexto políticas nacionais de organização e controle sobre as práticas esportivas eram pensadas pelo Estado Nacional através da criação do Conselho Nacional de Desportos (CND). No bojo dessas transformações fora criada a LFDT enquanto mecanismo responsável pela organização dos esportes feirenses. O que foi a LFDT? Como foi criada? Que contextos estava inserida? Porque entende-la como o ponto chave para a organização de um *Campo Esportivo*? Foram essas questões, em grande medida, que nortearam esse fragmento do trabalho.

Ao nos voltarmos sobre a pesquisa da LFDT percebemos que as perspectivas ideológicas desse empreendimento estavam em diálogo com outros mecanismos de poder que compunham a sociedade feirense. Dois mecanismos nos chamaram atenção: um primeiro dizia respeito ao Estado local, (Câmara de Vereadores e executivo municipal), que dialogava com uma lógica nacional na qual o esporte, em geral, e o futebol, em particular, deveriam ser responsabilidades também dos poderes públicos, em função de ser o desenvolvimento do esporte e de seus esportistas, bem como os empreendimentos associados ao esporte, (estádios, competições), metáforas de um país que rumava ao progresso.

O segundo equipamento materializou-se no jornal *Folha do Norte*, na grande maioria das vezes, fiel companheiro da LFDT. Mídia propagadora e fiscalizadora cotidiana de um modelo de cultura física, de moral para o jogo. Disseminador das leis e regulamentos e juiz criterioso das ações entendidas como destoantes. Examinamos, portanto, como, associados à LFDT, esses “maquinismos” compunham o *Campo Esportivo* feirense, e, através de seus discursos, documentos oficiais, produziam sentidos muito próximos para o que deveria ser a prática esportiva local.

Por outro lado uma questão se fazia prioritária: como esses discursos eram apropriados quando confrontados com a dinâmica cotidiana do campo? Teriam disputas ou eram assimiladas sem quaisquer tensões? Como entendemos que não há história sem contendas, assim como o próprio Pierre Bourdieu analisou que é o *Campo esportivo* um “lugar de lutas”, fomos à procura delas nos dois últimos capítulos.

No terceiro capítulo buscamos identificar como, desde antes da criação da LFDT, aspectos do futebol eram já disputados, formas e lugares da prática do jogo. Associado a isso procuramos entender como a partir de 1942 a LFDT promovia os eventos esportivos que aconteciam na cidade e fora dela e como eles aconteciam, como se dava a tentativa de implementação da disciplina e do ordenamento no jogo da bola propriamente dito, bem como na formação de um modelo de jogador. Analisar na prática efetiva do esporte a relação entre

progresso, ordem e as fissuras provenientes da ação dos sujeitos que intencionalmente ou não assumiam posturas diferentes daquelas previstas pelas leis.

Nesse mesmo caminho segue o quarto momento. Investigamos o papel de dois instrumentos defendidos no jornal *Folha do Norte*, como exemplos de progresso, ordem e disciplina: árbitros de futebol e estádio municipal. A partir daí buscamos entender como na prática, os juízes, aqueles que por princípio deveriam disciplinar e controlar jogos e jogadores eram criticados pelo veículo de comunicação em função de suas más atuações no que dizia respeito à disciplina e autoridade. Além disso, como estratégias, por parte dos organismos do *campo esportivo*, eram elaborados para que esse comando fosse instituído e efetivado. Sobre a construção do Estádio Municipal seguimos no mesmo caminho das análises sobre a arbitragem. Miramos os discursos de ordem e progresso da cidade e do esporte feirense atrelados a edificação desse monumento, e como sua construção, na prática, no cotidiano do jogo da bola, não expressou efetivamente o controle pretendido.

1 - O nome do jogo: construção e consolidação de um campo esportivo feirense

1.1 - Feira de Santana e seus “frementes” anos quarenta

A década de 1940 tomava o mundo com intensidade. Segunda Guerra em momentos decisivos, trabalhadores agitavam as ruas do Brasil, mesmo com o Estado e seu aparato no enalço, crise do Governo Vargas e em outubro de 1945, mais golpe de Estado. A partir dela Feira de Santana viu o tempo se transformar, alterações sobre a paisagem e principalmente sobre o cotidiano dos sujeitos. Os mais diferentes aspectos da vida sentiam as mudanças dessa década que instituiu “maquinismos nas cenografias móveis”¹³ dessa cidade que, na visão de alguns, caminhava rumo ao progresso, modernizava-se. De outros, se descaracterizava, perdia qualidades que a fazia distinta.¹⁴

Obedecendo aos interesses de um certo progresso a urbe se ampliava. As estradas faziam da cidade passagem, morada, lar. Em 1941 iniciaram as obras da Rio-Bahia, rebatizada de BR-116 pela ditadura militar. Em menos de dez anos o Rio de Janeiro estaria conectado a Feira de Santana. Também a Bahia-Feira, atual BR-324, teve nesses tempos o início de sua construção. Com as capitais era a conexão. Por linhas de concreto, piche e asfalto Feira ligava-se com cidades maiores, menores, consolidava-se como “um importante ponto de circulação de pessoas e mercadorias”.¹⁵

A população que cresceria em quantidade ainda mais destacada nas décadas de 1950 e 1960, começava a aumentar seus índices desde a década de 1940. Uma das causas dessa crescente populacional eram as estradas, que começavam a configurar a cidade como um lugar de trânsito por excelência. Feira de Santana em 1940 já possuía 83.268 pessoas, segundo Rossini Cruz era a quinta maior população do Estado.¹⁶

Sobre comércio, atividade que hoje identifica a economia do município, Ana Maria Oliveira apresentou que, em fins da década de 1940, “a atividade comercial feirense se

¹³ Expressão utilizada por Sevckenko em análise das mudanças no cotidiano da São Paulo dos anos 1920. Por algumas similitudes com o processo paulistano, tomamos essa noção como metáfora para as transformações da Feira dos anos 1940. Em SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p 89.

¹⁴ Sobre as disputas e apagamentos de memórias rurais em detrimento de um ideal de urbanidade em Feira de Santana ver: OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2011.

¹⁵ LINS, Rafael Quintela Alves. *A cidade ferve e o bicho espreita: dominantes e a política em Feira de Santana*. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana (BA), 2014. p 21-3.

¹⁶ CRUZ, Rossini. da. *A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional*. São Paulo: Unicamp (Tese de Doutorado), 1999. p 208

mostrava dinâmica, com empreendedores em vários ramos”. A historiadora chamou atenção para a quantidade de casas comerciais, bem como o número de empregados: “689 casas de negócios com quase 2000 pessoas”, o que produzia, ainda segundo a autora, “aproximadamente um quarto da riqueza local”.¹⁷

Década em que os Currais Modelo foram inaugurados. Em 1942 edificava-se o símbolo que, para Clovis Ramaiana Oliveira, expressava o apagamento de relações marcadas pelos “intercâmbios artesanais”, e marcava a “industrialização de diversas atividades na cena urbana.” Instrumento responsável pela suplantação de memórias. Em forma de grande monumento, os Currais, fincavam sobre a urbe a repetição, a técnica.¹⁸

Segundo Rafael Lins, em interpretação próxima:

A construção dos Currais Modelo representou uma grande vitória para classe dominante, era a materialização de um interesse particular caro à fração ocupada com a criação de gado. O projeto visava industrializar, incrementar a produção do boi, padronizar o manejo, fenômeno que dispensaria trabalhadores especializados, destruindo seu poder barganha, já que os tornariam obsoletos em meio à automatização (...) Para os comerciantes urbanos os Currais atendiam os anseios de embelezamento do centro da cidade. Com ele aumentava-se o controle sobre vaqueiros e boiadas, mais especificamente sobre o trânsito desses elementos nos arredores das avenidas do comércio.¹⁹

Na industrialização da urbe, a qual se refere Clovis Oliveira com a criação dos Currais Modelo, estava o germe daquela que se tornaria, já no início dos anos 1960 a segunda cidade em número de estabelecimentos industriais da Bahia.²⁰ Essas transformações industrializantes da cidade materializaram-se, ainda na década de 1960, na construção do Centro Industrial do Subaé (CIS) e no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.²¹

Para os auspícios dos arquitetos do progresso, a rua deveria esvaziar-se de tendas, de feiras. Carros de boi e animais – que disputavam os lugares do agora centro urbano com automóveis – deveriam ser extintos. Ruas geométricas, cada vez mais retas encurtariam as distâncias, definiriam caminhos que deveriam ser feitos, disciplinariam trajetos. Ao tempo,

¹⁷ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife, PE, 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia Ciências Humanas, Recife, 2008. P.53.

¹⁸ OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2011. P.148.

¹⁹ LINS, Rafael Quintela Alves. *A cidade ferve e o bicho espreita: dominantes e a política em Feira de Santana*. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana (BA), 2014. P. 28.

²⁰ FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influencia da industrialização 1970 - 1996*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. 1998.

²¹ CORREA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011. P. 66.

destinava-se a racionalização da produção e da repetição das indústrias. A velocidade cortava a cidade do interior do sertão em formatos variados. A cultura se modificava. Àquela do trabalho rural era perseguida, nas avenidas não cabiam mais lavadeiras e seus cânticos, fateiras e suas roupas ensopadas de entranhas e de sangue, ambulantes dos mais diversos tipos, sujos e barulhentos a gritar por freguesia. O trabalho que antes era embalado aos sons de cações e conversas, deveria ser ao máximo silencioso para aperfeiçoar a produção.²²

Os médicos, experientes idealizadores do “progresso”, – desde o fim da escravidão agiam no Brasil – poderiam ficar de fora desse projeto? Como suas teses e práticas de higienizar, vontade de limpar ruas e becos da “sujeira” do trabalho manual, das vendas de folhas e beberagens – deixariam de contribuir a construção do moderno? Em 1945 a seção feirense da Associação Baiana de Medicina foi organizada.

Muito menos ficavam de fora as diversões. Ganhavam formas e cores de um progresso em palcos, telas e plateia. O cinema trazia consigo a civilidade dos desenvolvidos. A fantasia de um mundo cheio de luz e som, a velocidade dos “frames”, anunciavam a “sétima arte”. E os sujeitos “de bem” iam a matinê com suas filhas e esposas. A inauguração do Cine-Teatro Iris tomava as páginas do jornal *Folha do Norte*. Em 1946 foi inaugurado como símbolo do “progresso ininterrupto” e do “desenvolvimento crescente” pelo qual passava a cidade.²³ Luzes, câmeras e... Lembremos do escritor português que escreveu: o excesso de luz também pode cegar.²⁴

A velocidade atravessava a urbe também em ondas radiofônicas. Em 1947 a primeira emissora de rádio feirense, Sociedade, falou aos cidadãos. Três anos depois a Rádio Cultura seria implantada, segunda estação da cidade. Na mesma proporção a velocidade tomava as ruas da urbe, montes de metais se movimentavam sobre rodas, automóveis simbolizavam as mais modernas máquinas. Três “marinetes” encurtavam distâncias em 1951, era o primeiro serviço de transporte público feirense.²⁵

²² Basta Observar jornais e principalmente Código de Posturas de Feira de Santana – 1937, que teremos um panorama de quanto um ideal de “progresso” afetava o trabalho rural como forma de estar e viver na cidade. As normas as quais o código se refere, muitas delas preveem imprimir sobre o trabalho rural, artesanal, regras, ou a pura e simples extinção.

²³ Folha do Norte de 30/03/1946, número 1916, p.1. MCS/CENEF. Sobre atividades lúdicas e a construção de um processo de civilidade em feira de Santana ver: SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. *Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

²⁴ SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁵ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife, PE, 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia Ciências Humanas, Recife, 2008. P 105.

A inauguração do novo prédio do Feira Tênis Clube em 1944 ampliava o quadro de lugares de “diversões exclusivas” na cidade. Assim como o cine-teatro, o clube instituía próximo ao centro da Feira de Santana sua “sede social”, cujo objetivo “união e estreitamento entre seus associados”. Fundava-se na urbe em edificação, segundo Clovis Oliveira, um espaço “pedagogicamente cidadão”, cuja função seria educar, a partir da visão de um grupo “relativamente seletivo”, novas formas de lazer urbano.²⁶

Não por acaso os esportes aparecem como parte integrante nessa pedagogia do urbano. Arelado as práticas desportivas, o estatuto do Feira Tênis Clube definiu enquanto finalidade do grêmio: “promover e estimular “exercícios atléticos e desportos amadoristas”.²⁷ Tal perspectiva de estímulos à prática esportiva, acompanhou a interpretação, muito em voga no período, onde, aos esportes, conferiam o papel de dinamizadores do homem. Os Dínamos: corpos máquina, que quanto mais aperfeiçoados, regulados, coordenados, mais efetivos seu desempenho e mais concentrada sua energia potencial.²⁸ A aceleração cotidiana tomava corpos e mentes daqueles que experimentavam as mudanças, estranhezas e apropriações dessas novidades eram observadas.

Diante dessas transformações, novas dinâmicas que tomavam de assalto os diversos aspectos da vida em Feira de Santana a partir da década de 1940, miramos a pesquisa das atividades esportivas em geral, priorizando o futebol, à época já bastante popular no Brasil, Em consonância com essas mudanças o esporte em sua totalidade e, particularmente o esporte bretão, se alterava em terras baianas. A criação da Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT) em 1942, como expressão da institucionalização, nos dizeres de Pierre Bourdieu, de um *campo esportivo*, produzia um espaço específico e detentor de poder para interferir e propor “verdades” para os assuntos esportivos feirense.

Analizamos a criação do *campo esportivo feirense* para responder uma necessidade, entender como ele foi formado enquanto um constructo constituído “de práticas específicas que é dotado de suas lutas próprias, suas regras próprias, e onde se engendra e se investe toda uma cultura ou uma competência específica”.²⁹ Examinamos a criação da LFDT – a partir de

²⁶ Sobre “Diversões exclusivas” e suas implicações no cotidiano de Feira de Santana ver: OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2011. P. 113-19.

²⁷ Estatuto do Feira Tênis Clube, aprovado em assembléia realizada no edifício da Sociedade Montepio do Artistas Feirenses em 08/12/1944. Livro de atas número 1, fls. 4 e 5. Arquivo do Feira Tênis Clube. In OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2011. p 117.

²⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p 45.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983. p. 181.

que disputas, em qual contexto, como se organizou – para entender as regras instituidoras da demanda esportiva na cidade, a exemplo: como um calendário esportivo fora implementado, fosse com jogos amistosos, com o campeonato promovido pela liga; bem como, a constituição de agências e agentes que viviam diretamente ou indiretamente preocupados com os assuntos do esporte feirense.

Ademais, investigar como essas agências procuravam investir sobre elas próprias e construir perante a sociedade uma visão na qual eram os detentores de um *capital cultural*. Autoridades capazes de legislar sobre o esporte feirense. Definir quem, como, quando e onde deveria ser praticado o futebol local.

Ao voltarmos-nos para a dinâmica específica do esporte na cidade de Feira de Santana não negligenciamos as dinâmicas maiores da sociedade brasileira. Entendemos que, se por um lado o esporte feirense apresentava suas dinâmicas próprias, com disputas, conflitos específicos, por outro não estava alheia às interferências e influências do campo esportivo nacional que nesse momento também se transformava, ganhava complexidade junto com o próprio Estado e suas instituições, através da criação de agências, departamentos, voltados especificamente para esse tema.

Nesse sentido a busca pela conexão entre o local e o nacional. Voltarmos para o diálogo entre as relações macro e micro sociais, proximidades e diferenças entre os projetos circunscritos no espaço de Feira de Santana e aqueles em curso no Brasil, nos fornece instrumentos para entendermos a prática do esporte de forma mais ampla, visto que, não só na cidade baiana se desenvolveram práticas e políticas esportivas. Dessa forma, as demandas localizadas, sempre que possível, devem ser dialogadas com as formas de ver e fazer esporte que partiam de entidades especializadas do governo federal brasileiro, cujas intenções buscavam interferir na organização desportiva em todo território nacional. Haja vista que desde 1937, com início do Estado Novo, o governo dirigido por Getúlio Vargas tomou para si a responsabilidade de organizar e burocratizar os esportes em parâmetros nacionais.

1.2 - “Método Brasileiro”: o Brasil e os Desportos na década de 1940

A cidade crescia sob a vigilância atenta daqueles que efetivaram o Código de Posturas de 1937, alicerce jurídico das transformações que já aconteciam e que viriam a acontecer. Era o Estado Novo, a Nação deveria ser feita pelo progresso de todos seus territórios. Na constituição Federal ficou o Estado Nacional responsável por todos os aspectos da vida,

promotor do desenvolvimento do país e de atuação clara a sobre o mundo do trabalho. Em Feira de Santana cabia ao interventor municipal, definido pelos pares do poder federal, decidir padrões de organização para os espaços da urbe, sobretudo, para os trabalhadores que transitavam e viviam a rua. O novo código local seguia na toada da Carta Nacional. Os caminhos do “progresso nacional” deviam ser seguidos peremptoriamente por suas municipalidades, assegurando um país hierarquizado e com o centro como referência. Nas palavras de Hilário Franco Junior:

A consolidação do regime autoritário realizou-se por meio de intensa propaganda, que procurava garantir o apoio das massas ao presidente e a difusão da ideologia trabalhista de conciliação das classes e de valorização da ordem, da disciplina e do nacionalismo.³⁰

Também pelo corpo, ou melhor, pela disciplinarização dos corpos caminhou esse projeto. Desde o início do século XX desenvolvia-se a Educação Física e os Desportos, ressaltando seu caráter eugênico, enquanto política nacional e centralizada por um Estado que pretendia desenvolvê-la em todo território brasileiro, processo intensificado na década de 1930. A partir do golpe de 1937 as políticas sobre as atividades físicas e os desportos assumiram cores ainda mais fortes, como parte de um projeto eugenista e cívico.

A exacerbação do conteúdo nacionalista do governo necessitava de um “Homem” que materializasse o que, nos discursos governistas, aparecia como o típico “cidadão brasileiro”. Gestar um padrão de homem, portanto passava diretamente pela Educação Física, enquanto ciência e disciplina escolar, e pelos esportes. Segundo Maurício Parada, o pensamento que fizera do desporto ponto nevrálgico das ações do Estado Novo nascia de posições que desde o início do século XX tomava corpo entre intelectuais dos mais variados campos: militares, médicos higienistas e pedagogos uniam-se numa corrente interpretativa na qual,

A prática desportiva como lazer inócuo para as massas ou como fontes de ganho materiais seria condenada pelos intelectuais das escolas, dos hospitais e das casernas. Para eles, o esporte e o aprimoramento físico deveriam estar relacionados a ideais muito mais elevados: seja a melhoria do tipo racial, seja a identificação do sentimento cívico de dedicação a comunidade nacional.³¹

A responsabilidade recaía sobre a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde (MES), organismo criado em janeiro de 1937 e “subordinado ao

³⁰ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: Futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 80.

³¹ PARADA, Maurício. *Corpos Físicos como Corpos Cívicos: Práticas Desportivas e Educação física no Brasil sob o Estado Novo*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006. P. 156.

Departamento Nacional de Educação”. A questão da “saúde física” tornava-se pauta do Estado, que criava ministérios, equipamentos, órgãos, escolas, universidades. Pedagogia era a palavra chave. Ensinar referenciais de consciência cívica e limpar a “raça”, os objetivos.

Para Maurício Parada essas intenções, aparentemente próximas, resguardavam certa distância: o primeiro dialogava com a abordagem Militar da qual “tratava o tema do esporte e da Educação Física como parte do processo de preparação do soldado para guerra”. O segundo tinha nos Médicos higienistas e pedagogos escolanovistas seus idealizadores que, “entusiasmados com a capacidade civilizadora da prática escolar, encontraram na reflexão sobre a Educação Física um ponto comum nos seus projetos de regeneração da ‘raça’”.³² A divergência das leituras da disciplina entre os campos, Exército de um lado e médicos e pedagogos de outro, refletia-se na própria organização burocrática do Estado e seus aparelhos. Se por um lado o Ministério da Educação e Saúde era responsável pela disciplina de Educação Física, obrigatória desde 1937, ministrada nas escolas básicas e universidades, o Ministério da Guerra era o responsável pela Educação Física voltada aos estabelecimentos militares.

No entanto não devemos cair no dualismo polarizado ao pensarmos a divisão burocrática do Estado a respeito dos esportes e suas funções. Devemos, no entanto, analisar essa compartimentação com certo cuidado visto que, eram recorrentes as trocas de experiências entre os intelectuais das duas áreas, ou seja, oficiais do exército participando da prática esportiva em escolas, bem como intelectuais da pedagogia esportiva participando de atividades das forças armadas. Assim, ressaltar as diferenças interpretativas entre eles não significava colocar essas áreas em campos diametralmente opostos, mas em posições divergentes que, em alguns momentos, comunicavam-se, intercambiavam práticas e métodos³³.

Segundo Parada, as diferentes concepções das forças armadas e educadores físicos a respeito da função da prática esportiva dificultou por um tempo a elaboração do que seria intitulado de “método brasileiro” da Educação Física. Em minuciosa análise o historiador carioca identifica como se deu a solidificação da disciplina de Educação Física civil como ciência formuladora de teorias físicas no Brasil, a crescente formação de profissionais dessa área do conhecimento e consolidação da Divisão de Educação Física (DEF) como “órgão doutrinário”, fiscalizador de “normas corretas de ensinar educação física”, em detrimento da pequena quantidade de técnicos formados pelas forças armadas e suas instituições³⁴.

³² Ibid., p.156-57.

³³ Ibid., p. 162.

³⁴ Ibid., p. 169.

Parada interpretou essa conformação como fundamental para a formulação e concretização do que os intelectuais da DEF, mais um departamento burocrático do Estado, denominaram de “método brasileiro”. Consistia em uma formulação teórica genuinamente brasileira na qual, “A função social da educação física e a dimensão psicológica deveriam ser mais enfatizadas em um método que se adaptasse as condições sociológicas, históricas e ‘raciais’ do Brasil”. Através desse projeto DEF e Estado nacional apresentava uma concepção do papel da Educação Física nacional, cujo objetivo deveria ser comungar o Cívico e o Físico ³⁵.

A educação física nacional seria, por um lado, “integral”, porque se propunha a atuar sobre o corpo, o intelecto e os valores morais, Por outro lado, seria “integradora, pois levaria o indivíduo a encontrar seu lugar na sociedade, evitando que criassem “desajustados” para o mundo do trabalho e para a comunidade política nacional ³⁶.

Por um lado o Estado estava atento e disposto a incentivar a Educação Física na escola enquanto disciplina atrelada a Educação Moral e Cívica, “alicerce da formação moral e intelectual do jovem, e, portanto a garantia de um futuro melhor para a nação”. ³⁷ Por outro lado, o desporto em geral e o futebol em particular, à época já inserido entre as classes populares no país, era visto pelos intelectuais das atividades físicas como ações lúdicas, ou apenas competitivas, além de que, no caso do futebol, a maioria dos clubes tinham origem e, ainda naqueles tempos, ligações com o estrangeiro, o que caracterizava uma “ausência da mentalidade nacionalista no esporte”. Todos esses fatores conflitavam com as concepções disseminadas pelas teorias da Educação Física.

Para ser útil ao país, o esporte de massas deveria estar sujeito a uma “atuação direta dos governos”. Só assim, esporte e educação física,

a serviço do bem público apresentariam, um novo horizonte para a educação das massas, permitindo o desprendimento individual e fortalecendo o sentido de cooperação em benefício de uma causa comum. Nessa concepção, a organização da prática desportiva se confundiria com a vida associativa da nação e seria necessariamente política. ³⁸

Forjava-se, nas palavras dos próprios intelectuais das atividades físicas, o “método brasileiro”, capaz de comungar “uma determinada identidade de necessidades e interesses manifestados na unidade de tradições, aspirações e sentimentos”, já existentes entre os brasileiros, que os faziam diferentes, específicos e únicos. Nesse contexto, para além dos

³⁵ Ibid., p. 167.

³⁶ Ibid., p. 168.

³⁷ Ibid., p. 165.

³⁸ Ibid., p. 170.

aspectos pedagógicos, clínicos e cívicos, elementos da cultura passavam a ser prioridade. Arelados a eles eram inventadas tradições, vínculos nacionais, identidade brasileira.

A materialização dessa política no Estado Nacional se deu com a criação de diferentes aparelhos, distintos, mas, interligados. Em 1º de julho de 1938 o decreto lei nº 526, criou o Conselho Nacional de Cultura, vinculada ao Ministério da Saúde e Educação. Pouco mais de um ano depois, em dezembro de 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Não por acaso assumiu o papel de diretor do órgão recém criado Lourival Fontes, ex-diretor do Departamento Nacional de Educação Physica e ex-Chefe de Delegação da Seleção Brasileira de Futebol. A sua escolha deixava clara o papel do futebol e dos desportos para a política do novo regime.³⁹

Arelado ao Conselho de Cultura, cuja função era “tanto ‘a propaganda e a campanha em favor das causas humanitárias’ quanto ‘a educação física (ginástica e esporte)”⁴⁰, foi estruturado, também respondendo as políticas nacionais para o esporte, o Conselho Nacional de Desportos (CND), cujo objetivo seria uma política de maior “controle” do Estado sobre o futebol e os esportes em geral.

Nas palavras de Hilário Franco Junior, o CND, “na mesma lógica que orientava as medidas corporativistas do Estado Novo, subordinava a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e as federações regionais e tinha poder de fiscalização, normatização e organização de todas as modalidades esportivas do país.”⁴¹ A hierarquização é perceptível na organização do Conselho Nacional de Desportos, em que instâncias municipais, deveriam se reportar a instituições estaduais que, por sua vez, tinham no CND seu órgão superior.⁴²

A marca dessas ações do Estado era a tentativa de controle. Dirimir tensões, enquadrar em regras. Colocar sobre os “preocupados” olhos da máquina estatal o esporte, manifestação que mobilizava populações, que mexia com paixões, aflorava sentimentos, provocadora de brigas, ódios, amores. Mais do que reger o esporte, essas instituições objetivavam controlar pessoas em toda nação.

Não por acaso, relacionado com esse processo de burocratização estatal, no âmbito nacional, e de ampliação do contingente populacional e urbanização, em escala local que, em

³⁹ COSTA, Maurício da Silva Drumond. *Os Gramados do Catete: Futebol e Política na Era Vargas*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006. P. 111.

⁴⁰ Ibid, p.124.

⁴¹ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 81.

⁴² Decreto-Lei nº 3119, de 14 de abril de 1941. Lei de criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de13199.htm (Acessado as 16/07/2014)

Feira de Santana, fora criado A Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT). O órgão, a partir das ações da Liga, referendada no texto do decreto lei nº 3199, de 14 de abril de 1941, deveria ser uma “entidade de direção dos desportos, na órbita municipal”.⁴³

Desde a década de 1920 o futebol já apresentava destaque no cenário nacional. Na década de 1930 sua popularização tornava-se cada vez mais evidente, sua manifestação enquanto componente da nacionalidade brasileira já vinha sendo trabalhada pelo Estado e seus equipamentos de propaganda, bem como pela mídia do Rio de Janeiro capital brasileira no período, desde a Copa do Mundo de 1938.⁴⁴

A criação do CND não estaria alheia a esse fenômeno esportivo que tomava as classes populares brasileiras, pelo contrário, como analisou Maurício da Costa, a lei de sua fundação definia o futebol como “desporto básico e essencial da Confederação Brasileira de Desportos”. Definir o esporte nesses marcos significava tanto reconhecer o seu espaço na vida do povo brasileiro naquele momento, bem como definir uma atenção específica, com políticas exclusivas para sua execução, controle, vigilância e organização.⁴⁵

Quatro anos depois da criação do CND acabaria a ditadura, as contradições do regime político nacional se apresentariam cada vez mais latentes e as eleições realizadas em Dezembro pareciam expressar novos tempos para a vida política brasileira. No entanto, o CND, criado no período de exceção, enquanto departamento fiscalizador do esporte continuaria regendo as dinâmicas esportivas no âmbito nacional. As instituições desportivas em todo território nacional permaneceriam subordinados a hierarquização e a burocratização criadas desde 1941.⁴⁶

Em Feira de Santana, se pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) materializou-se o “Departamento”, parafraseando Rafael Lins, “tentáculo do ‘Estado Novo’”⁴⁷, também através do esporte o fez no interior da Bahia. Mais do que puramente a criação de uma entidade, a implementação da LFDT no bojo do “Estado Novo” e sua burocratização representou um ponto fundamental na instituição de um *campo esportivo* feirense vinculado

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo!:* construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo, SP: Annablume, 2008.

⁴⁵ COSTA, Maurício da Silva Drumond. *Os Gramados do Catete:* Futebol e Política na Era Vargas. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional.* Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006. P. 126.

⁴⁶ Ibid., p. 130.

⁴⁷ LINS, Rafael Quintela Alves. *A cidade ferve e o bicho espreita:* dominantes e a política em Feira de Santana (1945-1964). Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana (BA), 2014. P.24.

ao futebol. ⁴⁸ Ligado ao *campo esportivo* nacional e sua regulamentação a partir de parâmetros estatais, Feira teria agora uma entidade específica para tratar de assuntos do esporte cidadão, cuja competência; fiscalizar, controlar e moldar a prática esportiva.

1.3 - Liga Feirense de Desportos Terrestres: criação do campo esportivo local

Data de junho de 1942 a criação da Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT). Circula pela Rede que a criação da instituição responsável pela dinâmica esportiva na cidade foi fruto de disputas. Um texto, escrito em 2010 por Moacir Cerqueira, à época diretor da Liga Feirense de Desportos (LFD), remonta a fundação da Liga local. Segundo o diretor, “em uma tentativa de encontrar a ata de fundação da Liga, conseguiu retirar, do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, cópias de duas peças importantes e valiosíssimas do episódio ‘fundação da liga’, no longínquo 1942.”⁴⁹

Para Cerqueira, os documentos atestam a fundação de duas Ligas diferentes em Feira de Santana naquele ano. Uma cuja direção estava registrada em nome do Sargento Narciso Dias de Andrade, o Sgt. Narciso, com o nome de Liga Feirense de Desportos Terrestres. O outro registro, que apresentava como presidente Manuel Narciso da Natividade, o “Mestre Narciso”, era em nome da Liga Feirense de Sports Terrestres.

Não temos como confirmar a veracidade do depoimento de Cerqueira em virtude da impossibilidade a ata de fundação da Liga. Indício aparecia no jornal *Folha do Norte*, principal mídia da cidade à época. A falta de precisão entre o nome que definia a Liga local, se de Sports Terrestres ou Desportos Terrestres era o principal sinal da real existência dessas duas Ligas originárias. Confusão que só acabou com a inclusão da instituição entre as filiadas a Federação Bahiana de Desportos terrestres (FBDT). Com a adesão, dentro das regras previstas pelas determinações do CND, a Liga feirense assumira Desportos Terrestres, já que tanto a Confederação quanto as Federações, nas suas hierarquizações e racionalizações burocráticas, ostentavam – Desportos – em suas respectivas insígnias.

Em que pese esse conflito, cujo acesso às fontes específicas podem apresentar interessantes possibilidades sobre os embates na formação do campo esportivo feirense, nas páginas do *Folha do Norte* aparece o nome do Sgt. Narciso Dias de Andrade como um dos

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983, p.181-203.

⁴⁹ Moacir Cerqueira no ano de 2010, à época presidente da Liga Feirense de Desportos (LFD), relatou, segundo suas palavras, reconstituir através de peças judiciárias do Cartório de Registros de Títulos e Documentos, “A história da fundação da Liga Feirense de Desportos Terrestres”. In: <http://cacellain.com.br/blog/?p=6261> acessado em 15/09/2014.

principais *sportman* da cidade ⁵⁰. As informações que temos a respeito desse sujeito, além das presentes no hebdomedário local, estão no texto que relata o conflito do surgimento da Liga local, onde ele aparece como comandante do Tiro de Guerra de Feira de Santana. Segundo o mesmo depoimento, o Sargento teria sido convocado para o corpo de combatentes brasileiros na Segunda Guerra, não sabendo ao certo se partira para Europa. O relato ainda informa que depois da convocação não mais voltou a Feira.⁵¹

O protagonismo do Sgt Narciso aparece pela primeira vez no jornal ainda em 1942, meses antes da fundação da Liga local. Em texto publicado pelo jornal *Folha do Norte*, ele supostamente se arredava das atividades esportivas locais. Supostamente visto que não se efetivou esse afastamento. O Sargento continuou exercendo funções vinculadas ao esporte feirense, entre elas o cargo de presidente da recém fundada Liga, ainda no ano de sua fundação.

Para entendermos um dos fatores que culminaram na Fundação da Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT) voltamos ao início do ano de 1942. Uma série de textos publicados no jornal *Folha do Norte*, o primeiro assinado pelo Sargento Narciso Dias de Andrade apresentava a defesa do amadorismo enquanto prática esportiva genuína, e o malefício que a interferência do profissionalismo fazia no esporte local naqueles anos⁵².

“Despede-se do meio esportivo feirense, o sargento Narciso Dias de Andrade, presidente da ‘Associação Desportiva Bahia’” ⁵³. Com esse título o jornal feirense inicia o texto. Nas palavras do periódico, o objetivo seria fornecer ao “empreendedor e esforçado *sportman*” da cidade um espaço para expor “os motivos que o induziram a deixar a presidência da Associação Desportiva Bahia”⁵⁴. O tom de lamentação acompanha os escritos. Podemos perceber, na fala de Narciso Dias de Andrade, sua frustração de não ter conseguido o objetivo de defender o amadorismo no futebol em Feira de Santana como prática esportiva, frustração essa produzida pela interferência do esporte profissional em Feira de Santana:

Tendo assumido o cargo de importante responsabilidade de presidente da Associação Desportiva Bahia, desta cidade, em doze de outubro de 1940, afim de dirigir o destino dessa entidade esportiva, procurei ter ao meu lado alguns feirenses, moços inteligentes e trabalhadores, afim de que aumentasse o desenvolvimento

⁵⁰ O protagonismo do Sgt. Narciso Dias de Andrade aparecia em diversas publicações do jornal *Folha do Norte* durante os momentos que antecedem a data de criação da LFDT e os alguns anos imediatamente posteriores, como o principal preocupado com as demandas do esporte na cidade.

⁵¹ “A história da fundação da Liga Feirense de Desportos Terrestres”. In: <http://cacellain.com.br/blog/?p=6261> acessado em 15/09/2014 às 20:30 hs.

⁵² *Folha do Norte* de 31/01/1942, p.1, MCS/CENEF.

⁵³ *Ibidem*, *ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*, *ibidem*..

esportivo dessa cidade (...) e não procurando visar meios ou negócios pecuniários. Tendo cumprido a minha missão durante a vigência nesta agremiação, por maioria de votos ou melhor unanimidade, fui novamente eleito para o cargo que me achava de posse, tornei juntamente outros feirenses esforçados e dedicados ao meio esportivo, para ver se assim podia desenvolver com mais ardor e brilhantismo o esporte da nossa terra; mas sendo tudo de balde. Pois não se pode manter uma entidade esportiva sem que meus associados e diretores, correspondam com as suas mensalidades em dia, para que possam ser mantidas as suas necessidades, deveres e trazer o material todo aparelhado (sic).⁵⁵

Na visão do agora ex-presidente da Associação Desportiva Bahia, embora tendo logrado certo sucesso nos seus dois primeiros anos de mandato na equipe de futebol, o caminho em que trilhava o esporte feirense era o de total desinteresse e estava fadado ao fim caso não mudasse esse cenário, já que os próprios associados, aqueles que deveriam ser os principais interessados com o clube para a manutenção do desporto amador local, não se interessavam no básico de suas funções, a de pagar as mensalidades.

A defesa expressa na fala do Sgt. Narciso pode ser articulada a própria composição textual da legislação do CND, quando uma das competências do Conselho era “incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência”. Já ao profissionalismo, cabia o referido órgão nacional, “exercer rigorosa vigilância, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade”.⁵⁶

A “vigilância” ao profissionalismo poderia se dar, dentre outras coisas, em função da popularização do futebol. Na década de 1940 jogos da pelota tomavam conta de todo território nacional, o esporte tornava-se cada vez mais um espetáculo praticado e consumido pelas classes populares brasileiras. Uma possibilidade de ascensão social. Essa vigilância, que também, mas não somente, dizia respeito ao aspecto legal de transação de jogadores e suas remunerações, se dava a respeito dos corpos desses sujeitos, em grande maioria negros, que se tornavam ídolos da nação e que movimentavam paixões, rivalidades, multidões de trabalhadores. Esses corpos deveriam ser vigiados.

Denaldo Alchorne da Silva nos coloca diante dessa possibilidade interpretativa quando nos apresenta os diversos julgamentos morais aos quais Leonidas da Silva, principal referência da popularização do futebol na década de 1930, teve que passar em função de atitudes dentro e fora do campo. Desde críticas ao próprio futebol descontraído, driblador, muitas vezes interpretados como individualista por alguns cronistas esportivos, jornalistas e intelectuais do futebol, passando pela defesa do direito do jogador a ter poder sobre seu corpo

⁵⁵ Ibidem, ibidem..

⁵⁶ Decreto-Lei nº 3119, de 14 de abril de 1941. Lei de criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm (Acessado as 16/07/2014).

através do direito a negociar, ele mesmo, em qual equipe iria jogar, quanto deveria receber financeiramente; até o caso mais emblemático de vigilância, controle e punição, a prisão de Leonidas e a consequente suspensão de atividades esportivas durante oito meses, em função de um processo impetrado pela Justiça Militar e que chegou ao final em 1941, coincidentemente quando o jogador estava em meio a uma disputa legal contra a diretoria do Flamengo do Rio de Janeiro. Concomitante à briga entre jogador e clube, estava em curso o processo de oficialização dos esportes com a criação do CND⁵⁷.

O evento representava um conflito direto entre o que o profissionalismo crescente poderia causar a ideia de cívico, enquanto respeito e reverência a pátria. Leônidas da Silva, principal ídolo do futebol brasileiro, aquele capaz de movimentar multidões de populares, apaixonadas pelo jogo, em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, e cuja função, segundo os preceitos das leis da Educação Física e do Estado brasileiro, deveria ser a publicidade dos ideais de compromisso e o respeito à cultura do cívico e do físico, desviava dessa conduta, contestava em suas ações as normas previstas. Como resposta a punição, privação de sua liberdade, o cárcere, máximo controle sobre seu corpo. A esse respeito Souza é taxativo:

Não podemos afirmar, nesse provável acordo entre dirigentes do Flamengo, dirigentes da FMF, CND e Justiça Militar, quem sugeriu a prisão de Leonidas para a resolução do caso. Se foram os dirigentes do Flamengo que recomendaram ao CND a intervenção na esfera esportiva, ou se foi o CND que entrou em contato com a Justiça Militar aconselhando uma agilização do processo contra o jogador. São conjecturas. No entanto, houve um acordo. Entre um clube e um dirigente que representa a disciplina, de um lado, e um jogador reconhecidamente indisciplinado, de outro, na havia dúvidas quanto a decidir de que lado iria ficar. O Estado Novo por meio do CND e do ministério da justiça, resolveu intervir diretamente no caso, temendo uma repercussão de dimensões não desejadas por todos eles⁵⁸.

Em sua ação Leonidas desafiava poderes regulamentadores da norma em diversas instancias, primeiro quando se negava a servir as Forças Armadas, depois quando questionava ao Clube de Regatas Flamengo a possibilidade de gerir ele próprio sua carreira, e contestava direitos seus enquanto um trabalhador que não eram cumpridos pelo time. Sobre ele o braço do Estado foi implacável e atuante na tentativa de disciplina-lo, puni-lo.

Eventos como o de Leonidas serviam como alicerce a posição pessimista de personagens como o Sargento para com o profissionalismo no futebol e sustentava uma visão recorrente na época, perspectiva formadora do “método brasileiro”, onde o esporte, para ser visto como algo fundamentalmente cívico, a serviço do bem público, deveria ser tomado

⁵⁷ SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo!:* construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo, SP: Annablume, 2008.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 156.

como coisa de governo. Para tanto, mais que aos associados, caberia a interferência dos poderes públicos municipais, também responsáveis pela defesa desse amadorismo esportivo que se via próximo do fracasso:

Como se poderá fazer uma representação em nome desta terra, sem haver auxílio dos diretores associados e do próprio município? Como poderia enfrentar outro município, Cidade ou Estado sem haver gosto e colaboração dos dirigentes deste município?⁵⁹

E concluía a série de motivos que o fazia “desistir”, naquele momento, do desporto feirense pela ausência de amor ao esporte, e pela prioridade dada pelos esportistas locais à questão financeira:

Tenho a dizer que numa Cidade como esta que, vivia sem diversão esportiva e tendo necessidade e gosto de isto promover, era obrigado para com os jogadores desta terra remunerá-los, classificando de profissionais e não de amadores, o que se registra em outros municípios, onde se pratica o esporte por amadorismo e amor a terra.⁶⁰

Culpava a interferência do profissionalismo no futebol feirense para o desenvolvimento do esporte local. Reconhecendo-se derrotado pela onda profissional, despedia-se desse esporte que não mais valorizava o “amor a terra”, princípio que julgava fundamentalmente cívico.

Um artigo datado de 14 de fevereiro carregava um tom muito próximo do texto de despedida do Sargento. Publicado também no jornal *Folha do Norte*, escrito por Hugo Silva, à época diretor da editoria de esportes do periódico, remontava o esporte bretão em Feira de Santana: “Dês que se implantou na Feira, tem tido diversas fases brilhantes, seguidas de tantas outras de verdadeiro olvido”.⁶¹

O título do texto, “Acabado o futebol na Feira”, um tanto quanto fatalista, questionava o momento em que passava o futebol local. Como Narciso de Andrade, responsabilizava o profissionalismo e aqueles, nas palavras do próprio periódico, mercenários que esvaziavam o futebol local em busca de jogar por dinheiro, como o principais culpados pelo “abandono” do ludopédio em Feira de Santana. Dizia o articulista:

Até certo tempo dominou o amadorismo. O pebolista ia ao campo animado somente de atuar esforçadamente afim de que viesse a triunfar o seu clube nos prélios travados com os quadros representativos de associações congêneres. Com a infiltração do profissionalismo em nosso meio desportivo parece que desapareceu

⁵⁹ *Folha do Norte* de 14/02/1942, p.3, MCS/CENEF.

⁶⁰ *Ibidem*, *ibidem*..

⁶¹ *Folha do Norte* de 14/02/1942, p.3, MCS/CENEF

esse natural, poderoso e justificado estímulo, o anélio de assegurar a vitória as suas cores, sem quaisquer outros interesses, relegado o de pecúnia a um plano inferior.⁶²

O artigo – publicado uma semana depois do escrito por Sgt. Narciso de Andrade – expressava cumplicidade e complementariedade aos argumentos do Sargento, ex-presidente da Associação Desportiva Bahia. Na defesa pelo amadorismo. Se no texto de janeiro os motivos atingiam principalmente os poderes públicos e os associados, nesse artigo os principais culpados eram: o profissionalismo que seduzia, com propostas pecuniárias, os principais jogadores locais; e os próprios atletas que deixavam isso falar mais alto do que o amor ao esporte e ao clube.

Não obstante, reconheceu o articulista que, o futebol feirense e “seus quadros pebolísticos”, “por algum tempo se socorreram de mercenários para enfrentar com eficiência os contendores, em pelejas intermunicipais conquistando, por vezes, honrosíssimos triunfos”. Mas que, em sua maioria de jogadores, principalmente o time do Bahia de Feira, conseguiu manter seus *elevens* fiéis à equipe de forma amadora, e faz referência ao Sgt. Narciso, que segundo o jornal “principal dirigente do clube”, “conseguia manter disciplinada a sua grei a poder de despesa”, ou seja, por amor ao clube e ao esporte⁶³.

As consequências do profissionalismo seria o fim do futebol na cidade? Segundo o texto de Silva, tão fatalista quanto a manchete, era um caminho quase que natural do pebolim local. Esse fim já atingia “os clubes mais modestos ou mais fracos que, em face da invasão e domínio dos profissionais”, “entraram em declínio”. Apontou a “bola de neve” que foi produzida pela evasão de jogadores para o futebol profissional, com “O rendimento deficiente das partidas acentuando-se a mais e mais”, o que provocaria ainda mais “deserções de jogadores, mesmo de associados” e “como reflexo de tudo isso, arrefecido o interesse do publico pelos *matches*”. Se assim continuasse, fatalmente culminaria no fim do futebol feirense. E concluiu taxativo: “A Feira não conseguiu comportar o profissionalismo”.⁶⁴

Nas palavras do Sgt. Narciso e de Hugo Silva observamos uma consonância: a crise do amadorismo significava a derrocada do esporte em Feira de Santana. Fenômenos que, para eles, não condiziam com uma cidade que caminhava rumo ao progresso.

A oposição amadorismo e profissionalismo apresentada pelos dois textos tecem sentidos sobre a prática do futebol na cidade. Defender o amadorismo naquele momento significava manter ativa a prática do futebol em Feira a partir dos moldes previstos por esses

⁶² Ibidem, ibidem..

⁶³ Palavras ou frases entre aspas foram retiradas do texto completo de matéria de: *Folha do Norte* de 14/02/1942, p.3, MCS/CENEF.

⁶⁴ Ibidem, ibidem..

mecanismos: imprensa e ex-dirigente. O profissionalismo que batia as portas do futebol local poderia possibilitar aos jogadores de origem popular, através de seu talento esportivo, o poder de dirigirem eles próprios suas vidas e escolherem ser remunerados, ou seja, viver do esporte, bem como a possibilidade de tornarem-se ídolos em cidades maiores.

Ao defenderem o amadorismo estava implícita a perseguição ao futebol que se popularizava. Por detrás de uma crítica que aparecia preocupada puramente com o desporto poderia estar a tentativa de implementar uma lógica para o esporte no qual alguns valores seriam impostos em detrimentos de outros. Atrelado à profissionalização estava sua popularização, que trazia consigo formas de agir diferentes das do futebol amador, inclusive no que diz respeito aos jogadores. Afinal de contas, quem poderia jogar puramente por amor senão aqueles que dispusessem de tempo e dinheiro para essas atividades?

Dessa forma, os valores pejorativos atrelados à profissionalização pretendiam definir, também, aqueles que os praticavam, por isso identificar os jogadores que optavam pelo profissionalismo como mercenários, como sujeitos que por dinheiro deixavam de lado o amor ao esporte de sua terra e seguiam rumo a um modelo de esporte cujos valores. Segundo os textos do jornal, os “profissionais”, desprezavam o esporte enquanto elemento de desenvolvimento da cidade e de seu povo, características essas na visão daqueles que escreveram os textos, encontradas do amadorismo.

Para examinar esses processos recorreremos às reflexões de Pierre Bourdieu. O sociólogo argelino, ao analisar como se organiza e se conforma o *campo esportivo*, identifica que em certo momento se instituiu um modelo amador para o esporte que definia valores dessa prática:

A constituição de um campo das práticas esportivas se acompanha da elaboração de uma filosofia política do esporte. Dimensão de uma filosofia aristocrática, a teoria do amadorismo faz do esporte uma prática tão desinteressada quanto a atividade artística, porém mais conveniente do que a arte para a afirmação das virtudes viris dos futuros líderes: o esporte é concebido como uma escola de coragem e de virilidade, capaz de “formar o caráter” e inculcar a vontade de vencer (“will to win”), que é a marca dos verdadeiros chefes, mas uma vontade de vencer que se conforma às regras é o fair play, disposição cavalheiresca inteiramente oposta à busca vulgar da vitória a qualquer preço.⁶⁵

A interpretação de Bourdieu nos auxilia na leitura dos textos e contexto em pesquisa. Ao defenderem o amadorismo como prática capaz de desenvolver o esporte local, Sgt. Narciso e Hugo Silva, implícita e explicitamente, disputam a opinião pública inscrevendo e

⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983. P. 187.

veiculando determinados valores. Identificamos que alguns destes consonam com apresentados pelo teórico argelino na sua interpretação do “campo das práticas esportivas”, indício que nos faz pensar nas formas como agentes e agências elaboraram uma “filosofia política do esporte” atrelada a sua forma amadora.⁶⁶

Características como “liderança”, “virilidades”, “moralidade”, aspectos que o sociólogo francês apontou como parte integrante do ser amador, encontram seus correspondentes nas publicações do *Folha do Norte*. O caráter hiperbólico dos textos, mais do que decretar o fim do futebol na cidade, determinava a crise desses valores que, na visão dos escritores, honravam a cidade e expressavam o desenvolvimento de seu povo feirense que deveria se destacar no tocante da nação brasileira.

O fatalismo dos artigos exigia medidas imediatas, iniciativas que impedissem a ruína do esporte local. Se no cenário nacional o CND foi criado com a intenção de ser um mecanismo do Estado com funções de interferir diretamente nas políticas de esporte, principalmente sobre o futebol que se profissionalizava, se não para frear a profissionalização, para supervisioná-la rigorosamente, como definia a lei.⁶⁷ Em Feira de Santana, a Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT) seria criada, também, mediante ao conflito entre essas duas noções da prática do esporte. Atrelada ao CND, instituída e legalmente referendada como definia a Lei, a Liga Feirense, exerceria suas atribuições como parte dos “braços” da política nacional para os esportes, cujos pilares fundamentais seriam: disciplinar, fiscalizar, julgar e padronizar o futebol no país.

A maneira fatalista com a qual os escritos eram apresentados, ancorados no terror iminente, pedia a resolução dos problemas. Seguindo a dinâmica organizacional do *campo esportivo*, naquele momento já atrelado ao Estado brasileiro, e menos de um ano antes expressado com a criação do CND, foi organizada a LFDT. Sobre responsabilidade desta última, o poder de interferir sobre o esporte cidadão com objetivo de manter viva a noção esportiva defendida nos textos.

A Liga nasceu como um instrumento de legitimação para que fosse colocada em prática uma elaboração disciplinadora. O medo do “fim” dos esportes na cidade, terror promovido pelos textos publicados e difundido pelo meio de comunicação, expressava,

⁶⁶ Ibidem, ibidem.

⁶⁷ COSTA, Maurício da Silva Drumond. *Os Gramados do Catete: Futebol e Política na Era Vargas*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006. P. 124.

implicitamente, a “necessidade” de um órgão que gerisse e protegesse a dinâmica esportiva local, administrador dos eventos e das formas de se praticar o desporto em Feira de Santana.

Não à toa, menos de seis meses depois do imbróglio a respeito da profissionalização, em julho de 1942, apareceu a notícia da fundação da Liga Feirense de Sports Terrestres (LFST), semanas depois, respondendo as exigências das insígnias nacionais, já aparecia nas publicações oficiais no jornal sob o nome de Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT), organismo responsável por “gerir” a prática esportiva em Feira de Santana.

Criada efetivamente por clubes de futebol, o esporte bretão protagonizava as ações esportivas da recém criada Liga na cidade do interior da Bahia. Mais uma vez a entidade local complementava a burocratização prevista no âmbito nacional que tinha no ludopédio esporte prioritário da CBD, órgão subordinado ao CND.

O desporto em geral, principalmente o futebol, teriam a partir de então um organismo local vinculado ao Estado nacional, já que a legislação do CND conferia as Ligas municipais parte da organização dos desportos em todo país, cuja função seria executar, “com sucesso”, aquele projeto galgado, meses antes, pelo Sargento Narciso Dias de Andrade⁶⁸. Não seria mais o plano de um homem aflito com o desporto local, mas a iniciativa de um grupo de sujeitos e clubes que, através da Liga, seriam responsáveis pelo renascimento do futebol na cidade. Alguns clubes organizados, e alguns sujeitos “íntegros”, “responsáveis” e “preocupados com o esporte local”, nas palavras de Adnil Falcão, filha de um dos participantes da criação da LFDT, o Dr. Wilson Falcão, “criaram a Liga Feirense de Desportos Terrestres para dirigir o esporte amador local”.⁶⁹

A criação da LFDT conferiu aos esportes feirenses uma dinâmica ainda não vista. A criação de um calendário esportivo com a promoção de diversos jogos bem como a efetivação campeonato local, periódico, organizado pela entidade, possibilitou um maior dinamismo na prática dos esportes, com o aumento da quantidade de partidas, dentro e fora da cidade. A vida esportiva local deixava de ser puramente vinculada a eventos espaçados, bem como jogos em atividades comemorativas, a ela era conferida uma temporalidade nova, com o esporte ainda mais no cotidiano dos indivíduos feirenses. Esse novo contexto nos possibilitou perceber uma transformação nos sentidos para o esporte em Feira de Santana.

⁶⁸Era fruto de debates ainda nos anos 1970 o vernáculo que definia a prática das atividades físicas esportivas. João Lira Filho, que fora durante o Estado Novo presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), em seu livro: *Introdução a Sociologia dos Desportos*, apresenta o debate entre as concepções de desporto, sports e esporte. Sobre isso ver: FILHO, João Lyra. *Introdução a Sociologia dos Desportos*. Bloch Editora, Rio de Janeiro, GB. 1973.

⁶⁹FALCÃO, Adnil Dias. *Olhares sobre Newton Falcão*. Salvador: IDEA Design, 2008.

As matérias publicadas em variadas edições no jornal *Folha do Norte* expressavam como o esporte em geral, e principalmente o futebol tomava o cotidiano das pessoas, e o quanto a Liga se apropriava do papel de direção sobre as práticas esportivas. Estamos falando do acompanhamento semanal do periódico para com os assuntos dos esportes. Os textos estavam, na grande maioria das vezes, preocupados em apontar como o esporte, e principalmente o futebol, a partir de sua “revitalização” através da criação da LFDT, caracterizava-se por ser um espetáculo preocupado com a participação da população feirense. Isso se apresentava principalmente nas excursões quase que periódicas onde, através do esporte, tentava-se, construir para outras cidades uma imagem de Feira de Santana desenvolvida, cujo sucesso do esporte, era representado tanto na forma com que o jogo era praticado quanto na maneira de se portar daqueles que representavam a embaixada. Não só a equipe viajava nessas empreitadas, uma comitiva era movimentada, imbuída do papel de fazer uma boa figura do município ⁷⁰.

Ancorados nos escritos de Pierre Bourdieu identificamos que, conferia-se a recém criada LFDT, um lugar específico, onde se disputaria “o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva.”⁷¹ Esse monopólio procuraria se consolidar na vigilância das práticas do esporte, defendendo tecnicamente e moralmente algumas posturas, enquanto outras eram perseguidas e condenadas.

A expressão disso apareceu quase que imediatamente após sua fundação, antes mesmo da definição final do estatuto da Liga. Em caráter de Nota Oficial Nº 1, visto que era a reprodução, na íntegra, de deliberações de uma reunião da Liga Feirense que acontecera em 30 de Julho de 1942. O documento definia que fosse marcado “dois pontos para o Floresta F. C vencedor do jogo contra o Fluminense”, decidia advertir “os amadores dos clubs: Floresta, Jacinto Monteiro de Pinho por jogo violento”, bem como “Antonio Falcão, do Fluminense, por ter proferido palavras indecentes em campo no transcorrer do jogo com o Floresta”. Por fim, punia “Brasilton Carvalho Lima, do Fluminense, por agressão ao amador Jacinto Monteiro Pinho do Floresta”⁷².

Nos trechos, podemos identificar o papel fiscalizador e punitivo da entidade esportiva feirense. Atribuir sanções, significava conferir sobre esse empreendimento uma “*autonomia relativa*”, necessária para a formação do *campo esportivo feirense* ao qual seria dotada a “faculdade de auto administração e auto regulamentação”. Por outro lado, a

⁷⁰ Folha do Norte de 17/04/1943, p.3, MCS/CENEF. Folha do Norte de 22/05/1943, p.5, MCS/CENEF.

⁷¹ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983. P.189.

⁷² Folha do Norte de 01/08/1942, p.3, MCS/CENEF.

necessidade de fiscalizar e aplicar punições poderia representar a própria disputa no interior do *campo*, onde noções da prática futebolística estavam em jogo; num sentido a LFDT tentava aplicar suas normas, num caminho diferente caminhavam os jogadores e a forma com que jogavam bola.

Mas não era só sobre os jogadores que as punições eram atribuídas, também os dirigentes não passavam despercebidos. Na mesma Nota Oficial, a advertência dada ao “procurador da Liga Manoel Fausto dos Santos, por ter invadido o campo no curso do jogo Floresta x Fluminense”⁷³. O que nos permite observar essa ingerência da entidade em aspectos variados do futebol local, ou seja, a prática do esporte ia além da tão somente ação esportiva, mas um complexo de relações que extrapolava as quatro linhas. A Liga colocava já em prática, mesmo antes do seu reconhecimento pela Liga Baiana de Desportos Terrestres, o seu papel de gestora, fiscal e disciplinadora do futebol feirense.

Seguindo as regras das políticas, o projeto precisava ser completo. O reconhecimento da instituição deveria se fazer, para ser bem sucedido, nas diversas instâncias burocráticas do regime. O *Folha do Norte*, depois de quase um ano de atividades promovidas pela já identificada LFDT, comemorava o que chamou de “Franco ressurgimento do futebol feirense”. A matéria, antes de apresentar as deliberações da última reunião promovida pela Liga, festejava “a iniciativa de alguns dos verdadeiros esportistas feirenses”, que “reuniram-se e resolveram reorganizar o futebol na Feira”, futebol este que, segundo o semanário, “foi caindo ate desaparecer de todo”⁷⁴, só voltando a ser praticado a partir das atuações e promoções da entidade a respeito desse esporte.

O retorno do “empreendedor e esforçado” Sgt. Narciso Dias de Andrade, juntamente com outros “verdadeiros esportistas”, estaria surtindo efeito. Àquele que meses antes, em ultimato textual renunciava ao esporte desmotivado pelos rumos que o futebol trilhava em Feira de Santana, agora retomava as atividades com vigor renovado a partir da criação da Liga local que imediatamente começava a tomar diretrizes sobre o esporte feirense.

Apesar de entendermos que a criação da LFDT responderia também a uma complexificação específica na organização do esporte local, ou seja, uma mudança no aparelhamento feirense de pensar a prática esportiva, a nossa intenção é identificar que essa transformação se comunicava, também, com uma estrutura nacional que pretendia fiscalizar e disciplinar o esporte. Dessa forma, devidamente identificada enquanto Liga amadora, a LFDT começava a se enquadrar no projeto estadonovista de implementação do desporto, que

⁷³ Ibidem, ibidem..

⁷⁴ Folha do Norte de 07/08/1943, p.3, MCS/CENEF.

vinculava diretamente ao amadorismo à prática educativa do desporto por excelência, portanto parte do projeto nacional definidor de padrões de “corpo físico e corpo cívico”. Para tanto, como parte desse processo corporativo do “Estado Novo” seria necessário ainda sua integração na dinâmica burocrática através da filiação na respectiva federação, no caso a Federação Bahiana (sic) de Desportos Terrestres, a quem caberia, segundo lei, a aprovação de seu estatuto.⁷⁵

Na publicação de uma nota oficial da “LFST”, cuja função era expor as pautas e discussões da reunião publicada no jornal *Folha do Norte* de 29 de agosto de 1942, um dos pontos, mais precisamente o ponto E, definia a seguinte informação: “O Sr. Presidente Honorário da LFST comunica aos diretores da mesma, que a Federação Bahiana (sic) de Sports Terrestre, respondeu por ofício, conceder a filiação da liga local. Ficou resolvido tomar conhecimento do assunto”.⁷⁶

A imprecisão da nota, em função do trecho final no qual se definiu “tomar conhecimento do assunto”, ou seja, procurar melhores informações a respeito da concessão, não nos permite afirmar que fora aceita na ocasião a “LFST” enquanto filiada a Liga Bahiana de Futebol. Em que pese à dúvida a respeito da aceitação, o que chama atenção diz respeito à necessidade de seu reconhecimento, quase que imediato, pela Federação Bahiana de Desportos Terrestres. Significado da organização do próprio *campo esportivo* que se nacionalizava através dos “tentáculos do Estado Novo” e suas organizações.

Apesar da pressa da LFDT em ser reconhecida, só no início do ano de 1943 sua solicitação foi aceita. Uma carta, publicada também no jornal *Folha do Norte*, na qual o próprio Sgt. Narciso Dias de Andrade solicita o reconhecimento da Liga Feirense pela instituição soteropolitana.

A V. Excia. para quem a nossa admiração é profunda, como batalhador incansável e inteligência culta e abalisada, procurando incentivar, com ardor e carinho, o esporte, como finalidade educacional, para evidenciar a cultura física no nosso Estado, os nossos respeitosos e sinceros cumprimentos, fazendo votos, ao mesmo tempo, pela prosperidade da Federação Bahiana de Desportos Terrestres, entidade esta que V. Excia. vem dirigindo tão dignamente a qual eleva o nome esportivo da nossa Bahia, nos meios adiantados da Nossa Pátria. Estamos enviando a V. Excia. O “registro” e o “Diário Oficial” de 15 de dezembro de 1942, página 768, que publicou o extrato dos estatutos da Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT), e, apelamos para V. Excia. No sentido de mandar filiar-nos na Federação Bahiana de Desportos Terrestres, preenchendo deste modo as formalidades para a legalização da nossa Organização Desportiva. (...) Eis aí, Exmo. Snr. Presidente o esforço de nosso trabalho e a magnitude de

⁷⁵ Decreto-Lei nº 3119, de 14 de abril de 1941. Lei de criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de13199.htm (Acessado as 16/07/2014 às 14:26 hs.)

⁷⁶ *Folha do Norte* de 29/08/1942, p.3, MCS/CENEF.

nossa contribuição, para lutarmos com um único fim e unirmo-nos com ardor e são patriotismo por uma só causa: fortalecer o desporto e integrar os moços para a defesa de nosso Brasil. (sic)⁷⁷

No fragmento, alguns aspectos devem ser destacados. A evidenciação do protagonismo da nação em detrimento das regionalidades. Mais do que formar, fomentar o esporte baiano em âmbito local a Federação Bahiana era responsável pelo protagonismo, segundo o texto, do esporte baiano no âmbito nacional, ou seja, o projeto de formação de um brasileiro forte, desenvolvido fisicamente e por isso patriota, estaria sendo bem sucedido pela FBBDT.

O segundo momento do texto, depois do reconhecimento do sucesso da Federação, a LFBDT solicitou seu reconhecimento entre as Ligas legítimas do Estado. Mais uma vez sobressai a importância da Nação. Tomando o sucesso da LBDT como exemplo de prestação de serviço ao Brasil, a instituição feirense se compromete em também ajudar o país. “Fortalecer o desporto e integrar os moços para a defesa do nosso Brasil”, significava naquele momento participar da dinâmica nacional de formação do modelo de corpo “físico e cívico”, componente fundamental para que Liga local fosse aceita dentre aquelas pertencentes ao campo esportivo estadual e nacional. Ser aceito naquele momento era legitimar um lugar de fala, na concepção de Pierre Bourdieu, um *capital simbólico* que conferiria ao organismo poderes nas disputas sobre o monopólio da definição legítima da prática esportiva.⁷⁸ A cidade do interior baiano queria, através desse organismo, participar da construção de um projeto de Nação brasileira atrelada ao Estado.

A relação originária entre as políticas nacionais de desportos e a forma com que se organizou, tanto burocraticamente quanto ideologicamente o esporte local nos parece fundamental para entendermos a criação e legitimação de equipamentos formadores de uma concepção sobre o esporte em Feira de Santana tomada como a “correta”, mecanismos capazes de legislar e julgar sobre formas de perceber, de praticar e de viver a atividade esportiva local.

O poder conferido a LFBDT seria expresso meses depois de sua aceitação pela LBDT através da publicação de seu estatuto. O jornal *Folha do Norte* fez questão de publicá-lo. Sua primeira parte apareceu na primeira página do periódico no dia 18 de setembro de 1943. Em letras destacadas o documento trazia: **Da Liga e seus fins**. Seu 1º parágrafo definia as entidades que compunham o órgão, textualmente: “sociedades de esportes terrestres a ela

⁷⁷ *Folha do Norte* de 16/01/1943, p.3, MCS/CENEF.

⁷⁸ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983.

filiada”. Bem como, a finalidade do equipamento instituído, cuja função era, segundo o documento, “desenvolver e dirigir tais esportes em Feira de Santana”.⁷⁹

Através da primeira parte do documento chamamos atenção para os termos “desenvolver” e “dirigir”. A noção de desenvolvimento está diretamente vinculada ao contexto de criação da LFDT atrelada a uma nacionalização do esporte. Tanto o documento local quanto a Lei Nacional dos Esportes, esta implementada através da criação do CND, previam em seus fins o “desenvolvimento” do esporte, já que, na visão dos formuladores das leis e estatutos, um esporte desenvolvido correspondia ao progresso do povo e consequentemente da nação brasileira. Por outro lado, para que tal objetivo fosse atingido, associava-se a segunda noção a primeira. A atividade esportiva deveria ser “dirigida” ao desenvolvimento, não era pura e simplesmente a prática do esporte que desenvolvia a nação, mas aquela “direcionada” pela técnica desses equipamentos, organizada, fiscalizada e disciplinada por eles. Tais expressões ganhavam ainda mais sentido quando, no artigo 2º da carta, as competências da LFDT ficavam em evidência:

- a) **Representar, promover e ampliar o desenvolvimento** dos esportes terrestres no Município de sua jurisdição;
- b) **Defender os interesses dos esportes terrestres**, zelando pelo seu **progresso** e conservando-os em **nível esportivo, social, moral mais elevado**;
- c) **Elaborar leis, regulamentos e códigos** pelos quais tem de ser regidos os campeonatos e competições terrestres em que tomem partes os clubes filiados;
- d) **Procurar manter perfeita harmonia** entre os clubes filiados, intervindo como arbitro, mediante pedido ou motu próprio, nos casos em que tal intervenção se torne necessária e ainda ampara-las **moral e materialmente**, verificando o ultimo caso quando as condições da Liga o permitam.
- e) Realizar obrigatoriamente, sob seus auspícios, um campeonato local de cada ramo de esporte que se venha a praticar no Município sob a **sua orientação**, os quais deverão ser disputados por todas sociedades filiadas salvo motivo amplamente justificado pela sociedade faltante.
- f) Realizar antes de cada campeonato um torneio início entre os clubes disputantes, de acordo com o **regulamento** que for aprovado para os mesmos.
- g) **Aplicar penalidade** nos clubes filiados que delas forem passíveis, a seus associados devidamente registrados pela Liga, bem como **anistiar, perdoar, comutar ou anular penas aplicadas pelos clubes aos mesmos, em grau de recurso, quando não forem impostas dentro de seus estatutos**.
- h) Instituir provas clássicas anuais com prêmios por sí adquiridos ou oferecidos pelos poderes públicos, associações ou particulares, quando, a juízo do Conselho, tais prêmios mereçam tal distinção.⁸⁰

O artigo dois e seus oito incisos definiam o quão dirigidas deveriam estar as práticas esportivas em Feira de Santana. Nos mais diferentes aspectos da prática esportiva o documento previa interferir. Ele nos oferece caminhos pelos quais podemos passear nossa

⁷⁹ Folha do Norte de 18/09/1943, p.1, MCS/CENEF.

⁸⁰ Ibidem, ibidem. / Folha do Norte de 25/10/1943, p.3, MCS/CENEF.

análise. O primeiro diz respeito à criação do *campo esportivo* feirense ao qual, em diversos momentos, nos referimos. O próprio estatuto enquanto documento “legalmente instituído” produz um “capital simbólico” que confere a liga seu *status* de entidade especializada. Enquanto tal, o próprio caráter do documento requer normas e intervenções para a atividade esportiva, ou seja, ao definir um estatuto, foi investido sobre esse organismo, nas palavras de Bourdieu,

O direito de fixar as normas de participação nas provas por eles organizadas, de exercer, sob o controle dos tribunais, um poder disciplinar (exclusões, sanções, etc). Destinado a impor o respeito a regras específicas por eles editadas; além disso, podem conceder títulos específicos, como os títulos esportivos⁸¹.

A citação do teórico francês, confrontada com o texto do estatuto fornece ainda mais instrumentos para nossa análise. Dialogando com ela chamamos atenção para como se organizava o documento e como, enquanto lei previa interferir no esporte local. O ponto “a)” do artigo segundo, como um mantra, repete o termo “desenvolvimento”. Apresentava o mesmo significado do artigo anterior, ou seja, reafirmava a função da LFDT como principal promotor de práticas esportivas na cidade. Se afirmar como principal agente das atividades do desporto local seria fundamental para que se instituísse sobre a entidade o poder de *campo* que, embora em diálogo com outros *campos sociais*, marcava-se como um detentor do que Bourdieu chamou de uma autonomia relativa, que possibilitava definir sua capacidade de “auto-administração e regulamentação”, o que acontecia através do estatuto⁸².

Atrelado ao documento um corpo de preceitos buscavam definir uma determinada organização aos esportes feirenses. Dessa forma o ponto “b)” foi escrito. Sua função? Completar o sentido do anterior. Valores eram atribuídos ao equipamento recém criado. A ele, como parte da natureza da entidade era conferido o papel de “zelar pelo progresso e conservando-os em nível esportivo, social, moral, mais elevado”.

Associado a ideia de “desenvolvimento” agora apresentavam a de “progresso”. Se no cenário nacional as instituições de fiscalização estatais sobre os esportes nutriam em suas leis auspícios de progresso a partir de suas criações, a burocratização como parte inócua do desenvolvimento do país, na cidade do interior não era diferente, o “progresso” inscrito e documentado caminhava de mãos dadas com a criação da LFDT, legalmente instituída e garantida pelo próprio Estado, significava naquele momento, para os que ocupavam o poder de legislar sobre os esportes, a representação do novo, do técnico, do racionalizado, nas

⁸¹ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983. p. 186.

⁸² Ibidem, ibidem.

palavras de Bourdieu “um processo de racionalização destinado” instituído pelas regras, cujo objetivo, assegurar “previsibilidade” e “calculabilidade”, em detrimento “dos particularismos” e “diferenças”.

A própria construção textual do documento nos coloca diante desse processo que enunciava a fundação de um *campo esportivo* local, suas regras e seus poderes, juntamente com o documento juridicamente conferido a legalidade, registrado em cartório, uma “racionalidade” e uma “técnica” eram aplicadas.

Ao apresentar como incumbência da Liga “desenvolver”, “proferir”, “realizar”, o estatuto pretendia garantir a LFDT a responsabilidade, única e imperativa, de ditar como deveriam ser organizados e praticados os esportes na cidade. Mais do que isso, termos como “manter em perfeita harmonia”, “aplicar penalidade”, “instituir provas”, nos coloca diante do que Bourdieu identificou como, “árbitro da elegância e do gosto”, organismo dotado da capacidade de produzir um “habitus”, um *modus operandi* da prática do esporte, que interferia no tempo, no espaço, nos corpos daqueles que compunham a dinâmica esportiva feirense.

Os poderes “técnico”, “inovador” e “racional” vinculados ao equipamento recém criado, e apresentados explicitamente e implicitamente nos pontos anteriores do documento, segundo o estatuto e seu ponto “c)”, dentre outras coisas, proporcionariam a LFDT, a faculdade de “elaborar leis, regulamentos e códigos pelos quais teriam que ser regidos as competições e campeonatos”. Através desses instrumentos seriam efetivados seus mecanismos de regulação, controle do esporte local. A definição da um esporte legítimo e da forma legítima de se praticar o esporte, em todas as suas instâncias e modalidades ⁸³.

Se legislador também juiz. O papel de normalizador não estaria completo sem seu lugar do que Foucault chamou de “Tribunal da norma”⁸⁴. O papel de julgar e punir, como observou Bourdieu, era atribuído a entidade através do documento. Nesse aspecto os pontos “d” e “g” se complementavam. Através deles o documento vinculava a Liga o poder de tribunal, daquele capaz de aplicar um poder disciplinar aos que desviavam de suas regras. No ponto “d” nos chamou atenção o termo “arbitro” associado a palavra harmonia. Segundo o regulamento o papel de juiz da entidade se apresentaria no sentido de manter a concordância entre agremiações associadas à Liga caso houvesse conflitos, solicitado ou não pelos clubes filiados.

Indiciado no parágrafo “d”, o “controle dos tribunais” ascende às vistas no subitem “g” quando o texto do estatuto definia, como finalidade da LFDT, “aplicar penalidade nos

⁸³ Ibidem, ibidem.

⁸⁴ FOUUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*: Petrópolis, Rj. Vozes, 2009. P. 165.

clubes filiados que delas forem passíveis, a seus associados devidamente registrados pela Liga, bem como anistiar, perdoar, comutar ou anular penas aplicadas pelos clubes aos mesmos, em grau de recurso, quando não forem impostas dentro de seus estatutos”. Através do poder de aplicar penalidades, parte inequívoca do documento, um poder disciplinar se instaurava através da entidade e sua lei. A disciplina definia padrões de condutas, instaurava normas determinadas pela própria entidade, através de seus “regulamentos e códigos”, onde se previa impor regras específicas editadas pelo órgão e, somente àqueles que a dirigissem, a partir da própria organização hierárquica da entidade, caberia o poder de “perdoar”, “comutar” ou “anular” penalidades, segundo critérios próprios.

Para a efetivação do poder e controle da Liga, o estatuto nas alíneas “e)” e “h)”, previa, sob responsabilidade da entidade, a organização de campeonatos periódicos locais de cada modalidade esportiva filiada a LFDT, bem como, “Instituir provas clássicas anuais com prêmios por si adquiridos ou oferecidos pelos poderes públicos, associações ou particulares, quando, a juízo do Conselho, tais prêmios mereçam tal distinção”.⁸⁵ Tais iniciativas apontam em sentidos paralelos. Um primeiro aspecto que nos chama atenção diz respeito a formulação de um calendário esportivo relativamente autônomo. A criação de um calendário esportivo possibilitava a aplicação cotidiana de um controle sobre a prática atlética na cidade. Sua organização atribuída a entidade recém-criada transmitia mesma a responsabilidade de “ordená-la” segundo regras previstas pela própria Liga.

Atrelada à disciplina, a regularidade do campeonato instituiria uma forma, uma maneira cotidiana de se perceber e jogar, um modelo idealizado de se fazer as competições. O esporte em geral e o futebol, em particular, enquanto espetáculo semanal que se tornava, através do campeonato feirense de amadores, abria espaço para a sedução da técnica, o que poderia inibir outras práticas, como o futebol das ruas, das várzeas, do “subúrbio”.

No *Folha do Norte* um indicio dessa interpretação. Uma matéria condena a participação dos “cracks filiados a Liga” participando do que o articulista do jornal chamou de “campeonato do subúrbio”⁸⁶. Se por um lado a fonte nos permite pensar sobre a organização de outras formas e espaços da prática do futebol, para além daqueles previstos pelos equipamentos hegemônicos, por outro lado há uma perseguição dessa organização alternativa pela mídia, em prol de um modelo de espetáculo, cujos “astros”, os jogadores filiados a equipes da Liga, deveriam ter dedicação exclusiva.

⁸⁵ Folha do Norte de 25/09/1943, p.2, MCS/CENEF.

⁸⁶ Folha do Norte de 06/01/1951, p.1, MCS/CENEF.

Henrique Sena, estudando o futebol nos primeiros anos de sua prática na capital da Bahia, no mesmo sentido da nossa pesquisa, apontou que a criação de um calendário esportivo em Salvador atribuía ao “lazer uma esfera relativamente autônoma das esferas religiosas e políticas”.⁸⁷ Na Feira dos anos 1940 essa “autonomia relativa” esportiva se organizava através da LFDT. Uma entidade específica de esportes iria gerir sua prática, organizar suas competições e, inclusive, as partidas comemorativas e de homenagem, cuja realização deveria passar pelo crivo do órgão. No entanto, fazemos uma ressalva. A criação da Liga serviria também para distanciar o futebol de seu papel lúdico e compromete-lo a uma função cívica. Colocá-lo na esfera esportiva significava corpos funcionalmente potentes e disciplinados, o que representava a própria nação em desenvolvimento.

O Estatuto, com o objetivo de assegurar sobre o equipamento o poder de “monopólio de imposição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva”, preocupava-se em abraçar os mais diversos aspectos da dinâmica dos esportes em Feira de Santana, e atribuía a LFDT, através das regras e legislações, o papel de responsável direto pelo sentido dado a essas atividades.

Definido os fins da entidade pelo documento, uma pergunta parece latente: qualquer pessoa poderia ocupar um lugar na organização da LFDT? Mais uma vez, nos apropriando da *sociologia dos campos*, produzida pelo teórico argelino, a partir de uma análise do *campo jurídico* na qual defende que esse campo social possui “poderes para legitimar, autorizar e consagrar determinados operadores do direito”, identificamos que algo semelhante acontece na organização do *campo esportivo*. Não por acaso valores eram ressaltados quando se referiam aos criadores da LFDT. Adjetivos como integridade moral, honestidade, civilidade, deveriam ser compartilhados pelos adeptos e responsáveis pelo esporte. Além de valores morais também a técnica era priorizada sob forma de especialidade. Como observou Bourdieu, “a constituição de um corpo de regulamentos específicos e de um corpo de dirigentes especializados caminham par a par”.⁸⁸

Continuemos com o texto do Estatuto. O capítulo II intitulava-se: “*Da administração*”. Nesse momento definia-se como se organizaria hierarquicamente e funcionalmente a instituição e suas instâncias.

Art. 3º A administração da Liga Feirense de Esportes Terrestres é composta de um conselho, uma diretoria e uma comissão fiscal. (parágrafo) 1º Para melhor controle

⁸⁷ SANTOS, Henrique Sena dos. *Pugnas Renhidas: futebol, cultura e sociedade em Salvador (1910-1924)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012. P. 26.

⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983. P. 186.

dos esportes superintendidos pela Liga serão nomeados Sub-Diretores pela diretoria e por indicação do **Diretor- Técnico** os quais servirão como auxiliares diretos deste (...)⁸⁹

O artigo, complementado pelo respectivo parágrafo, apresentava um conjunto de cargos que deveriam constituir o sistema de gestão da LFDT. Na lei chamamos atenção à relação entre especialidade e técnica. Uma das funções, senão a principal de bastante destaque no que diz respeito a organização da Liga, era a de “Diretor-técnico”. O acréscimo da qualidade “técnico” ao cargo de diretor pode ser entendido em dois sentidos. Um primeiro, cujo objetivo seria distinguir e hierarquizar as funções e os lugares de cada posto na instituição, as cátedras definiam diferentes lugares de poder. O outro diz respeito à construção de um *capital simbólico* atrelado ao nome. Nas palavras de Bourdieu, capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que atravessam o *campo*⁹⁰. Dirigir tecnicamente significava conduzir os assuntos relacionados ao esporte de forma racional e não apaixonada. O termo “técnico” associado à função de “diretor” definiria aquele agente apto a desempenhar tal papel pelo compromisso profissional e imparcial com a colocação que ocupava.

O discurso da técnica associado à hierarquização procurava imprimir na LFDT uma racionalidade que a legitimava enquanto organismo responsável pelo controle do esporte em Feira de Santana. A divisão em instâncias especializadas, na qual a direção técnica seria o centro daria a sensação de organização e ordenamento da instituição, equivalente ao progresso feirense daqueles tempos.

Para expressar tal ordem e hierarquização, o capítulo III do Estatuto, cuja responsabilidade seria tratar do Conselho, apresentava sua forma:

Art. 4º O Conselho se comporá de dois membros de cada Clube filiado e será dirigido pelo presidente da diretoria. Art. 5º Os representantes dos Clubes filiados no Conselho, serão credenciados pela pelas respectivas Diretorias. Art. 6º O conselheiro eleito para algum cargo da diretoria perderá automaticamente, ao ser empossado, o mandato que exercia, devendo o Clube a que pertencer credenciar um substituto, que será solicitado pela Liga.⁹¹

Em que pese o capítulo fosse relativo às funções do Conselho, os três primeiros artigos se ocupavam com a subordinação dessa instancia à Diretoria. A hierarquização nesse contexto, além de aparentar, como foi dito acima uma ideia de ordenamento, facilitava o

⁸⁹ Folha do Norte de 09/10/1943, p.4, MCS/CENEF.

⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed, Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

⁹¹ Folha do Norte de 09/10/1943, p.4, MCS/CENEF.

controle no sentido que tudo deveria ser reportado ao centro, representado pela diretoria. A subordinação do conselho ao presidente demonstrava um poder centralizado ao qual, pelo menos no que diz respeito ao documento e seus escritos, os clubes e suas representações estariam subjacentes.

No entanto a eficiência da lei, segundo Bourdieu, só se exerce com a cumplicidade. As definições de “alguns homens” devem ser produzidas e reproduzidas de modo a serem universalizadas através de um discurso comum que faz, dentre outras coisas, “referência a valores transsubjectivos que pressupõem a existência de um consenso ético”.⁹² Assim, ao atrelar à entidade o compromisso com o desenvolvimento e o progresso, bem como conservadora do nível esportivo, social e moral “elevado” em Feira, pretendia-se naturalizar nesse equipamento valores que pressupunham um “consenso ético”.

Imbricado à universalização e para que ela tivesse sentido, a disposição textual do documento trazia em sua forma o que Bourdieu chamou de “efeito da neutralização” onde,

Obtido por um conjunto de características sintáticas tais como o predomínio das construções passivas e das frases impessoais, próprias para marcar a impessoalidade do enunciado normativo e para constituir o enunciador em um sujeito universal, ao mesmo tempo imparcial e objetivo.⁹³

A própria construção do discurso do documento trazia consigo uma forma que conferia, em si, um *capital simbólico*. Terminologias específicas, signos e significações conferiam ao documento um valor, davam a ele um sentido capaz de definir sobre as práticas dos sujeitos. O discurso jurídico, na sua própria composição, se legitimava enquanto capacidade. Novamente nos apropriando das reflexões de Pierre Bourdieu sobre o *campo jurídico*:

Forma por excelência do discurso legítimo, o direito só pode exercer a sua eficácia específica na medida em que obtém o reconhecimento, quer dizer, na medida em que permanece desconhecida a parte maior ou menor de arbitrário que está na origem do seu funcionamento.⁹⁴

Embora tenhamos nos apropriado das análises de Bourdieu a respeito do *campo jurídico*, cuja forma de organização se dá de maneira diferente do *campo esportivo*, algumas características desses *campos* convergem e se relacionam. Principalmente quando analisamos a construção documental, através do Estatuto da entidade, que procurava legitimar a

⁹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed, Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007, p. 216

⁹³ *Ibid.*, p. 215

⁹⁴ *Ibid.*, p. 243.

instituição como àquela capaz de falar, gerir, conduzir, controlar, os esportes em Feira de Santana.

Entendemos que um dos caminhos pelo qual se dava a construção da LFDT como lugar de poder, capaz de disputar, com força, a imposição das formas de se praticar esporte em Feira, foi através do corpo documental, que buscava conferir sobre si o valor de lei, ou seja, um instrumento que, desde sua forma, intencionalmente carregaria uma “eficácia simbólica” de legitimidade, exercida através da extorsão sutil e inconsciente da cumplicidade daqueles agentes que participavam do *campo*.⁹⁵

Estamos diante, portanto da materialização do que Pierre Bourdieu chamou de *autonomia relativa* dos campos sociais, no caso aqui, do *campo das práticas esportivas*. Nas palavras do Autor: “A autonomia relativa do campo das práticas esportivas se afirma mais claramente quando se reconhece aos grupos esportivos as faculdades de auto-administração e regulamentação, fundadas numa tradição histórica ou garantidas pelo Estado”.⁹⁶

Ao conferir a essa autonomia relativa o autor nos coloca diante da dinâmica particular que acompanha os esportes; suas disputas, prioridades, valores, linguagem. Todo um *capital cultural* que compõe e constrói o *habitus do campo*, a forma de agir do sujeitos, que o fazem específica e carregada de significados próprios. No entanto, o autor, ao caracterizar essa autonomia como relativa, ele reconhece sua conexão com outras formas de poder na sociedade. Enfim, preocupa-se em situar os *campos sociais* como detentores lógicas próprias, mas não isoladas, existem portanto em relação, ora de associação, ora de conflito, com diversos aspectos e componentes da sociedade.

Dessa forma, o autor argelino reconhece a participação de outros aspectos da sociedade que interferem e se relacionam com o *campo das práticas esportivas*, a relação com outros campos sociais bem como com o Estado. No contexto aqui apresentado, até agora, o Estado ganhou uma relevância na criação e na posterior participação das pautas do esporte brasileiro, em geral, com as políticas nacionais do CND, e especificamente em Feira de Santana com a criação da LFDT, que, mesmo depois do fim do Estado Novo, continuou interferindo na prática esportiva na cidade, acompanhando e participando da organização com leis e projetos para o esporte feirense.

Tal característica conferia ao *campo esportivo*, mesmo em formação, uma complexificação, visto que, não se resumia a uma instituição, mas a uma maneira de organização social dos esportes, na qual uma série de agências e agentes estão em

⁹⁵ Ibidem, ibidem.

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983. P. 186.

comunicação, sejam disputando, em oposições ou associações, as noções do que seria a forma legítima do esporte, a partir de quais regras morais, físicas, legais, e como deve ser praticado.

2 - Donos da Bola: Estado, *Folha do Norte* e a conformação do *Campo Esportivo feirense*

2.1- Políticas de Estado e Leis para o campo esportivo em Feira de Santana

O arcabouço analítico proposto pelo teórico Pierre Bourdieu ao propor uma sociologia dos campos nos permite refletir sobre a relação entre Estatuto e LFDT. A necessidade de um documento legal que definisse diretrizes dialogava com a afirmação da Liga enquanto instituição, auto-administrada e regulamentada, na qual aspectos relativos especificamente ao esporte e suas demandas eram pontuados. Mais do que isso, ao formular uma teoria sobre o esporte, o sociólogo argelino apresenta o quão complexa e relacional pode ser a organização e as relações no campo esportivo, com diferentes agências às vezes se comunicando entre si formulando concepções para o esporte, ou disputando a legitimidade de impor sobre o esporte definições.

Para tanto, embora a Liga subsidiada por seu estatuto compusesse a espinha dorsal do que entendemos como *campo esportivo* uma parte, chamaremos atenção para outros mecanismos nesse contexto. No primeiro momento destacaremos o papel do Estado e sua participação na implementação e sustentação da entidade esportiva local. Como dito, era ele um dos mecanismos que garantia à instituição esportiva, o lugar de órgão responsável pelo esporte na cidade através de uma política nacional, voltada para o controle das práticas esportivas, por meio do que se chamou de “modelo brasileiro” e da criação do CND.

A própria legitimidade da LFDT, conferida pelo crivo da FBDT, colocava a entidade feirense como parte da engrenagem na organização do esporte proposta pelo Estado nacional que estruturava-se hierarquicamente organizado. No conjunto, as Ligas seriam as entidades esportivas em âmbito municipal e deveriam se reportar as Federações, organismos dos esportes em âmbito estadual, que deveriam se reportar as Confederações em âmbito nacional, sendo que todas essas agências estariam submetidas às interferências e ao controle do Conselho Nacional de Desportos (CND).⁹⁷

Nesse sentido, o Estatuto da LFDT, junto à política nacional para esportes, ganhava ainda mais legitimidade e eficácia para ser obedecido e entendido enquanto lei, quando o jornal expressava seu reconhecimento pela FBDT. Tal ação consistia num duplo significado. O primeiro partia da LFDT, que reconhecia na forma promovida pelo Estado Novo e sua

⁹⁷ Decreto-Lei nº 3119, de 14 de abril de 1941. Lei de criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de13199.htm (Acessado as 16/07/2014)

hierarquização o modelo de organização desportivo para o Brasil. O outro se manifestava no sentido inverso; a burocracia estatal reconhecia na Liga local a representante feirense desse projeto nacional de controle das práticas esportivas, pelo qual se instituía corpos físicos e cívicos.

A organização dos esportes brasileiros a partir da interferência do Estado durante o governo Vargas, e que se estruturou burocraticamente durante o Estado Novo através da criação de departamentos diretamente voltados às políticas sobre os desportos em geral e sobre o futebol em particular, bem como “atividades esportivas realizadas com investimentos público-estatais e pela vinculação dos dirigentes às engrenagens do poder”, “deixaria marcas profundas no futebol brasileiro”⁹⁸.

O fim da ditadura varguista apresentou transformações no cenário político brasileiro. A nacionalização obrigatória dos partidos políticos, criação de novas legendas partidárias como o PSD, UDN, PTB, que representassem esse novo momento, a legalização do PCB, mesmo que por pouco tempo, e eleições diretas, deveriam representar os “avanços democráticos” para o qual a política brasileira caminhava. Por outro lado, no que diz respeito aos esportes, pouco se transformou. A relação com o Estado e as instituições criadas durante a ditadura, manteve-se bastante estreitas. O CND manteve-se controlando as instâncias esportivas, o Estado nacional, bem como os poderes públicos locais, continuaram ou até mesmo ampliaram a promoção e o financiamento de atividades e empreendimentos ligados aos esportes, principalmente ao futebol.

Sobre isso Franco Junior ainda pontua: “os dirigentes dos clubes, muitos deles ex - interventores de Vargas ou ligados diretamente à maquina burocrática do Estado, em geral brancos e pertencentes à elite, tinham terreno aberto para suas ambições políticas”⁹⁹.

Feira de Santana não ficou alheia a esse processo. Acompanhando a dinâmica nacional em que o CND continuaria interferindo nos assuntos dos esportes com destaque para a Copa do Mundo no Brasil em 1950, quando o equipamento teve destaque na organização do evento¹⁰⁰, a relação entre Liga Feirense de Desportos Terrestres e os poderes públicos municipais, ou seja, Câmara de Vereadores e Prefeitura, manteve-se ativa a respeito da formulação e interferências de atividades esportivas na cidade.

⁹⁸ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 82.

⁹⁹ Ibid., p. 86.

¹⁰⁰ COSTA, Maurício da Silva Drumond. *Os Gramados do Catete: Futebol e Política na Era Vargas*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006. P.130.

Tal proximidade ficou aparente no projeto de lei número 5/52. “aprovado em 1ª discussão, em sessão de 26-5-1952, por unanimidade”. Nele os edis feirenses votaram que ficaria, “o poder executivo autorizado a conceder á ‘Liga Feirense de Desportos Terrestres’, um auxílio de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), afim de fazer face ás despesas com reinstalação da mesma em sede condigna, conforme será amplamente divulgado”.¹⁰¹

No documento, salta aos olhos a relação entre o Estado e o organismo esportivo. Para a maioria daqueles que aprovaram a lei, o esporte se apresentava como um dínamo capaz de expressar os tempos de um progresso pelo qual Feira de Santana estava passando e pelo qual o poder público, através dos que ocupavam seus espaços e de seus projetos políticos de classe, era responsável. Tornava-se então mais de utilidade pública fomentar e possibilitar condições para que o organismo responsável pelo controle e desenvolvimento do esporte da cidade pudesse agir.

Alguns sentidos são produzidos pelo documento. Mais uma vez o Estado aparece como parte integrante das políticas de esporte no Brasil. Se no contexto de criação da LFDT foi a partir das possibilidades e das intenções do Estado nacional para o esporte no Brasil que a instituição feirense foi criada, bem como legitimada enquanto equipamento responsável pela pratica esportiva na cidade. Quase dez anos após o processo de criação, novamente o Estado garantia a LFDT esse lugar. Agora em âmbito local, definir o equivalente a aproximadamente quatro salários mínimos¹⁰² dos cofres públicos a uma entidade privada, significava atribuir a instituição mais uma vez o poder da gestão legítima do esporte em Feira de Santana, que se desenvolvia em função de quase uma década de atuação da Liga, e que necessitava de uma “sede condigna” ao desenvolvimento pelo qual passava os esportes feirenses, com destaque para o futebol.

Além disso, o projeto de lei que posteriormente seria homologado pelo poder executivo municipal evidenciava a relação entre o público e o privado. Fruto da mentalidade forjada no “Estado Novo” a respeito do esporte enquanto edificador da raça e do povo, exemplo do progresso da nação, a relação poder público e esporte mantinha-se estreita e imbrincada. Não por acaso o parecer da comissão responsável pela possibilidade de aprovação da lei trazia em suas considerações os seguintes argumentos:

Considerando que o esporte faz parte do desenvolvimento da raça e, amparado, ainda, pela const. Federal; Considerando que o esporte feirense

¹⁰¹ BRASIL, Feira de Santana. projeto de lei nº 5/52. A câmara de vereadores de Feira de Santana concede auxílio à Liga Feirense de Desportos Terrestres. Caixa dos Projetos de Lei de 1948-1954. P.1.

¹⁰² Valor acessado em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm. (Acessado em 20/01/2015).

atravessa uma fase de re organização lutando com dificuldades financeiras para tal fim; Considerando que o sr. Prefeito Municipal, não prestou até o presente, as informações que lhe foram solicitadas por esta comissão, estando, portanto, exgotado o prazo instituído no art. 64, da Lei nº 140, de 22-12-1948, embora conheçamos a simpatia de S. Excia. para com o projeto em apreço, opinamos favoravelmente. Sala de comissões 23 de maio de 1952.¹⁰³

O documento estava edificado sobre três pilares fundamentais. O primeiro reproduzia o pensamento nacionalizado do esporte como produtor de um “desenvolvimento da raça”, naqueles anos muito atrelado a questão da mestiçagem, na qual o futebol se tornou um exemplo fundante com o livro de Mario Filho, “o negro no futebol brasileiro”, prefácio escrito por Gilberto Freire.¹⁰⁴ Juntos, os dois textos apresentavam no cerne de seu argumento, a noção de que o povo brasileiro foi formado pela combinação das raças genuínas, e a qualidade desse povo estava exatamente em amalgamar em um só, características culturais tão diversas: do Branco europeu, do negro africano e do indígena nativo. O futebol seria, na visão de Mario Filho, a expressão dessa mestiçagem na qual poderia ser identificado a partir de uma forma peculiar do brasileiro jogar, característica oriunda dessa mistura de culturas.

No contexto em que fora lançado o documento da câmara legislativa feirense, bem como da constituição federal ao qual se reportava, “desenvolvimento da raça” e noção de mestiçagem, atrelados ao poder do Estado, serviam para perseguir, controlar o elemento negro nos esportes, principalmente no futebol. A expressão desenvolver a raça significava construir um modelo de homem brasileiro produtivo, obediente, cujos corpos seriam docilizados através da prática esportiva. O exemplo de um país saudável e fértil¹⁰⁵.

O segundo pilar da lei considerava o governo como agente e responsável também pelos assuntos do esporte. Para justificar o investimento de dinheiro público dois caminhos seriam utilizados. Um primeiro, mais direto, reconhecia a fase de “re organização da Liga” e diante das dificuldades financeiras em que atravessava a entidade caberia ao poder público investir nesse equipamento. Um segundo, indireto, ligava a primeira justificativa com a segunda, visto que, sendo o esporte elemento responsável pelo “desenvolvimento da raça” deveria competir ao Estado o incentivo dessa prática.

¹⁰³ Parecer dado pela comissão composta responsável pelo projeto de lei: BRASIL, Feira de Santana. Projeto de lei nº 5/52. A câmara de vereadores de Feira de Santana concede auxílio à Liga Feirense de Desportos Terrestres. Caixa dos Projetos de Lei de 1948-1954. P. 3.

¹⁰⁴ RODRIGUES FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Petrópolis: Firmo. 1994.

¹⁰⁵ Sobre a utilização do esporte pelo Estado durante o Estado Novo na conformação de um tipo de brasileiro ver: SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo! construoções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo, SP: Annablume, 2008. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.

E por fim, a terceira base justificativa, de cunho mais burocrático dizia respeito a uma solicitação pela Câmara de Vereadores, ao poder executivo, sobre a possibilidade de “atender aos encargos do projeto de lei”.¹⁰⁶ Para tal solicitação não houve resposta do prefeito, segundo a comissão. No entanto, a falta de posicionamento serviu, como argumento favorável, em virtude do prazo esgotado, para o empréstimo, o que fazia com que as resoluções tivessem que ser adiantadas. Associado a isso, o reconhecimento daqueles que compunham a comissão a respeito da “simpatia” do líder do poder executivo feirense, à época o Sr. Almáchio Boaventura, pelo “projeto em apreço”.

Embora reconheçamos que, antes do marco da criação do CND já havia incentivos e doações à criação de times de futebol, bem como organização de agremiações esportivas e culturais, a peça documental nos ajuda a entender um pouco de como as relações desenvolvidas no Estado Novo, expressadas aqui pela conexão do poder público com o esporte, permaneciam ativas no intuito de manter a “promoção” esportiva, baseada nos princípios do físico e do cívico, definido pela lei do CND ainda em vigor, através do “auxílio” à LFDT.

A lei de 1942 definia como papel do aparelho estatal brasileiro, a responsabilidade de fiscalizar e promover a prática esportiva. A partir da criação do Conselho Nacional de Desportos uma lógica que dizia respeito muito ao plano local, ao incentivo a pratica esportiva que passava por ações quase que individualizadas, ou contextuais, se transformava em parte das políticas públicas regulamentadas pelo Estado. Ao nos depararmos, portanto, com a política de doação da câmara dos vereadores para o esporte local, podemos inferir que, mesmo com o fim do Estado Novo, o Estado conferia a Liga, através da doação, o papel de órgão legítimo para administração do esporte em Feira.

Mais uma vez associavam-se Estado e Liga. A administração e os cuidados do Estádio Municipal de Feira de Santana era de responsabilidade do poder público da cidade. Estádio Municipal, inaugurado em 1953, era apresentado como “imponente” representante do “desenvolvimento” da cidade com “seu lance de arquibancadas”, “vestiários subterrâneos”, “Um dos maiores e mais belos do Brasil”.¹⁰⁷

¹⁰⁶ BRASIL, Feira de Santana. Projeto de lei nº 5/52. A câmara de vereadores de Feira de Santana concede auxílio à Liga Feirense de Desportos Terrestres. Caixa dos Projetos de Lei de 1948-1954.

¹⁰⁷ Folha do Norte de 25/02/1953, p.1, MCS/CENEF.

A Câmara de Vereadores de Feira de Santana regulava e concedia entrada livre no “ESTÁDIO MUNICIPAL” e dava outras providências¹⁰⁸. Vemos no seguinte projeto de lei aqueles que teriam o poder e o controle sobre o espaço do estádio de futebol do município:

Art. 1º: FICA o poder Executivo Municipal autorizado, por força desta Lei, a emitir permanentes numerados, os quais não ultrapassarão de (50) cinquenta. Art. 2º - É concedida aos vereadores deste (sic) município, de pleno direito, entrada livre sem qualquer remuneração no “ESTADIO MUNICIPAL”, em competições esportivas, festas populares ou não, ali realizadas, desde que façam identificar ou apresentem permanentes fornecidos pelo Executivo Municipal ou pela “Liga de Desportos Terrestres”. Parágrafo Único – Terão acesso ao referido Campo os automóveis particulares de propriedade dos Vereadores. Art. 3º Ficam estendidas as mesmas vantagens aos Snrs. Suplentes, quando em exercício do cargo, e ao Diretor da Secretaria da Câmara, na conformidade desta Lei, bem assim aos chefes de Serviços Municipais, referidos no art. 27, da lei n. 88, de 14 de novembro de 1952. Art. 4º - Fica, ainda, a “Liga de Desportos Terrestres” autorizada a fornecer permanentes em número de cinquenta (50), todos numerados, cobrando-se as taxas instituídas pela mesma Entidade que observará os demais termos da Lei.¹⁰⁹

O documento nos oferece alguns horizontes para análise. O sentido tracejado aponta para a influência do poder do Estado na gestão do equipamento público e, mais uma vez, sua associação e legitimação da LFDT enquanto espaço conferido de poder sobre o esporte. Em sua legislação, o poder público municipal instrumentalizava a si próprio e a Liga, com os poderes de identificar e definir quem teriam acesso livre ao espaço público. Além disso, reservava espaços nas arquibancadas e conferia a liga o poder de cobrar taxas instituídas. Associados mais uma vez, Estado e LFDT, copiavam os rumos gestados durante a ditadura do Estado Novo, na lei de 1953 a respeito da liberação das entradas no estádio para os vereadores, mesmo que implicitamente reproduzia a função desses espaços enquanto fiscalizadores, controladores dos espaços e dos assuntos relativos a práticas do esporte.

Cabe chamar atenção para o fato de que Feira de Santana não era um caso isolado a esse respeito. A partir da década de 1940, com a criação do estádio do Pacaembu em São Paulo, as construções de praças esportivas esportes passaram a ser em grande medida incentivados, financiados e administrados pelos poderes públicos, fossem eles, federais, estaduais, ou municipais¹¹⁰. O ápice disso, o Maracanã, obra faraônica para a Copa do Brasil de 1950, totalmente financiado pelo Estado nacional, para representar o progresso nacional

¹⁰⁸ BRASIL, Feira de Santana. Projeto de lei nº 7/53. A Comissão de legislação em 25/05/53 regula e concede entrada livre no “Estádio Municipal” e dá outras providencias. Caixa dos Projetos de Lei de 1948-1954. P.1..

¹⁰⁹ Ibidem, ibidem.

¹¹⁰ CAMPOS, Flavio de. *Arquitetura da exclusão*: apontamentos para a inquietação com o conforto. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014.

através de sua arquitetura imponente, de seu tamanho, à época maior estádio futebolístico do mundo, e cuja gestão e administração estava ligada ao Estado do Rio de Janeiro ¹¹¹.

A pouco mais de cem quilômetros de Feira de Santana, na cidade de Salvador, capital baiana, José Eliomar dos Santos Filho chama atenção para o processo debates na imprensa a respeito da construção do Estádio da Fonte Nova. O pesquisador chama atenção para como os jornais de Salvador na época pressionavam, o recém chegado ao governo do Estado Octávio Mangabeira, para a construção de uma praça esportiva condizente com o esporte da cidade. Como era papel do governo garantir a criação desse espaço, financiando o empreendimento como parte do projeto de reafirmação da Bahia enquanto um lugar em franco desenvolvimento. E mais do que isso, como o político utilizou da inauguração da Fonte Nova em 1951, mesmo inacabada, como um produto de seu governo ¹¹².

Percebemos, através dos exemplos supracitados, dialogados com as iniciativas específicas de Feira de Santana e os projetos de leis sancionados pelos poderes municipal, quase dez anos depois do fim da ditadura estenovista, a política esportiva no Brasil mantinha-se próxima a dinâmica do Estado e seus aparelhos, bem como sua burocracia, atrelado a estratégias políticas, em várias cidades do país.

Na Feira de Santana a Liga e Estado permaneceram associados elaborando leis, normas e fiscalizando as práticas esportivas. Se por um lado o Estado deferia leis sobre o esporte em diversos sentidos, que iam desde conferir a um clube o seu caráter de utilidade pública até definir quem pagava e quem teria entrada franca nos jogos de futebol da cidade, por outro, os equipamentos como a LFDT, acabavam se tornando espaços de propaganda e de aparelhamento de alguns sujeitos de setores das classes dominantes de Feira de Santana e proliferação de suas visões de mundo.

Assim como o Estado o jornal *Folha do Norte* foi outra agência bastante ativa no projeto de consolidação da LFDT como lugar de poder, capaz de disputar e propor concepções sobre o uso legítimo do corpo e da prática esportiva. Na grande maioria do tempo o periódico procurava, assim como o Estado, reafirmar a LFDT como instituição cuja propriedade inata seria o desenvolvimento do esporte feirense. Articulados, LFDT, poder público municipal e jornal *Folha do Norte* procuravam instituir uma racionalidade específica

¹¹¹ HOLANDA, Bernardo Buarque de. *O fim do Estádio-nação?* Notas sobre a construção e a remodelagem do Maracanã para a Copa de 2014. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014.

¹¹² SANTOS FILHO, José Eliomar dos. *Memórias da Fonte Nova: a construção e inauguração em 1951 sob o olhar de jornais da época*. Publicado em Revista eletrônica discente história.com Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Centro de Artes, humanidades e Letras. Volume 2. Número 4. 2014. disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/191/75>

para a prática do Esporte na cidade. Mais do que isso, buscavam produzir, na materialidade, o capital simbólico que conferiam sobre eles características de *corpo técnico e especialista*¹¹³, o que os possibilitava a defesa de padrões, formas, sobretudo, de suas visões de mundo como as “corretas” para a prática do esporte em geral e do futebol em particular.

2.2 - *Folha do Norte*: um órgão também *especializado* em assuntos de futebol

E, graças a Mario Filho, o futebol invadiu o recinto sagrado da primeira página. (...) E, súbito, o grande jogo começou a aparecer, no alto da página, em oito colunas frenéticas. Tudo mudou, tudo: - títulos, subtítulos, legenda.¹¹⁴

Em texto publicado na Revista Manchete Nelson Rodrigues escreveu este fragmento. O conteúdo do texto em completo, inferido no fragmento acima citado, é a defesa do caráter revolucionário de Mario Filho, irmão mais velho de Nelson, no ofício de jornalista. A defesa do escritor da “Dama da lotação” intenciona conferir ao seu irmão o carimbo de precursor do jornalismo esportivo. Para Nelson Rodrigues, Mario Filho representou o primeiro profissional do campo jornalístico esportivo, o criador. Com seu irmão mais velho emergia, utilizando o termo de Luiz Henrique de Tolledo: “*um especialista*”.¹¹⁵

Apesar de reconhecermos a relevância do debate a respeito da origem e de seu fundador, o fragmento nos fornece indícios de uma alteração na organização do *campo jornalístico*, segundo o qual, jornalismo e esporte, principalmente o futebol, passam a ter relação bastante próxima e de certa forma complementar.

A medida que o futebol passou a se transformar numa manifestação popular, leituras e representações das mais diversas passaram a ser vinculadas a ele. Alargou-se o campo de disputas a respeito das significações do que era o esporte, como, onde e por quem deveria ser praticado. A partir dos anos 1930, período em que começaram e acirraram-se os debates sobre a profissionalização do *esporte bretão* nas maiores cidades (Rio de Janeiro e São Paulo), alguns jornalistas e órgãos midiáticos esportivos, dentre eles Mario Filho, conferiram a si o

¹¹³ TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo. 2000. P. 173.

¹¹⁴ PREFÁCIO. In: RODRIGUES FILHO, Mario. *O Sapo de Arubinha: os anos de sonho do futebol brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹¹⁵ TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo. 2000. P. 173.

“monopólio na condição de guardiões do futebol profissional”.¹¹⁶ Para alguns jornalistas que acompanhavam as notícias esportivas, assim como o destino do futebol era a profissionalização, também o seria a profissionalização do responsável pela cobertura dos assuntos relativos ao esporte. Portanto, “intensificou-se na imprensa escrita também o tratamento igualmente mais ‘teórico’ dado aos fatos esportivos, versando sobre regras e procedimentos para apurar as formas do jogo, notadamente a busca de um determinado ‘padrão’ ou ‘estilo’”.¹¹⁷

Mídias específicas foram criadas, jornais e revistas exclusivamente preocupados com as pautas relativas ao esporte. Em que pese o debate a respeito da “invenção” do jornalismo esportivo com Mario Filho, não há como negar o seu destaque na transformação no *campo jornalístico* dos esportes. Ele criou um dos primeiros jornais esportivos, Mundo Esportivo, em 1931. Cinco anos depois se tornaria dono daquele que, por muitos anos, se tornou o jornal especificamente esportivo com maior número de tiragem no Brasil, *O Jornal dos Sports*.¹¹⁸

No Brasil, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, as mídias, com seus especialistas, participavam também da dinâmica do *campo esportivo* enquanto espaço formador de sentidos para o futebol e sua prática. Constituíam-se, também, atrelado ao *campo jornalístico* visto que, “fora” da mídia o esporte não teria a mesma legitimidade. Por outro lado o jornalismo esportivo gozou de tanta importância nos assuntos sobre o ludopédio no Brasil que, a sua interferência no *campo* dos esportes foi efetiva, suas formulações, suas defesas, a todo momento influenciavam nas decisões sobre a prática do futebol tecnicamente, taticamente, moralmente.¹¹⁹

Embora Feira de Santana não apresentasse uma mídia específica sobre esporte, o jornal aqui trabalhado, principal hebdomadário da cidade, tratava essa pauta quase que semanalmente em suas páginas, propondo interpretações, leituras e concepções sobre o que seria a prática esportiva: como, quem, quando, onde deveria ser realizado. Cabia ao órgão de imprensa, portanto, tratar desse assunto enquanto produtor de um discurso de “verdade” sobre

¹¹⁶ TOLEDO, Luiz Henrique de. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. P. 32.

¹¹⁷ *Ibidem*, *ibidem*.

¹¹⁸ Sobre o debate a respeito da criação do jornalismo esportivo ver: CAPRARO, Andre Mendes. Mario Filho e a Invenção do Jornalismo Esportivo Profissional. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 02, p. 213-224, abr/jun de 2011.

¹¹⁹ Exemplo disso a criação da crônica esportiva e de “mesas redondas” cujo acompanhamento dos jogos, rodada por rodada, fazia dos jornais e de jornalistas partícipes diretos da dinâmica futebolística, principalmente nas grandes cidades onde o futebol se popularizou e ganhou multidões apaixonadas pelo esporte. Em Feira de Santana após a criação da LFDT ocorre uma intensificação de matérias sobre o esporte em geral e o futebol em particular. Também no interior baiano quase que semanalmente escritos sobre o futebol aparece, desde textos puramente descritivos de como foi a partida, até textos mais críticos, observando o jogo em diversos aspectos, desde atuação de jogadores até a participação da torcida.

a esporte em geral, com destaque ao futebol local, além de atuar como “dispositivo de supervisão e controle, calcado numa política de vigilância”¹²⁰. Se por um lado cabia publicar e reproduzir matérias referentes a LFDT, reafirmando-a como o equipamento capaz de gerir os esportes na cidade, cabia também formular leituras sobre as atividades esportivas em Feira, interpretá-las, significa-las, defender uma posição sobre tais manifestações que não necessariamente estavam em relação direta com os projetos e as formulações da entidade. O jornal, portanto, deve ser entendido nesse texto como, mais “um lugar de produção de sentido, de construção da atualidade, e não de meros registros, de reprodução da realidade”¹²¹. Mais do que isso, como um espaço polifônico a partir do qual se manifestam vozes diversas, que embora esteja na grande maioria das vezes em consonância com as leis propostas pela Liga, em momentos, defende projetos próprios que às vezes sustenta-se na crítica da própria LFDT.

Em função de motivos variados tomamos um periódico em específico como espinha dorsal de nossa análise durante todo o trabalho. Uma primeira justificativa deve ser tratada em tom de crítica e denúncia. Diz respeito a conservação do material público que são os periódicos, muitas vezes perdidos pelo tempo, carcomidos por traças. A noção de que a notícia perde seu valor um dia depois de sua publicação, muito cara aos jornalistas, é um desserviço aos historiadores. Reconhecemos então a importância do confronto dos textos desses órgãos variados, o que possibilitaria uma experiência enriquecedora no campo da produção do trabalho em história, visões diversificadas, talvez contribuísse para uma leitura multifocal, polifônica.

Por outro lado, mesmo se tivéssemos acesso a outros periódicos que circularam em Feira de Santana no período estudado, seria difícil tirar o protagonismo do *Folha do Norte* no que diz respeito ao tema estudado e na sua inserção na vida feirense. Criado em 1903, o *Jornal Folha do Norte* se configurou como a principal mídia da cidade durante muitos anos. Quando a Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT) fora criada, o periódico já galgava quase 40 anos de existência, experiência e participação na sociedade, política, cultura feirense.

Além da tradição e da história que construíra com tantos anos de circulação na cidade, outros mecanismos eram utilizados para que o jornal procurasse sustentar seu lugar de “tribunal da norma” e produtor de “verdades” a respeito do esporte.¹²² O futebol, em diversos momentos, principalmente depois da criação da LFDT, aumentou bastante sua

¹²⁰ GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo: Poder disciplinar*. Revista Kairós, São Paulo, Caderno Temático 6, dez. 2009.

¹²¹ BORELLI, Viviane. *O esporte como uma construção específica no campo jornalístico*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. P.01.

¹²² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2005.

periodicidade nas páginas do semanário. A efetivação de uma editoria de esportes no periódico poderia significar o quanto esse tema tomava conta da vida pública feirense e como a principal mídia local, com maior tiragem inclusive, se preocupava com ele.

Embora, desde antes da fundação da Liga Feirense assuntos de esportes aparecessem no *Folha do Norte*, a implementação da LFDT alterou a forma como esse hebdomadário passou a organizar, em sua editoração, as práticas esportivas. Paralelo à criação da Liga, o órgão impresso feirense passou a ter uma editoria específica de esportes na qual, Hugo Silva, filho de um dos proprietários do periódico, era o seu diretor.

A criação de uma editoria de esportes naquele momento destacava esse tema entre as pautas do jornal, atribuía ao tratamento do assunto um caráter especializado além de conferir ao jornal o lugar de órgão capaz de produzir sentidos sobre a prática esportiva. O jornal passava a ter uma coluna quase que constante, cujo nome, na maioria das edições, aparecia com a chamada: “Esportes”.

Sobre os sentidos e significados produzidos pelas colunas jornalísticas sobre o esporte, diz Viviane Borelli:

As colunas esportivas refletem os imaginários, os desejos, as escolhas da opinião pública, instituindo identidades, construindo vínculos com os leitores. Através de uma linguagem específica – a jornalística –, o colunista apresenta suas estratégias de leitura do esporte, a partir do ponto de vista de uma autoridade (...) Essa leitura interessada é realizada a partir de um lugar de fala – a do especialista, que constrói sentidos pelo seu modo de dizer estabelecendo vínculos com seus leitores.¹²³

Apesar da autora não estudar exatamente o período no qual miram nossas análises, sua interpretação nos fornece contribuições visto que, assim como apresenta a teórica das comunicações, o *Folha do Norte* com a criação da editoria de esportes e de suas colunas cada vez mais periódicas, procurava, de forma mais esquematizada e cotidiana, instituir valores, além do que, se apresentar enquanto autoridade especializada no assunto.

Não por acaso o jornal aparecia como um dos principais veículos de publicização das iniciativas da LFDT, associados, os dois equipamentos interferiam na prática esportiva local. Através do *Folha do Norte*, atas e deliberações de reuniões foram apresentadas, o próprio Estatuto fora publicado no jornal. Em grande parte das publicações o periódico reafirmava o papel da Liga como única entidade capaz de organizar o esporte na cidade. Havia uma

¹²³ BORELLI, Viviane. *O esporte como uma construção específica no campo jornalístico*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. P.05.

complementariedade entre essas agências. No entanto a autonomia do periódico também se construía, nesse contexto, com uma certa independência da LFDT, de modo que, se por um lado o jornal procurava se constituir como *especialista* consolidando a importância da LFDT em suas publicações, por outro a Liga precisava do jornal como seu sustentáculo social, ou seja, um parceiro ativo na construção, no imaginário social, da entidade como *corpo técnico* especializado.

Um exemplo desse duplo vínculo se deu em publicação do jornal *Folha do Norte* de janeiro de 1943 quando o periódico apresentou uma carta, escrita por Luiz Mota, à época primeiro secretário da Liga local, em nome de todos componentes da instituição, cujo teor se caracterizava pela gratidão e pelo sucesso da aliança entre Liga e a referida mídia.

Pediu-me o Presidente que, em nome da Liga Feirense de Desportos Terrestres. Fosse eu o intérprete dos agradecimentos ao conceituado jornal de que V. Sa. tem a honra de ser insigne Redator Esportivo. Aqui estou pronto para dizer o quanto a propaganda, por intermédio da imprensa de nossa terra, evidenciando, em particular, a “Folha do Norte”, tem contribuído para a intensificação do esporte, sublimando, destarte, a reputação que já tínhamos fora, e para fazer justiça dos batalhadores incançáveis em prol dos nossos imperecíveis ideais.¹²⁴

Segundo o dirigente da LFDT, a união entre a entidade da qual era primeiro secretário, com sua iniciativa de promoção do desporto na cidade, e o periódico local e seu papel publicitário dessas atividades, possibilitou restaurar o desporto feirense. Graças a “vontade indômita” dessas duas instituições articuladas, estava sendo possível “discernir novas perspectivas, em benefício do alevantamento moral e cívico do esporte feirense”¹²⁵. O jornal apareceu no texto como um veículo das iniciativas esportivas da LFDT. Além disso, cabe chamar atenção mais uma vez para os termos moral e cívico, mostrando como os dois equipamentos estavam também conectados com o projeto para o esporte no Estado Novo.

Quando chamamos atenção para os termos utilizados na matéria voltamos para a tríade Liga, Estado e Mídia. Embora o direcionamento principal seja voltado ao jornal, o fragmento nos serve como um enunciado capaz unir os três pontos apresentados, ou melhor, os pilares ideológicos que sustentavam o esporte naquele período e que tinha no Estado nacional seu principal propagador, unia a Liga ao jornal, visto que ambos estavam preocupados com a produção e a defesa de um esporte em que o físico estaria atrelado ao cívico, ao patriotismo e o engrandecimento da nação.

¹²⁴ Folha do Norte de 23/01/1943, p.3, MCS/CENEF.

¹²⁵ Ibidem, ibidem.

Retornando a relação mídia e Liga, observamos que a legitimação da LFDT passava pela publicidade midiática. O tradicional jornal ajudava a referendar a entidade, recém criada, como representante da forma moderna de organização e administração do esporte. No entanto, o *Folha do Norte* mais do que puramente propagador, se constituiria como um proponente e interventor no *campo esportivo* feirense. Aliado a LFDT, mas dotado de uma relativa autonomia, procuraria se constituir enquanto um agente capaz de opinar, vigiar, criticar, em suma, participar na organização do esporte na cidade, nos mais variados aspectos.

Esse lugar do jornal na produção de sentidos sobre o esporte em Feira de Santana se deveu a sua capacidade de inscrever sobre si mesmo a autoridade. Daí a importância da criação de uma editoria de esportes. Essa especialização trazia em si mesma um *capital cultural*, aliado a isso estava a própria figura intelectual do seu diretor, Hugo Silva, embora ainda jovem, personalidade já reconhecida na cidade, em função de sua família. Filho de Dálvaro Silva, um dos proprietários do jornal *Folha do Norte*, e sobrinho de Arnold Silva, intendente e prefeito da cidade, político feirense desde as décadas de 1920 até 1950.

As matérias publicadas nas páginas do *Folha do Norte*, em grande parte, caracterizavam-se pela preocupação do periódico em ditar regras para as práticas esportivas, em interferir e julgar as formas como eram conduzidas, socialmente, moralmente, legalmente, e até individualmente, os esportes. O *Folha do Norte*, portanto, tomava para si o poder da crítica, do elogio, da cobrança.

A promoção de um calendário esportivo, representado principalmente pelo campeonato de futebol organizado pela LFDT, produziu uma pauta recorrente nas páginas do jornal feirense. Possibilitou o acompanhamento semanal da prática esportiva futebolística na cidade, o que ampliou o papel dessa mídia enquanto esse instrumento capaz de julgar. Assim como LFDT e muitas vezes associado a ela, o jornal também se colocava como um participante na disputa pela definição da forma legítima da prática esportiva, bem como da função legítima da atividade esportiva.

O futebol, esporte de maior popularidade entre os brasileiros na década de 1940, era dissecado pelo periódico, desde simples informações das ocorrências de jogos na cidade, passando pela análise de partidas, à crônica esportiva, observando, na opinião do jornal, quem ganhou, porque ganhou, quais foram os destaques da partida, os que deixaram a desejar. Apresentavam um panorama do jogo a partir do que o hebdomadário entendia como a forma certa de jogar futebol. Além disso, espetacularizava, criticava, aclamava, informava, a respeito de assuntos esportivos que extrapolavam o espaço do campo e do jogo propriamente dito. A *Folha do Norte*, enquanto um lugar de “*especialistas*”, arrogava-se julgar como justas

vitórias e derrotas. Ancorados nas suas análises, avaliavam cada parte do jogo, a disposição dos jogadores, as falhas, os méritos.

O periódico, em matéria de 1946, ano em que a Associação Desportiva Bahia de Feira fazia campanha ruim e buscava reabilitação no campeonato local de amadores, avaliou “justa” a vitória do Bahia contra o Fluminense de Feira. Partida na qual, em palavras do jornal feirense, “os rapazes da A. D. Bahia mostraram-se tenazes, atacaram com precisão e goelaram espetacularmente”. No entanto não foi só a boa atuação do Bahia, que “investia e organizava ataques com segurança”, mas também o Fluminense que, “não correspondeu as expectativas”. Apesar do jornal, na maior parte do texto, ter observado a superioridade da A.D Bahia, chamava atenção, por sua vez, para os fatos de que “o Bahia apresentou falhas que não comprometeram” e “os médios [do Fluminense] trabalharam muito, mas não podiam vencer o jogo sozinhos”.¹²⁶

Ao analisarmos o texto da matéria do *Folha do Norte*, vimos que o periódico expunha jargões e termos específicos do futebol, com a pretensão de se consolidar como formulador de conceitos sobre o mesmo. Podia se observar a especialização na forma de tratar o esporte. A especialidade se constituía através de uma linguagem consubstancialmente específica. A partir dela o hebdomadário se inscrevia no *campo* esportivo dentre os *especialistas*. Essa capacidade, atrelada ao respaldo atribuído através de sua conexão ideológica com a LFDT, a colocava num lugar ainda mais portentoso em se tratando de análise de futebol.

A demonstração de sua capacidade técnica e monopólio da competência, eram expressos através do domínio de uma linguagem específica que definia o *campo* e aqueles que detinham o *capital simbólico* necessário para compartilhar desse lugar. O jornal, através de suas publicações especializadas, instituía a “verdade” sobre a prática do esporte, sobre o que significava ser esportista.

Isso está presente também em diversas outras matérias, um exemplo o jogo entre Bahia de Feira e Flamengo da capital. Ao analisar alguns jogadores quase que individualmente, o jornal mais uma vez, utilizou de seu lugar de especialista, e, alicerçado em termos técnicos do jogo, analisava a estreia da linha de zaga do Bahia com “Maduro e Nequinho” que, “apesar de desambientados os dois demonstraram grande qualidades”. “Seguros, tecnicos e precisos”, formavam uma “parelha sensacional”. Analisou o retorno de Gervásio, meia de contenção da A. D Bahia, “que sem possuir a classe de Reserva, é mais

¹²⁶ Folha do Norte de 10/08/1946, p.1, MCS/CENEF.

‘duro’ e defende com mais precisão”. Observou também a linha ofensiva do time, que, segundo o jornal “revelou-se fraca”, e, jogador por jogador, afirmou:

Geraldo infeliz nos tiros a meta. David bisonho, correndo pouco, passando mal, chutando pior. Lazaro, medroso, e seu substituto, Jota, entrou no campo para fazer sujeira: com o jogo parado meteu o joelho no ‘Keeper’ contrário que teve de deixar o campo.¹²⁷

E concluiu analisando o goleiro “Iôô”, nas palavras da *Folha do Norte*: “Figura mais impressionante da cancha, praticou natáveis, grandes defesas, inclusive em duas bolas quando teve que dar vãos eletrisantes”.¹²⁸

Esses termos, específicos da análise das práticas do jogo exemplificados em palavras como: “Seguros, técnicos e precisos”, “classe”, “tiros a meta”, “linha ofensiva”, e o bretão “Keeper”, são parte de um campo discursivo, que qualificam aqueles que dominam essa linguagem como *especialistas*. Deste modo:

A atividade de compreensão do esporte só pode ser feita, primordialmente, pelos especialistas, na medida em que a tarefa de construção é tão científica que só eles podem ter este entendimento. Dessa forma, só o corpo técnico - os especialistas - podem criar sentidos em esporte, na medida em que as colunas especializadas ocupam um lugar de destaque dentro das páginas de esporte.¹²⁹

Embora não tenhamos, algumas vezes, a informação de quem é que escreveu a coluna esportiva do jornal *Folha do Norte*, visto que não aparecia assinada, ao próprio jornal era atribuído, o papel de espaço capaz de publicar uma “leitura privilegiada” da realidade, no caso específico, a realidade esportiva.

Aliada a essa autoridade, aparecia a neutralidade enquanto característica do jornal, visto que ele vende à comunidade, através de suas matérias e de uma idéia naturalizada de jornalismo, o juízo de que sua preocupação é o bem comum. Outra propriedade da mídia se apresenta atrelada a essas duas primeiras: a espetacularização. Juntas, principalmente no que diz respeito a prática do futebol na cidade, elas se conjugam no sentido de dar legitimidade e respaldo a esse lugar cuja intenção era interferir e atingir “os imaginários, os desejos, as escolhas da opinião pública, instituindo identidades, construindo vínculos com os leitores”.¹³⁰

¹²⁷ Folha do Norte de 19/11/1949, p.1, MCS/CENEF.

¹²⁸ Ibidem, ibidem..

¹²⁹ BORELLI, Viviane. *O esporte como uma construção específica no campo jornalístico*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. P. 05.

¹³⁰ Idem. Ibidem.

Não por acaso, em matéria de 1954, o jornal trazia na primeira página, tomando toda a parte superior da folha, a manchete: “BRILHANTE VITÓRIA DO FLUMINENSE”, complementada pelo texto: “Grande público compareceu ao Estádio Municipal, no ultimo domingo, para assistir o sensacional choque entre as duas mais categorizadas equipes de futebol da cidade e muito valeu em entusiasmo o jôgo (sic) disputado entre Fluminense e Bahia”.¹³¹

A matéria apresentada nos faz concordar com Fátima Antunes, mesmo tratando de outro período, “o jornal transformava um jogo de futebol em notícia, ampliando sua repercussão e sua importância na vida da cidade”.¹³² A espetacularização da notícia, atrelada às outras duas características, autoridade e neutralidade, aparecia como mais um mecanismo do jornal, produtor de “verdades” sobre o esporte em Feira.

Ancorado nesses pilares o *Folha do Norte* afirmou quem melhor jogou e porque melhor jogou, na conclusão do mesmo texto, amalgamando essas três características: “No Flu todos jogaram com acêrto, objetividade, e lutaram do primeiro ao último minuto, com um só alvo: vencer o campeonato. Foi brilhante a jornada do tricolor e a grande vitória foi recebida festivamente pelos seus adeptos”.¹³³

Esses aspectos, portanto, notam-se característicos da mídia para se definir como o *locus* especializado na análise do futebol. Articulados, eles possibilitam formular, dominar e disseminar uma linguagem específica a respeito do jogo. Sustentado na intenção de transmitir a idéia de espaço legítimo cujo interesse era, nas suas próprias palavras, única e exclusivamente o progresso do esporte local, de modo que permitia ao semanário ter ingerência válida sobre os diversos aspectos da prática esportiva, bem como da vida social.

Resguardado nesse lugar e sustentado nessas características, naturalizadas na mídia, é que o jornal *Folha do Norte* se posiciona a respeito do esporte bretão na cidade. Antes mesmo da matéria que trata do confronto entre A.D Bahia e Fluminense de Feira, na qual o periódico avaliou tecnicamente e taticamente o jogo, o jornal observou e analisou outras partes do esporte, não necessariamente restritas as quatro linhas. O caso Cerqueira é emblemático para mostrarmos o papel em que o jornal *Folha do Norte* se apresentava no que diz respeito do *campo esportivo* local. Assim como na matéria exposta anteriormente, o periódico abordava um confronto entre os dois maiores rivais da cidade. Agora, fora dos

¹³¹ Folha do Norte de 09/01/1954, p.1, MCS/CENEF.

¹³² ANTUNES, Fátima Martins Rodrigues Ferreira. “*Com brasileiro não há quem possa!*” – Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

¹³³ Folha do Norte de 09/01/1954, p.1, MCS/CENEF.

gramados, Fluminense e A. D Bahia de Feira disputavam, nas palavras do jornal, por um “eficiente e disciplinado *player*”¹³⁴, cujo nome era Cerqueira.

Segundo o periódico, a partir do afastamento de Cerqueira do “quadro de jogadores” do Bahia de Feira, “outro clube, o Fluminense, pelo qual Cerqueira já tinha alguma inclinação, tentou tirar partido do impasse criado entre o crack e o Bahia. E a caçada foi iniciada. Propostas, negociações, etc”. No entanto, O Bahia de Feira, “tendo um contrato [com Cerqueira] não queria dar a transferência”.¹³⁵

Desta vez, de forma ainda mais explícita, a imparcialidade apareceu como característica ostentada pela mídia local, cujo papel não era tomar partido de um dos times, mas dar voz a verdade. Dessa forma, representava-se como aquele que iria resolver a “enorme atrapalhada”. O jornal, “afim de esclarecer o público”, resolveu “travar uma pelestra com Cerqueira”.¹³⁶ Cabia ao semanário, enfim, questionar ao principal afetado, o jogador, de onde sairia a versão mais completa e honesta.

Cerqueira foi pauta de mais duas matérias posteriores do *Folha do Norte*. Agora já no quadro do Fluminense de Feira, o jogador estava em condição ilegal de jogar na competição de Feira de Santana porque era “filiado à Liga de Ilheus”, o que, “segundo o estatuto da LFDT, retirou dois pontos do Fluminense”.¹³⁷

Mais uma vez o jornal ocupava o lugar de interferir em questões que iam além do próprio jogo, insidiam sobre a própria legalidade da prática do esporte bretão em Feira. E, para além do papel de informante, exerceu ainda seu papel de avaliador, destacando, “a criteriosa ação da Liga Feirense, da qual grande número de diretores, faz parte do Fluminense, pelo resultado justo dado a questão”.¹³⁸

Porém, reconsiderou sua assertiva quando, em matéria da semana imediatamente posterior publicava, em tom de crítica, que: “só mesmo no futebol de Feira se dá desses fatos.” Já que a Liga havia dado razão ao Fluminense “contrariando sua decisão anterior”, “tudo por causa de um telegrama da entidade de Ilheus” que transmitia a informação do não pertencimento de Cerqueira àquela Liga. No entanto, o “desligamento” do jogador à Liga do Sul da Bahia é questionado pelo jornal, visto que havia ele participado do ultimo campeonato

¹³⁴ Folha do Norte de 05/06/1946, p.1, MCS/CENEF

¹³⁵ Ibidem, ibidem.

¹³⁶ Ibidem, ibidem.

¹³⁷ Folha do Norte de 22/06/1956, p.1, MCS/CENEF

¹³⁸ Ibidem, ibidem.

daquela região pelo Flamengo. E concluiu o texto cobrando a LFDT “investigar, pois ‘embaixo desse pirão tem carne’”¹³⁹.

A reconsideração do jornal sobre a deliberação da Liga, cobrando investigação sobre o caso, duvidando inclusive do telegrama apresentado pela instituição de “Ilheos”, nos possibilita inferir mais uma vez sobre esse lugar de justiça no qual se coloca a mídia. Uma vez usando a máscara da imparcialidade, sua posição e defesa é pela aplicabilidade mais “clara” e “justa” das leis. Mesmo que agora tivesse que se confrontar com aquela que fora aliada, a LFDT.

Uma noção de neutralidade aparecia no periódico como forma de legitimar o discurso no jornal perante a opinião pública. No entanto essa premissa da neutralidade reivindicada pelo jornal, se analisada cuidadosamente, pode ser de alguma forma questionada. Selecionamos dois momentos que, explicitamente, podemos examinar até onde ia essa neutralidade jornalística da *Folha do Norte*.

Escondida detrás de um discurso de progresso e honestidade, a primeira matéria sobre as eleições para a presidência da LFDT do ano de 1949 acaba tomando rumos de campanha quando o jornal apresentou que, era “dada como certa a reeleição do Dr. Wilson da Costa Falcão, o moralizador do esporte feirense”¹⁴⁰. Complementando a primeira, em tom de congratulações à reeleição, o jornal festeja:

Como se esperava, e felizmente, reelegeram o Dr. Wilson da Costa Falcão que, no último período presidencial, zelou pelo patrimônio da Liga, evitando as descabidas evasões da renda dos jogos, fato que se já vinha se tornando escandaloso (...) Esses abusos desapareceram quase que completamente em 48, e esperamos que o Dr. Wilson Falcão possa, este ano, continuar a sua obra, benéfica apenas á terra, aos nosso clubes, ao esporte feirense.¹⁴¹

Mais uma vez o *Folha do Norte* se colocava no lugar daquele capaz de dizer o que era melhor para os esportes locais. Ao observarmos quem era Wilson Falcão logo entendemos que os elogios não se davam por acaso. Ele era filho João Marinho Falcão, eleito, anos depois, prefeito de Feira de Santana pela União Democrática Nacional (UDN), partido do qual um dos donos da *Folha do Norte*, Arnold Silva, era fundador e dirigente na cidade, e pelo qual o próprio Wilson se elegeu vereador em 1950 e 1955.

Essa matéria da *Folha do Norte* nos fornece formas de interpretar, o quanto essa noção de neutralidade está vinculada a uma intenção de atingir e influenciar no

¹³⁹Folha do Norte de 29/06/1946, p.1, MCS/CENEF.

¹⁴⁰Folha do Norte de 05/02/1949, p.1, MCS/CENEF.

¹⁴¹Folha do Norte de 12/02/1949, p.1, MCS/CENEF.

comportamento e na conformação de uma opinião pública. Nesse sentido concordamos com Tiago Leal dos Santos quando define que:

Por meio do discurso — ação verbal dotada de intencionalidade — o homem tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas opiniões. Por isso diz-se que o *ato de argumentar*, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a *todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia*, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que apresenta — neutro, ingênuo, contém também uma ideologia — a da sua própria objetividade.¹⁴²

Tanto a Liga quanto o periódico apareciam como espaços de inserção política e ideológica em Feira de Santana, neles circulavam algumas figuras da vida pública e política feirense. Posto isso, ter um aliado na direção da LFDT poderia ser mais um mecanismo de atuação política na cidade, mais um espaço em que se poderia disputar e disseminar as concepções de mundo do seu grupo político.

Um exemplo disso era que, durante o período em que pesquisamos, alguns indivíduos que compunham a dinâmica esportiva feirense, ocuparam cargos bem como carreiras políticas em Feira de Santana. O futebol se tornava no Brasil um esporte de massas, um clube poderia carregar milhares e até milhões de torcedores apaixonados. O futebol se tornava um mecanismo mais fácil de interlocução entre os dirigentes e a torcida, projetar publicizar suas visões de mundo vinculado ao futebol poderia ser um caminho mais efetivo.

O jornal *Folha do Norte* aparecia, na maioria das vezes, como um correspondente da Liga Feirense de Desportos Terrestres. Houve uma equivalência entre esses dois equipamentos quase que durante todo o período pesquisado. Em que pese essa ligação, não só de flores vivia essa relação. No próprio ano de 1949, o presidente ainda o Dr Wilson da Costa Falcão, o periódico se aloca, mais uma vez reforçando seu lugar de fiscalizador das práticas dos homens públicos que se comprometeram com a administração do desporto feirense:

Há quanto tempo não se reúne a LFDT? Isso não pode continuar. O torneio início tem que ser iniciado e realizado o campeonato. Além do mais, o esporte bretão, na Feira, tem grandes problemas a serem resolvidos. O estádio por exemplo. Precisa também iniciar uma campanha contra a evasão dos jogadores. Alegre já está no Guarani da capital. Vão-se também Juvenal, Davi. Quem fica? Ferro velho? Já não temos campo, e os jogadores que podem, com brilhantismo, defender as tradições e o bom nome esportivo da Feira, desertam. Assim vamos de mau a pior.¹⁴³

¹⁴² SANTOS, Tiago Leal dos. *Discurso jornalístico em mídia impressa e formação ideológica: a responsabilidade do remetente no processo comunicativo*. Periódico de Divulgação Científica da FALS Ano IV - Nº VII- Jan/Abr 2010 - ISSN 1982-646X.

¹⁴³ Folha do Norte de 25/06/1949, p.1, MCS/CENEF

A cobrança do hebdomadário à Liga Feirense nos oferece instrumentos para analisarmos, mais uma vez, como atuava o jornal no que diz respeito ao esporte local. Percebemos algumas características bastante caras a mídia esportiva em geral, e que é observada também na *Folha do Norte*. Duas particularidades andam juntas no trecho apresentado, as idéias de justiça e legitimidade, visto que, foi com essas características que se construiu uma intencional “relação de confiança” entre jornal e o público ao qual o jornal está vinculado. Por isso, Luis Carlos Martins afirma que:

O poder do jornal em interferir no debate público dependia da relação de confiança que estabeleceu com seu público, cuja construção e manutenção exigem certos compromissos, os quais não podem ser totalmente abandonados sob pena de degradá-la.¹⁴⁴

O jornal apresentava-se como justo ao cobrar, inclusive de um par seu. O presidente em atividade da LFDT, personagem que o próprio periódico fizera campanha meses antes. A defesa de uma noção de justiça, caracterizada por atos como o exemplificado na matéria, legitimava o lugar de poder do periódico e sua capacidade de fazer tais avaliações. Somente desse *especialista* idôneo, partiriam as críticas precisas para abrilhantar e “defender as tradições e o bom nome esportivo da Feira”. Desporto que a entidade responsável na cidade, a Liga, estava negligenciando.

Essa matéria exemplifica “Como o jornalismo ocupa um lugar central de mediação da realidade, onde temas dos campos sociais passam pelo processo de midiatização, há um grande cruzamento de falas, interesses, negociações, disputas”¹⁴⁵. Essa definição do jornalismo tem seu correspondente na própria noção de *campo social*, que não só as proximidades nas visões de mundo conformam suas instituições, muito pelo contrário, no seu interior apresenta-se relações carregadas de disputas, tensões, divergências, discordâncias.

No entanto o postulado do jornal não significava, em momento nenhum uma ruptura, pelo contrário, era evidente a correspondência das percepções das entidades, no que se refere principalmente a como deve ser gerido o futebol em Feira de Santana. Na matéria apresentada inclusive, mesmo em tom de crítica, o que defendia o jornal *Folha do Norte*, era a atuação da Liga no desporto local e a aplicação das normas criadas pela própria. Ou seja, nela está

¹⁴⁴ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas*. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH- RS.

¹⁴⁵ SANTOS, Tiago Leal dos. *Discurso jornalístico em mídia impressa e formação ideológica: a responsabilidade do remetente no processo comunicativo*. Periódico de Divulgação Científica da FALS Ano IV - Nº VII- Jan/Abr 2010 - ISSN 1982-646X.

presente a necessidade de atuação da entidade enquanto órgão legítimo e responsável pelo desporto na cidade, não a superação da instituição enquanto administradora do esporte local.

Chamamos atenção porém para não linearidade da história, ou seja para não tomarmos a aliança e a proximidade de concepções dos dois órgãos como apoio irrestrito e não conflituoso. Pelo contrário, a perspectiva é chamar atenção para como, embora na maioria do tempo apresentasse correspondências com a LFDT, o *Folha do Norte*, teceu relações, seguiu caminhos também particulares, específicos, na construção de seu espaço como parte do *campo esportivo* local.

Por outro lado, mesmo com algumas tensões e críticas, essas agências articuladas, Jornal e Liga Feirense, intencionavam consolidar e investir sobre si mesmos, o lugar daqueles que detinham “o monopólio da imposição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva”.¹⁴⁶ Assumir para si esse poder significava definir regras, inferir sobre organização de corpos e lugares e universalizar determinada maneira de ver o mundo, no caso aqui dos grupos sociais dominantes, como vontade de todos.

Esses equipamentos, associados ao Estado local, mesmo depois da ditadura iniciada em 1937, defenderam formas, lugares, maneiras de praticar o futebol na cidade. Concepção racionalizadora, normalizadora, combatente direta do futebol que se popularizava cada vez mais entre trabalhadores desde a década de 1920, convivente com negros, os mesmos oriundos da escravidão tão próxima, mas que encontraram nesse esporte uma forma de expressão própria, e através dele ocuparam espaços, conquistaram multidões.¹⁴⁷

Por outro lado, entendemos que o processo de instituição de um poder aqui representado pela conformação do *campo esportivo*, não foi efetivado de forma linear e sem tensões, sem descaminhos. Pelo contrário observamos esse movimento em seu aspecto relacional, no qual, se por um lado as instituições, aqui materializadas principalmente na figura da LFDT atrelada ao Estado e ao jornal *Folha do Norte*, pretendiam se consolidar enquanto agências detentoras do monopólio da definição legítima da prática esportiva, bem como da função legítima da atividade esportiva, através de suas regras, documentos, materialização de um projeto específico para o futebol. Por outro, entendemos e através da pesquisa identificamos que a tentativa desses equipamentos foram recortadas por conflitos,

¹⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983.

¹⁴⁷ No período em que estudamos o exemplo máximo de ídolo nacional através da popularização do futebol foi o de Leônidas da Silva, que a partir de sua atuação na Copa do Mundo de futebol de 1938 na França, sendo o artilheiro da competição, conseguiu a reverência de inúmeros brasileiros. A popularidade do jogador era tamanha que seu apelido, “Diamante negro” virou nome de chocolate. No entanto Denaldo de Souza chama atenção para o quão foi conflituosa a manutenção dessa popularidade, algumas vezes perseguida pelos órgãos de imprensa do Rio de Janeiro da época, em virtude de algumas posturas do jogador dentro e fora do jogo, que não condizia com a forma com que esses intelectuais defendiam para o jogo. Sobre isso ver:

contradições, desvios. O que mostra que, embora detentores de um poder capaz de propor leis, modelos para o jogo, essas iniciativas são o tempo todo relacionadas com a prática efetiva, com os indivíduos que praticam o futebol, e as vezes com esses mesmos formuladores e mantenedores do modelo.

É Exatamente nesse emaranhado de relações que iremos nos mirar a partir de agora no trabalho, analisar como os projetos, os sentidos tecidos pelas instituições e suas leis, que propunham certa racionalidade, o tempo todo se deparavam com a prática cotidiana do esporte feirense e nem sempre eram obedecidas. Várias vezes não respondiam as expectativas previstas por esses organismos e suas normas. Analisaremos essas tensões que acompanharam todo o período estudado, como à medida que se tentava instituir preceitos legais e morais para todos os aspectos do jogo (jogadores, dirigente, juízes, campo, torcedores) em resposta tínhamos, muitas vezes, seu contrário, sempre criticado nas páginas do jornal *Folha do Norte*.

3 - **Conflitos do campo:** tensões na efetivação do *campo esportivo* e suas regras

3.1 - *Foot-ball vagabundo:* a popularização do futebol e seus conflitos

O fim do século XIX e início do XX trouxe a cena nacional um esporte moderno. O futebol tomava formas e corpos nas Américas. Sua origem suscitou debates.¹⁴⁸ Seu modelo elitista, representação de corpos e mentes saudáveis, ainda ocupava lugares restritos. Jovens estudantes, depois de uma estadia na Europa, trouxeram consigo bolas e uniformes, o esporte bretão era feito no Brasil como a expressão do novo corpo, da juventude civilizada. Os restritos “clubs” disseminavam-se por diversas capitais do país, os símbolos esportivos de certo progresso deveriam ser praticados, e a juventude, expressão dos novos tempos nos quais, os corpos atléticos representavam ação e desenvolvimento.¹⁴⁹

Não demorou muito para esse cenário seguir rumos diferentes e conflituosos. O esporte bretão em pouco tempo se popularizou no país. Um exemplo, em 1904 a fábrica da cidade de Bangu, no Rio de Janeiro, formava o Bangu Sport Club e jogava entre os “elegantes clubs” cariocas. Mesmo com o time da fábrica contando apenas com jogadores ingleses, a inserção da agremiação operária, ainda em 1904, é um indício de quão tortuoso foi apropriação e controle do esporte pelos grupos dominantes, e dos caminhos para sua rápida popularização entre trabalhadores.¹⁵⁰

Poucos anos depois as disputas tomariam “cores” ainda mais fortes. Na década de 1910 negros e mulatos ocupariam lugares entre os clubes de fábricas, entre os times de

¹⁴⁸ São recorrentes debates a respeito da chegada do futebol no Brasil. Estudando o futebol paulista e suas origens, José Moraes dos Santos Neto analisou a participação dos colégios, principalmente o Colégio São Luiz de Itu, na difusão do futebol e suas regras pelo Brasil. Estudando o futebol baiano, Henrique Sena chamou atenção para a recorrência de um mito fundador atrelado a introdução do esporte bretão em terras brasileiras, no qual, em diferentes capitais, as primeiras manifestações futebolísticas dessas cidades atreladas a jovens, filhos de ingleses, que foram estudar na Inglaterra e voltaram com uma bola e uniformes para o jogo. No caso da Bahia Zuza Ferreira, Oscar Cox no Rio de Janeiro, Charles Miller em terras paulistas. Ele questiona esse mito demonstrando que estudos outros já identificam a prática do esporte anterior a esses indivíduos, desde jogos em escolas jesuítas até pejejas entre marinheiros em portos. Sobre isso ver: SANTOS NETO, José Moraes dos. *Primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. SANTOS, Henrique Sena dos. *Pugnas Renhidas: futebol, cultura e sociedade em Salvador (1910-1924)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012. FRANCO JR, Hilário. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras. 2007.

¹⁴⁹ Sobre os primeiros anos de futebol das elites ver: RODRIGUES FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Petrópolis: Firmo. 1994. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro : 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. SANTOS, Henrique Sena dos. *Pugnas Renhidas: futebol, cultura e sociedade em Salvador (1910-1924)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012. CAFÉ, Lucas Santos. *Dos Simpaticíssimos aos incivilizados: A formação de um cenário futebolístico na cidade de Salvador (1895-1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2013.

¹⁵⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Ob. cite*. p. 32.

periferia. Destacar-se-iam entre as equipes dos grupos dominantes, e cada vez mais se protagonizariam entre aqueles que praticavam o esporte.¹⁵¹

Na década de 20 o futebol já suscitava paixões. Nos grandes centros milhares de pessoas acompanhavam semanalmente suas equipes, rivalidades eram criadas entre os clubes, e os trabalhadores cada vez mais ocupavam a vida futebolística das cidades que se urbanizavam, torcendo ou jogando.¹⁵² Em torno do futebol eram forjadas novas sociabilidades. Nos clubes, nas várzeas, nos terrenos baldios e nas praças, ao seu jeito, os grupos subalternos praticavam o jogo.¹⁵³

Entre os populares instituía-se formas diferentes de jogar e viver o esporte. O futebol elitista e letrado se via diante de novas maneiras e práticas no Brasil. Mais do que isso, nas palavras de Marcelino da Silva: “A emergência do povo, enfim, provocou um deslocamento do mundo esportivo, fazendo com que seus limites não mais coincidissem com as fronteiras do mundo letrado”.¹⁵⁴ O “mundo letrado” instituía regras e normas que tentavam apagar as vivências gestadas na oralidade, da cultura que não tinha na escrita sua forma de expressão. Se no início do século XX a ligação entre a vida letrada e o esporte era bastante estreita, a popularização abalou esse vínculo, mais do que isso colocou na cena tensões, disputas sobre quem, como, onde deveria ser praticado o jogo.

Na primeira parte do texto falamos exatamente desse mundo letrado cuja pretensão era definir regras a respeito da prática do esporte. LFDT, Estado, prefeitura ou esferas estadual e federal, e *Jornal Folha do Norte*, buscavam consolidar na cidade, para usar as palavras de Pierre Bourdieu, um *campo esportivo*. Sobre eles o poder de definir normas, ditar leis sobre o

¹⁵¹ Sobre o negro no futebol e as diferentes leituras sobre as disputas e conflitos a respeito da participação desses sujeitos no jogo ver: RODRIGUES FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Petrópolis: Fumo. 1994. LOPES, Jose Sergio Leite. Classe, Etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre.; BATALHA, Claudio H. M., *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro: 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹⁵² Sobre o futebol e a construção de sociabilidades novas a partir da profissionalização ver: LOPES, Jose Sergio Leite. Classe, Etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre.; BATALHA, Claudio H. M., *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004. SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo! construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo, SP: Annablume, 2008. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro: 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹⁵³ Sobre isso ver: ANTUNES, Fátima Martin (1992). *Futebol de Fábrica em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH-USP e SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁵⁴ SILVA, Marcelino Rodrigues da. *Cidade esportiva/cidade das letras*. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014. p. 251.

esporte na cidade. Suas funções, pedagogizar a prática do esporte local, instituir sobre corpos limites, disciplina e padrões de comportamentos.

No entanto, o futebol no Brasil foi e é atravessado por conflitos, por formas diversas de prática, na várzea, na rua, nos campos improvisados, no estádio, profissional, amador, estudantil; violenta, pacífica, controlada, guerreira, técnica, tática. Formas que nem sempre conseguem dialogar umas com as outras ou com o projeto letrado para o esporte. Por isso algumas delas são perseguidas, condenadas ao adestramento, por vezes ao silenciamento.

Sobre esses conflitos é que nos debruçamos nesse segundo instante do trabalho. Uma racionalidade proposta pelas leis, pelas diretrizes que sustentavam as agências do *campo esportivo* e seus lugares de poder com o objetivo principal de disciplinar o jogo e conseqüentemente corpos e ações. Instituições e normas que quando confrontadas com a prática real resultaram em relações lineares, plenamente compartilhadas por aqueles que vivenciavam o jogo. Pelo contrário, tinha nos conflitos a sua própria desrazão, marca do movimento dos sujeitos que sentiam e experimentavam o jogo de outras maneiras e, mesmo indiretamente e de forma não intencional, se manifestavam tencionavam a lógica proposta.

Mesmo antes da fundação da LFDT em Feira de Santana o “esporte bretão” e sua expressão popular já suscitavam conflitos. As releituras, ressignificações e práticas do esporte segundo as regras próprias dos trabalhadores expressavam, dentre outras coisas, novas e diversificadas formas de fruir e estar desses sujeitos nas cidades que aceleravam suas vidas. No entanto, na tentativa de manter as características do futebol dos grupos dominantes, em seu sentido aristocrático, o “mundo letrado” o perseguia, tingia sobre os subalternos e suas formas de jogar a pecha de “não civilizados”, “sujos”, “irracionais”, “violentos”, “individualistas”.¹⁵⁵ De “foot-ball vagabundo”. Esse conflito foi expresso nas ruas de Feira de Santana e em 1921 o jogo apareceu nas páginas do jornal *Folha do Norte*:

Foot-ball vagabundo. É deplorável que em um meio como o nosso exista uma malta de vagabundos, na maioria seminus, que passam o dia inteiro numa continua partida de foot-ball, que sempre degenera em formidáveis atentados à moral pública. Há poucos dias passamos pela Praça onde tem início a Avenida Araújo Pinho, e tivemos de assistir as cenas mais deponentes (sic). Moleques, cobertos de andrajos que se digladiavam aos coices, eram seguidos de uma algazarra infernal e uma pornografia sem par. Oxalá que o senhor delegado de polícia, que tão solícito tem sido, dê um salutar paradeiro a este diabólico entretenimento.¹⁵⁶

Os sentidos do texto evocavam a tensão entre a prática do futebol que incomodava o que a mídia feirense entendia como “moral pública”. Era um futebol diferente daquele

¹⁵⁵Ibidem, ibidem.

¹⁵⁶ Folha do Norte de 14/05/1921, p.2, MCS/CENEF.

reservado aos grupos dominantes, esse marcado como expressão do civilizado, com lugar específico para ser praticado, com bola e jogadores limitados por quatro linhas, com padrões de camisas a distinguir equipes, juízes a definir regras e controlar homens. Por isso, o termo vagabundo aparecia no texto como elemento de distinção, qualificação negativa de outra prática do jogo. A expressão carregava em si a própria condenação da maneira em que era aplicado o futebol e de seus praticantes. Para aqueles que escreviam no jornal, na praça da cidade racionalizada não cabia outra expressão senão a do controle dos corpos, bem vestidos com roupas que lhe cobrissem totalmente.

Lendo de outra forma, no fragmento era perseguida pelos letrados não a animalidade, a irracionalidade, a barbárie. Mais outra racionalidade, a manifestação da criatividade e organização autônoma, eficaz e diferente, que não tinham nas leis escritas amarras. Era caso de polícia a expressão da liberdade fugaz dos dribles e dos possíveis chutes nas janelas, de possíveis brigas em função de resultados questionáveis, dos gritos em comemoração dos gols. Inadmissível era também os possíveis chutes que ultrapassavam muros e adentravam casas. Condenável pular essas barreiras, invadir propriedades privadas para pegar a bola, como escrevia a matéria do mesmo jornal, publicada quase seis meses depois:

Foot-Ball perigoso. Chamamos a atenção do poder competente para um grupo de meninos que se entretêm a jogar foot-ball nas imediações do Asilo de Lourdes. Os desastrados jogadores atiram a bola ao quintal do referido prédio e para reavê-la escalam, sem cerimônia, o muro, o que é um grave atentado à propriedade alheia, máxime tratando-se de uma casa pia. Aí fica a queixa para a necessária correção.¹⁵⁷

Esse texto, no mesmo caminho do primeiro, produzia sentidos para a prática do jogo. Também condenava aspectos da execução do futebol na cidade. Por outro lado, assim como no escrito anterior, ao publicar a matéria intitulada “Foot-ball perigoso”, o jornal nos possibilita um percurso inverso de análise. Em que pese a intenção de queixar-se e denunciar a prática do ludopédio dos “desastrados jogadores” e suas ações que desrespeitavam a ordem da cidade civilizada, lendo na contramão, observamos, mais uma vez, que a popularização do futebol em Feira de Santana possibilitou diferentes leituras desse esporte. Mais uma vez o jogo incomodava, sua condução não se dava segundo regras definidas pelos *sportman*. Em vez do “civilizado” *fair play*, era vista a sagacidade gatuna dos saltadores, “sem cerimônia”, do muro do asilo.

As denúncias seguiam aparecendo. Como um verdadeiro “tribunal da norma” o periódico continuava perseguindo, julgando. A década de 1930 apresentou em seu curso

¹⁵⁷ Folha do Norte de 02/11/1921, p.1, MCS/CENEF.

eventos cujo alvo ainda era o futebol das ruas e suas manifestações. Através delas, a chance de percebermos como era praticado o jogo para além das regras definidas pela “cidade das letras”.

As ruas da cidade não são praças de esportes. Por vezes temos clamado contra o grande abuso de praticarem o futebol nas vias públicas da urbe. Ainda ontem, pessoas residentes à Rua Conselheiro Franco, queixaram-se-nos desta mesma irregularidade, tendo as vidraças de suas casas arreventadas em consequência do futebol praticado naquela principal rua da cidade. Não está direito, Feira ainda possui campos de futebol.¹⁵⁸

Como um coro, as matérias construía significados sobre o que deveria ser a cidade, voltavam-se as ruas e seus indigestos “vagabundos”. A forma de praticar o jogo em fins da década de 1930 ainda tirava o sono dos que se pretendiam civilizados. Nas páginas do periódico o futebol das ruas atentava a propriedade, vidraças quebradas em virtude de boladas. Lendo a contrapelo mais uma vez, encontramos garotos jogando bola na urbe, desvirtuando o funcionalismo instituído pela “cidade das letras”. Outra forma de driblar no calçamento, de chutar, de correr, que não a dos campos gramados idealizadamente pensados, que deveriam ser certinhos, bem cuidados, devidamente higienizados. Essa outra fruição incomodava. A essa releitura subalterna do espaço urbano e àqueles que os praticavam, naturalizava-se a destruição, irregularidade, barbárie.

A violência, como parte inerente ao futebol popular, aparecia nos jornais. Estigmatizar o futebol das ruas de violento surgia como tendência, naqueles grupos dominantes, em naturalizar nas diversas manifestações de frações pobres da sociedade, características incivilizadas, ou seja, diferente do que eles entendiam como civilismo. Novamente, sentidos diferentes de praticar o esporte estavam em jogo. O futebol nas ruas nesse momento não respondia ao “*fair play*” dos “*sportman*”, se aproximava mais da competitividade e rivalidade entre garotos de uma “rua de cima” contra os da “rua de baixo”.¹⁵⁹

Ocorrem a miúde, no futebol atabalhado das ruas, consequências lamentáveis do gesto condenáveis de calças, encontrões etc.. Não se corrigem, no entanto os desastrosos pebolistas, de um dos quais foi vítima, terça-feira última, o jovem Guilherme Fernandes de Souza. Treinava este com outros rapazes, à Rua do Fogo, no subúrbio, quando recebeu brutal encontro, caindo e fraturando a perna.¹⁶⁰

¹⁵⁸Folha do Norte de 02/05/1936, número 1398, p.4. MCS/CENEF.

¹⁵⁹BOAVENTURA, Alberto Alves. *Cronifatos* – Feira de Santana, 1983, p. 34 e 35.

¹⁶⁰ Folha do Norte de 02/09/1932, p.1, MCS/CENEF.

Embora atos violentos acontecessem em partidas promovidas pelos “senhores civilizados”, eles apareciam na mídia como exceções à regra, alguns excessos cometidos, mas que não abalavam a construção “fidalga” do esporte, na qual imperavam valores de distinção social. Por outro lado, para os mesmos que inscreviam sobre a cidade a tinta de um progresso, a inserção e apropriação do futebol, entre os pobres, produziu o futebol da rua, sempre “atabalhado”, sem regras, do qual a “brutal” selvageria seria consequência inerente e inevitável. Utilizando das contribuições de Foucault observamos aqui a produção da delinquência que naturaliza, na biografia dos sujeitos (origem, lugar onde moram), as explicações e respostas para seus comportamentos infratores.¹⁶¹

O futebol em Feira de Santana, que segundo Clovis Oliveira era vendido, através de uma publicação na revista *Serpentina* em 1941, vésperas da criação da LFDT, como “um importante meio de socialização de modelos civilizados” e, mais ainda, “índice de urbanismo, marca fundamental de uma terra que cultivasse a educação como meta para atingir o estágio de avançada”, quando praticado anos antes, por indivíduos que destoavam desse modelo de urbanidade, civilidade e educação, era denunciado, julgado¹⁶².

Se por um prisma as matérias citadas demonstravam a perseguição dos jornais para com as variadas manifestações do futebol na cidade, por outro salta aos olhos a forma como os subalternizados fruía o esporte de maneiras diversas, necessariamente conflitivas com o futebol elitizado dos grupos dominantes. No entanto, a intenção em apresentar essas outras vivências do ludopédio em terra feirense que não a dos dominantes não é romantiza-las. Pelo contrário, apresentar que, no processo de desenvolvimento da história do futebol no interior da Bahia, sentidos sobre o esporte foram tecidos, formas diferentes de praticá-lo, maneiras diversas que dialogavam em grande medida com o lugar social daqueles que o jogavam.

A necessidade de recuar para algumas matérias da década de 1920 e 30 e apresentar os conflitos a respeito da prática do esporte, deu-se em virtude da possibilidade de demonstrar que a implementação da LFDT se fez, dentre outros fatores, para responder também a conflitos locais, claro que sem deixar de lado aspectos macro estruturais como a política de esportes do Estado Novo.

Junto com a criação da entidade viria a construção de diversos mecanismos discursivos, cuja intenção o ordenamento da prática do jogo, criar padrões através das agências e suas leis, passaria a ser em certa medida, silenciar o “futebol vagabundo” que

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*, 10ª edição, Petrópolis, vozes, 1987. P. 223-224.

¹⁶² OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2011. P. 38.

tomava as ruas da urbe. Chamamos atenção, portanto, para o fato de que, a constituição do que chamamos de *campo esportivo*, se fez, no campo local, em resposta também a essa outra forma de praticar o esporte, gestada entre os suburbanos, trabalhadores e seus filhos, que incomodavam o cotidiano da “cidade letrada”, cujas regras deveriam ser conduzidas dentro de uma racionalidade métrica, científica, técnica.

A partir da década de 1940, com a burocratização do esporte, a instituição da Liga e sua relação com a política nacional de desportos prevista pela CND, os conflitos em torno do esporte assumiram outros contornos em Feira de Santana. O *campo esportivo* responsável pelo controle do futebol foi instaurado. A criação da LFDT priorizou, na pauta da mídia, outros reclames sobre o esporte que não diziam mais respeito a seu jogo nas ruas, e sim ao “pebolim” praticado entre os “escolhidos” pelo *campo*. A implementação da entidade esportiva local, com a constituição de campeonatos permanentes, jogos amistosos constantes, excursões das equipes locais pela Bahia, transformou a representação do esporte na cidade e a forma como a mídia passou a tratar sua prática. Estava em jogo agora o esporte institucionalizado, no qual o futebol, através de clubes organizados em uma liga, criada por senhores dos grupos dominantes locais, representava o esporte feirense, confundido com a própria identidade da cidade.

Não queremos, no entanto, cair no engodo de que, por não aparecer nos jornais, o futebol das ruas tenha acabado, pelo contrário, temos certeza que permaneceu, mesmo que em quantidade menor e com características diferentes, até hoje. O silenciamento do jornal a respeito desses conflitos, recorrente em anos anteriores, após a criação da LFDT nos confronta com um novo contexto em que o esporte estava inserido na cidade. Entendemos portanto, que através da implementação de um equipamento promotor e fiscalizador, as disputas a respeito do futebol deveriam ser travadas agora no *campo esportivo*, no âmbito das instituições, no interior da própria LFDT, produto e produtora de disciplinas recionalizantes para o jogo.

Foi nesse contexto de aceleração das relações e do cotidiano em que se instituiu, em Feira de Santana, a Liga Feirense de Desportos Terrestres (LFDT), como o equipamento responsável pelas manifestações esportivas na cidade. A partir desse momento a prática do jogo ganhava dinâmicas próprias na urbe. Não caberia mais ao periódico disputar, prioritariamente, a concepção de um futebol com aquele praticado nas ruas, já que a cidade através das iniciativas de “jovens esportistas e bem intencionados para com o esporte local”, acompanhando uma tendência nacional, havia evoluído no que diz respeito aos seus esportes a partir da criação da Liga local. O Jornal e a LFDT, portanto, duas instituições das quais nos

reportamos no primeiro capítulo, a partir desse contexto, silenciavam em seus espaços outras maneiras de praticar o esporte, procuravam inscrever sobre o futebol na cidade a forma instituída como a versão legítima de se jogar, e era sobre ela que seriam travadas as disputas a partir daquele momento.

3.2 – **Embaixadores de progresso:** propaganda de um futebol civilizado e disciplinado.

Com a criação da LFDT, o modelo do esporte clubístico foi institucionalizado. Nas páginas dos jornais não mais o futebol vagabundo dos meninos das ruas. Os jogadores estariam devidamente uniformizados, as partidas seriam travadas em Estádios, com juízes, tempo definido, torcidas bem organizadas nas arquibancadas. Os clubes e seu campeonato, organizados por “homens honestos e preocupados com o desporto local” seriam, no *campo* dos esportes, a renovação da Feira que cada vez mais caminhava no sentido a um progresso¹⁶³. Mais do que isso promoveria o nome da cidade Bahia a fora. O desenvolvimento desportivo, que nesse momento se confundia com o da Feira de Santana, deveria ser vivido nos diversos cantos, das mais diferentes formas.

A propaganda do desenvolvimento feirense associado aos seus esportes em outras cidades eram materializadas nas excursões dos times feirenses. Em 1942, logo depois da criação da LFDT chamava atenção nas páginas do *Folha do Norte* a excursão feita pela Associação Desportiva Bahia (ADB) em terras santamarenses, jogar contra o time local do Atlético Futebol Clube. Nas palavras do jornal depois de “50 minutos de excelente viagem” chegava a Santo Amaro os “excursionistas feirenses”, que tinham como presidente dessa embaixada o “sr sargento Jose Marques, esforçado instrutor do Tiro de Guerra 382, de Feira”. Depois de apresentar os excursionistas, o periódico reconheceu toda hospitalidade da cidade do recôncavo baiano para com os visitantes, que os receberam com saudações e palavras de boas-vindas. Além de oferecerem, como premiação, “bonita estatueta para o vencedor da peleja que iria se realizar”.¹⁶⁴

Chamamos atenção para a construção do cerimonial para um jogo de futebol. Além da partida, existia uma série de significados que norteavam a prática do esporte. Na referência ao curto tempo em que foi feita a viagem, implicitamente o texto fazia referência às estradas que agora poderiam ligar Feira de Santana a outros centros, para trocar experiências de “civilização” como a prática do esporte. A excursão e seu presidente mostravam a

¹⁶³ Folha do Norte de 21/01/1942, p.2, MCS/CENEF.

¹⁶⁴ Folha do Norte de 10/10/1942, p.2, MCS/CENEF.

responsabilidade que a delegação do time feirense teria para com a cidade. Não por acaso era um Sargento que a presidia, além da ligação que historicamente o corpo militar tinha com os esportes, o controle e disciplinarização de corpos, o tiro de guerra representava marco patriótico local, sempre exaltado em tempos de ditadura varguista.

Os sentidos tecidos nesse momento do texto do jornal nos coloca diante da construção de uma identidade local, consonante com a nacionalidade cuja marca civismo, naquele momento, representava uma das insígnias do progresso nacional, que ultrapassava as marcas do campo e bola propriamente dito. Mais do que puramente um jogo de futebol, cerimônias como essa serviam para que as duas cidades expusessem seus sentidos de progresso.

Em que pese todo o ritual e sua importância na construção de um modelo de desenvolvimento, o destaque ainda era para o jogo. Nele também se construía sentidos que conduziam a uma noção de cidade que progredia, cada vez mais, em terrenos baianos. Mais do que isso, o placar do jogo representava o desenvolvimento dos homens feirenses, da cidade, de suas instituições.¹⁶⁵

O jornal se voltava à partida apresentando-a como uma “sensacional peleja” cujo fim foi marcado pelo “honroso empate de 2x2”. Mais do que o placar, chama-nos atenção no texto a forma como os jogadores eram tratados, como metáfora do feirense em geral. O único jogador a receber destaque especial foi o goleiro Iôô, “que apesar do bem combinado jogo e os incessantes ataques desenvolvidos pelos companheiros de Cadeirinha, fez eletrizantes defesas, arrancando da assistência, por varias vezes, calorosos e repetidos aplausos”.¹⁶⁶

Chamar atenção para a atuação do goleiro poderia ser uma estratégia de valorização da atuação da equipe. Mais do que identificar que o outro time jogou melhor, reconhecer o destaque do goleiro no jogo, poderia representar o sucesso da equipe que empatou, na casa do adversário, superando adversidades. O indício dessa assertiva aparece na continuação da matéria que se volta para os jogadores do time feirense que, composto só de “pratas da casa, estava em um de seus dias de triunfo”: É bastante dizer que não se pôde, por falta de espaço, salientar em separado, o jogo de cada um dos componentes do ‘esquadrão de aço’, feirense, pois todos jogaram com vontade de conquistar a vitória¹⁶⁷.

O texto edificava significados para a prática do futebol. Ressaltando características como “vontade” e honra dos jogadores feirenses que se dispuseram a jogar empenhados na

¹⁶⁵ Em 12/11/1952 a câmara dos vereadores produziu e o poder municipal sancionou a lei que considerava a Associação Desportiva Bahia uma entidade de utilidade pública. BRASIL, Feira de Santana. projeto de lei nº 33/52. A câmara de vereadores de Feira de Santana considera de utilidade pública, a Associação Desportiva Bahia. Caixa dos Projetos de Lei de 1948-1954.

¹⁶⁶ Folha do Norte de 10/10/1942, p.2, MCS/CENEF.

¹⁶⁷ Ibidem, ibidem.

vitória, pretendiam forjar sobre o esporte uma marca. Se jogado daquela forma, por feirenses responsáveis com o triunfo, de forma disciplinada, seria instrumento de orgulho para a cidade. Aquelas características extrapolavam novamente o jogo propriamente dito, expressariam qualidades do povo feirense que, através do esporte, apresentava-se em Santo Amaro naquele domingo.

Diversas expedições de times da cidade foram exaltadas nas páginas do jornal *Folha do Norte*. Nos chamou atenção porém a forma com que uma, em especial, foi tratada. Datada de 16 de setembro de 1950, ganhava destaque na segunda página do periódico o título: “Excursão do Fluminense a Itabuna”. Antes de nos voltarmos a análise do conteúdo da matéria propriamente dito, chamamos atenção que meses antes estava o futebol ainda mais em alta no Brasil. O país sediava o campeonato mundial de futebol, primeiro evento desta qualidade organizado depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Tal empreendimento significava, para aqueles que o organizaram, parte do progresso do desenvolvimento nacional, no qual a construção de um estádio monumental no Rio de Janeiro, o Maracanã, representaria tal grandiosidade, que deveria ser coroada com o título, que acabou não sendo conquistado. Pelo contrário, a decepção de uma ótima campanha e de uma derrota de virada no último jogo, tomou de rompante aos mais de duzentos mil brasileiros que estavam presentes no Maracanã.¹⁶⁸

Em que pese o desapontamento em função da derrota de 1950, o futebol continuou sendo um veículo pelo qual noções e modelos de progresso e disciplina eram transmitidas. Assim como na excursão para Santo Amaro mais do que a própria partida de futebol a viagem representava a pretensão de uma cidade (Itabuna) em mostrar para outra, capaz de avaliá-la (Feira de Santana), seu caminho rumo a um certo desenvolvimento.

Detalhado em vários tópicos o jogo quase que ganhava valor secundário na matéria. Os três primeiros tópicos se preocupavam com a viagem propriamente. Numa pequena introdução a informação, em tom de gratidão, pelo convite e recepção da “progressista capital do cacau” e seu povo, do atual campeão de Feira de Santana, o Fluminense F. C. em viagem feita no dia 16 de Setembro¹⁶⁹.

Logo abaixo o subtópico a embaixada aqueles que representavam a Feira na viagem. Além dos jogadores, “os senhores Wilson Falcão e Ariston de Carvalho”, Falcão se elegeria vereador pela primeira vez naquele ano, sendo a agremiação e a LFDT meios de visibilidade

¹⁶⁸ FRANCO JÚNIOR. Hilário. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras. 2007. P. 90.

¹⁶⁹ Folha do Norte de 16/09/1950, p.6, MCS/CENEF.

pública para ele, dois proeminentes políticos e intelectuais da cidade, o primeiro à época presidente da LFDT e o segundo presidente do time feirense. Através dessas figuras, representantes de grupos dominantes da cidade, o modelo de um progresso local era exportado através do futebol.¹⁷⁰

Segundo o Jornal toda uma cerimônia de recepção fora preparada. A espera da delegação feirense “grande caravana de esportistas, rotarianos e membros da colônia feirense em Itabuna, tendo a frente o Sr Ulisses Alves presidente da ‘Desportiva’”. Ao chegar fora feito um passeio em “automóveis cedidos pelos promotores da temporada” pelas ruas da cidade, com o objetivo de observar “os melhoramentos em todos os pontos” da urbe “assinalada” através de “grandes obras de assistência social e hospitalar, importantes edifícios públicos e residenciais”. O texto definiu a Itabuna: “uma bela cidade, com linhas modernas, aspecto e movimento de capital”.¹⁷¹

Junto com o texto publicado eram erigidos significados para o futebol como uma forma de exportação de maneiras de ver, de projetar o mundo. Feira de Santana e seus representantes expressavam, na viagem, aqueles capazes de legitimar o “desenvolvimento”, papel lhe conferido por aqueles que os convidaram. Mais do que isso, o futebol erguia seus próprios monumentos, também sinônimos de progresso, assim como o Maracanã para o mundo, foi reinaugurado, depois de passar por “grandes reformas” o renovado estádio da “Desportiva Tabauense”, que convidou o Fluminense F. C. para participar da festa de reabertura.¹⁷²

O jogo, como praxe no *Folha do Norte*, ganhou valor acessório. Assim como na excursão de oito anos antes, aspectos como “disciplina” aliada ao bom comportamento foram os motes da matéria para ressaltar o sucesso do empreendimento. Essas características foram atribuídas não só aos jogadores, mas principalmente aos torcedores que prestigiaram o evento. Personagens que, na fala do hebdomadário, com “grande assistência, aplaudiu indistintamente os dois quadros, numa demonstração de perfeita educação esportiva”, também, responsáveis pelo “êxito financeiro” da partida com o “Record de bilheteria da temporada” no valor \$ 17.000,00¹⁷³.

Mais uma vez, assim como na viagem a Santo Amaro, o articulista saudava o sucesso do evento, seu auspicioso retorno, na segunda expedição ainda mais evidente quando apresentados em lucros financeiros. Através do futebol o jornal, não sozinho nessa

¹⁷⁰ Ibidem, ibidem.

¹⁷¹ Ibidem, ibidem.

¹⁷² Ibidem, ibidem.

¹⁷³ Ibidem, ibidem.

empreitada, associado a outros mecanismos, lutava para forjar sentidos, construir, atrelados, sua concepção de esporte e de progresso.

Se em terras santamarenses e itabunenses a civilidade, a disciplina, o bom comportamento foram exaltados como elementos constitutivos das identidades das cidades e seus esportes, que rumavam ao progresso, nem sempre eram assim as confraternizações esportivas. Em julho de 1943 o jornal noticiou sobre uma excursão feita pela mesma A.D. Bahia a Itaberaba.

Segundo noticiamos, a “A. D. B.” desta cidade seguiu sábado para Itaberaba afim de enfrentar o “Bahia” daquela cidade. O resultado do *placard* foi 2x2, podendo o clube feirense considerar-se vitorioso pois não lutou contra futebolistas mas com tratores (como se diz na gíria do futebol). (...)Mario Porto saiu carregado do campo, assim como muitos outros ficaram seriamente machucados.¹⁷⁴

A crítica sobre a violência do jogo era algo recorrente nos textos que tratavam do futebol. Na perseguição a ela se instituía a disciplina como formadora de corpos dóceis que, naquele momento, dialogava com uma compreensão de civilidade. Jogar como “tratores” significava infringir as regras, as racionalidades propostas pelas entidades do esporte. Se por um lado era natural do “futebol vagabundo” a violência como consequência de uma não racionalidade no jogo, por outro era desviante a violência no esporte promovido pelas instituições do *campo esportivo*, já que consistia de todos os mecanismos (estádio, juiz, arquibancada) para a prática desportiva.

Ao nos depararmos com o discurso, quase que semanal, contra a violência, nos confrontamos com um aspecto do projeto de reafirmação do lugar da ordem para o jogo, o que reafirmava também um modelo de futebol que priorizava um ordenamento coletivo em detrimento do aspecto emocional e subjetivo, no qual a rivalidade, dentre outros aspectos que compõem um jogo da bola, não eram levados em conta. Criticar e definir o que é violência servia para regular reações individuais de jogadores, e além disso ajustar corpos, ordenar comportamentos a partir de modelos técnicos, treinamentos.

As concepções do jornal e LFDT sobre futebol edificavam uma leitura de como se praticar e entender o esporte na cidade. Forma que caminhava de braços dados com uma noção de progresso na qual corpos disciplinados, dóceis no esporte, eram sinônimo de civilização, enquanto a rebeldia, insubmissão estava vinculada ao atrasado. Essa dicotomia apareceu no *Folha do Norte*. Feira de Santana civilizada, ou seja, disciplinada e dócil, em contraposição a Serrinha, incivilizada e insubmissa.

¹⁷⁴ Folha do Norte de 31/07/1943, p.2, MCS/CENEF.

Os sportistas do interior não comprehendem o que é o futebol. Querem ganhar a força, não preenchendo os preceitos da bôa (sic) educação, nem da civilidade. Vimos quanto uma embaixada sportiva desta cidade foi maltratada em Serrinha, onde até as moças atiraram-lhe pedradas, além de outros incidentes, que não vale a pena recordar.¹⁷⁵

Ao se reportar a uma excursão futebolística feita pela A. D. Bahia de Feira de Santana à cidade de Serrinha, o jornal local associava os “esportistas do interior” à selvageria, por não aceitarem uma possível derrota. Inclusive as torcedoras que, segundo o relato, apedrejaram a delegação feirense. No fragmento, mas do que a violência o que nos chama atenção era a tentativa do jornal em inscrever sobre os sujeitos da cidade menor uma forma de agir, um ideal de civilidade que dialogava com o controle dos seus corpos e suas manifestações para com a derrota. O jornal, mesmo que implicitamente, vinculava a delegação feirense à disciplina, docilidade, ao apresentá-la como aquela que sofrera com as ações hostis das pessoas da cidade do interior.

Nesse sentido, chamamos atenção às estratégias das instituições do *campo sportivo*, o modo como queriam construir a relação entre futebol e cidade civilizados e corpos disciplinados, treinados, técnicos. Os equipamentos e seus documentos produziam discursos através dos quais, era definida uma relação diretamente proporcional entre tamanho, aspectos econômicos, demográficos, ao desenvolvimento sportivo. Quanto mais “desenvolvida” a cidade nessas características, mais civilizada e disciplinada era ela. Feira de Santana se via, portanto, convidada por essas cidades para as excursões, sendo responsabilidade delas a receptibilidade da delegação feirense. Segundo tal regra, Feira, seu futebol, seus sportistas, seriam exemplos de civilidade para essas urbes menores, que deveriam responder como localidades que caminhavam no sentido do progresso.

Por outro lado o percurso inverso era feito. A Feira também tinha centros nos quais se espelhava na prática sportiva “civilizada”, cujos jogadores e delegações, tecnicamente disciplinados e “modernas”, ensinavam cada vez mais o esporte e como ele se desenvolvia nos centros maiores. A metrópole mais próxima era Salvador. Em fevereiro de 1943, nas palavras do *Folha do Norte*,

Conforme vinha sendo esperado com grande interesse pelo público feirense, realizou-se uma grande partida entre a valorosa turma do ‘Ipiranga’ da capital e o simpaticado quadro da ‘Associação Desportiva Bahia’, desta urbe. O embate viria

¹⁷⁵ Ibidem, ibidem.

estreitar mais as nossas relações com os grandes desportistas da capital do Estado.
176

Estreitar mais as relações entre os esportistas feirenses e os desportistas da capital do Estado significava nos discursos do jornal, para as pretensões dos aparelhos do *campo esportivo/futebolístico de Feira*, estar em diálogo com o moderno no futebol, com técnicas novas do esporte realizado nos grandes centros. Corpos disciplinados, atléticos, resistentes, devidamente treinados e afeitos a prática esportiva disciplinada. Isso ficou explícito quando, em oposição a essas características do time do Ipiranga, o jornalista feirense destacou: “É preciso dizer que alguns elementos da ‘A.D.B’ mostraram-se fatigadíssimos no segundo tempo. Não treinam...”¹⁷⁷. O sentido exposto pelo fragmento dá ao treinamento um destaque na prática esportiva. Treinar significava, no texto, resistência anatômica dos jogadores. O físico assumia um papel fundamental na prática do jogo, treinar significava disciplinar os corpos para as partidas, deixá-los afeitos à prática do futebol e os colocaria em condições de disputar com o futebol dos centros modernos.

As excursões serviam como tentativa de impor uma ideia de civilidade, formas modernas da prática do jogo atreladas a treinamentos, controle dos corpos. Para ser apresentado de forma útil fora das cercanias de Feira, propagandear seu desenvolvimento, o futebol deveria ser treinado e disciplinado no interior da cidade. A promoção de uma calendário esportivo feirense pela LFDT deveria servir, em grande medida, para produzir um esporte segundo as regras definidas pela instituição.

A criação da Liga e seus aparatos, regulamentos, leis, alterariam a lógica do jogo na Feira de Santana. Em terras feirenses, o controle seria aplicado de forma contínua e sistemática pelos *tribunais da norma*. Através do acompanhamento contínuo do jornal *Folha do Norte*, seria difundida uma forma especializada de se praticar o esporte. Essa atuação se daria através da perseguição a posturas que destoassem das leis e regras morais, definidas pelas instituições, bem como a defesa de ações que se aproximassem das normas defendidas pelas agências do *campo esportivo*.

¹⁷⁶ Folha do Norte de 06/02/1943, p.2, MCS/CENEF.

¹⁷⁷ Ibidem, ibidem.

3.3 - *Jogo pensado, jogo pesado*: aplicação e subversão de controles e regras no futebol feirense.

Quase que imediatamente após a criação da LFDT foi organizado o primeiro campeonato local de futebol amador. Junho de 1942. Jogavam as equipes da A. D Bahia contra o Agulha Futebol Club. Depois de discorrer sobre o jogo, apresentar o lugar onde aconteceu a partida; “no gramado do campo Irmãos Andrade”, o placar; 7 a 2 para o Bahia e aqueles que tinham feito os gols para cada equipe. O texto do periódico chamava atenção para um jogador do time do Agulha: Bito. Segundo a matéria, o atleta “deu péssima impressão pela falta de disciplina em campo”.¹⁷⁸ Não seria a última vez que esse termo, ou sentidos equivalentes a norma, técnica, controle seria publicado e defendido no jornal. Se por um lado a disciplina deveria ser exaltada, sobre o indivíduo deveria ser implantado a punição e a pecha de indisciplinado.

Apropriando-nos das noções de como se institui o poder disciplinar em Foucault, seria Bito o próprio “efeito do poder” visto que, segundo o pensador francês, “o individuo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser o efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui”.¹⁷⁹ Dessa forma chamar atenção do jogador significava expressar o próprio poder disciplinar. Apontar sua falta de disciplina servia também para transmitir aos outros, aquilo que não poderia ser feito, o que significava infringir regras previstas pelas leis do esporte.

Na racionalização esportiva o poder disciplinar, enquanto mecanismo capaz de adestrar e docilizar corpos, se expressava além da disciplina vista como obediência as regras do *campo esportivo*. Ela sozinha não cumpriria seu papel de normatização, mas seria um fundamento importante se associado a outros aspectos. Por isso, três semanas depois do primeiro jogo o jornal apresentava mais uma rodada da competição da LFDT.

Em continuação ao campeonato local, realizou-se no domingo passado, o esperado encontro entre as equipes do Kalilandia S. C e o Agulha S. C. O jogo foi disputado com ardor e disciplina, mas notou-se que os conjuntos se recentem de treinamento, mesmo assim, o jogo esteve regular.¹⁸⁰

Nesse momento o termo disciplina aparecia associado à noção de treinamento. Mais do que isso, ampliava-se a noção de “poder disciplinar”, visto que não bastava só ser controlado no que tange as regras do jogo e suas normas. Esse poder se expressaria, para ser

¹⁷⁸ Folha do Norte de 27/06/1942, p.3, MCS/CENEF.

¹⁷⁹ FOUCAULT. Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Graal, 2001. p. 183-4

¹⁸⁰ Folha do Norte de 18/07/1942, p.2, MCS/CENEF.

completo, em formas de técnicas, métodos, que seriam apreendidos através do treinamento. O treinamento significava o exercício cotidiano e repetido, capaz de possibilitar ao sujeito o controle do seu corpo, de suas ações por vezes vistas como instintivas, irracionais, como uma entrada mais forte, por exemplo. A disciplina sem o treinamento fazia do jogo “regular”. O treinamento, enquanto forma pedagógica de repetição, fazia do jogador ainda mais disciplinado, controlado.

O complemento dessa visão apareceu em matéria subsequente. Numa coluna publicada nesse mesmo dia, o jornal publicizava o jogo que iria marcar a próxima rodada do campeonato local. Peleariam, segundo o periódico, “os fortes conjuntos do Floresta E. C. e o Fluminense F. C”.¹⁸¹ Depois de uma digressão sobre as qualidades de jogadores que mereciam destaque nas duas equipes, o texto, em tom de pedido, expressava: “Esperamos que na partida de amanhã, os jogadores concorram para maior brilhantismo com disciplina, ordem, educação, fatores principais e indispensáveis no futebol”.¹⁸²

Dois sentidos nos chamam atenção no texto. O primeiro mais imediato, a defesa de aspectos inerentes ao futebol. No trecho as características citadas, disciplina, ordem e educação, apareciam como indispensáveis para sua prática, ou seja, sem elas essa atividade não poderia ser efetivada. No entanto, caminhando no sentido contrário, lendo o texto nos seus descaminhos, podemos inferir que se existia a defesa de um futebol disciplinado poderia ser que, na contramão dele seria praticado um outro, indisciplinado, que infringia as normas e regras, e que não condizia com os sentidos propostos pelo jogo racionalizado e normatizado pelas instituições.

A resposta dessa inferência seria apresentada em publicação do *Folha do Norte* em 31 de outubro de 1942. Tarde de domingo. Confrontavam-se, no campo Irmãos Andrade, o já tradicional time da A. D. Bahia contra o Fluminense Futebol Clube, produto da fusão acontecida em julho desse mesmo ano entre Palestra e Fluminense Foot-ball Club. O Articulista Hugo Silva resumiu a partida da seguinte forma: “O jogo desenvolveu-se violento por parte dos jogadores de ambos os quadros.”¹⁸³ Relatou os pormenores da partida que acabou em “lambança”. Em função de “um encontro entre Justino e Tó” e da expulsão do primeiro, o presidente do Fluminense, equipe pela qual jogava Justino, retirou seu time de campo. Em resposta: “os jogadores da ‘A. Desportiva Bahia’, sentaram-se no centro do

¹⁸¹ Ibidem, ibidem.

¹⁸² Ibidem, ibidem.

¹⁸³ Folha do Norte de 31/10/1942, p.3, MCS/CENEF.

gramado, ate que completasse os quinze minutos que faltavam para o tempo regulamentar”.

184

Se por um lado, para aqueles que defendiam nos jornais um modelo civilizado do esporte congruente àquele promovido pela Liga, a forma moderna de praticar o futebol, ao nos voltarmos as próprias páginas do *Folha do Norte*, não estava livre de conflitos no seu interior. Se, nas cabeças racionalizantes, a LFDT e suas promoções representavam o lugar pelo qual o esporte deveria se desenvolver, de forma a alavancar uma certa visão de progresso para Feira de Santana, ele apresentava-se eivado de contradições. Já silenciado nas páginas do jornal em sua forma genuína, fragmentos do “futebol vagabundo” tomava suas formas no jogo institucionalizado. Não cabia nesse jogo, normatizado, com regras, juiz, moral instituída, atitudes significadas pelos *especialistas*, como deseducadas, anti-desportivas. Por isso o jornal repudiava esses comportamentos desviantes e defendia mais uma vez seu futebol, disciplinado, cortês, normatizado.

Esperamos no entanto, que desapareça por completo do nosso campo de esporte, esses aborrecimentos, causados exclusivamente pela falta de técnica e educação esportiva, de alguns jogadores. O resultado disso; - trocas de pancadas, discussões entre jogadores e assistentes e a costureira retirada de clubes dos gramado, antes da terminação do jogo. Quem são os prejudicados com a falta de educação esportiva, falta de técnica no jogo a indisciplina reinantes no nosso campo de esportes? Os admiradores do jogo Bretão que paga para assistir um desenrolar de uma pugna e não touradas e lutas de *box*, quando menos.¹⁸⁵

Um primeiro sentido indicado pelo texto, embora não explícito, estava na evidente ineficácia, naquele momento, das instituições. Elas não conseguiam colocar em prática uma de suas funções basilares, controlar o futebol local. Suas leis, regulamentos e estatutos, quando colocados no plano das práticas, em vários momentos não eram respeitados. Se uma das funções da LFDT era instaurar sobre o esporte, em Feira de Santana, organização, regras, em oposição àquele futebol das ruas, praticados por “vagabundos”, ela não estava sendo posta em prática. No entanto, apesar de aproximados, algumas diferenças devem ser destacadas entre a denúncia do jogo das ruas em relação ao futebol institucionalizado. Não era natural do futebol institucionalizado a balbúrdia. Segundo o trecho, o ocorrido é causado por “alguns jogadores” indisciplinados. O que eximia a organização da instituição na responsabilidade direta pelos desvios ocorridos.

¹⁸⁴ Ibidem, ibidem.

¹⁸⁵ Folha do Norte de 31/10/1942, p.3, MCS/CENEF.

Individualizar os problemas era uma forma de proteger a LFDT, enquanto instituição gestora e espaço racionalizador dos esportes locais, dos incidentes acontecidos na prática do futebol. Essa individualização se repetiu em matéria publicada em 1943, no qual a responsabilidade da conquista, segundo o texto, ilícita do Fluminense no campeonato do ano anterior, teria sido por ocasião de ações do “Dotô”, escolhido para presidir a Liga durante o ano de 1942.

A ‘Liga’ e seu ‘Dotô’. Como todos devem saber o “Fluminense” foi campeão, ilicitamente, porque o seu presidente era o único diretor da *liga*, dono do campo, dono das traves, dono das redes e dono da bola, como ele mesmo disse durante a ultima partida do campeonato, em que agrediu a ‘socos’ Nita, que era o *half* do esquadrão e quase ia levando um ‘tapa olho’ se não tivesse segurado solidamente o player auri azul. Pagava o juiz para prejudicar os adversários de seu clube, modificava a tabela de pontos e fazia um *team* enfrentar diversas vezes e em um só turno o mesmo adversário. Apesar de todas as partidas terem árbitros era êle quem entrava no gramado para expulsar os jogadores, deu fardamento ao ‘América’ só para empatar com o ‘esquadrão’ e colocar o ‘Fluminense’. Afinal toda espécie de marmelada foi feita pelo ‘seu Dotô’ para o ‘Fluminense’ ser campeão.¹⁸⁶

Alguns aspectos nos chamam atenção no texto. O primeiro diz respeito a conflitos no interior do *campo esportivo* local, já que era, o referido “Dotô”, único diretor da LFDT, cuja organização deveria ter, segundo seu estatuto, um corpo de direção mais amplo.¹⁸⁷ Tal informação nos fornece indícios sobre disputas na busca pelo monopólio do poder de instituir regras e caminhos para o desporto local.

Outro ponto aparece quando deciframos as informações da matéria. O referido “Dotô”, a quem o jornal tece sérias críticas, questionando inclusive seu caráter e honestidade, quando questionara a legitimidade do título do Fluminense e a interferência do presidente da Liga na ocasião, era o Dr. Wilson Falcão, um dos fundadores da LFDT, um daqueles “homens honestos e preocupados com o desporto local”. O mesmo que anos mais tarde o jornal faria campanha para assumir novamente o lugar de presidente da referida Liga, sob as qualidades de “bom administrador” e “honesto”. Apresentar essas contradições serve para mostrar que também os caminhos dos maquinismos de poder e seus discursos não são lineares, são cortados por contradições, por descaminhos.

Destacamos mais uma vez individualização das ações, característica recorrente nas matérias com o objetivo de dirimir a ineficácia da LFDT para cumprir as funções que lhe cabia. Ademais, encobria as brigas internas da instituição, as confusões e falta de organização da entidade. Colocar na conta individual falhas organizacionais da própria instituição e

¹⁸⁶ Folha do Norte de 27/02/1953, p.2, MCS/CENEF.

¹⁸⁷ Estatuto da LFDT in: Folha do Norte de 18/09/1943, p.1, MCS/CENEF / Folha do Norte de 25/10/1943, p.3, MCS/CENEF.

disputas no seu interior servia para protegê-la enquanto equipamento, necessário aos grupos dominantes locais, na formulação de racionalidades disciplinadoras para o esporte. Além disso, personalizar a falha ajudava na aplicação do poder disciplinar, significava definir individualmente o infrator, aquele que deveria ser disciplinado, sobre quem o tribunal da norma deveria agir, além de salvaguardar a Liga “sua capacidade de manipulação e disciplinamento”.

Tanto os conflitos envolvendo Fluminense E. C. x A. D. Bahia quanto à matéria sobre o presidente da Liga e o título do Fluminense, seguem a linha interpretativa que conduzimos nossa argumentação até agora, na qual analisamos que, a LFDT possibilitou, por um lado, a elaboração de um discurso racionalizante, que se propunha disciplinar corpos e, através deles, instituir normas, regras, sobre a prática do futebol em Feira de Santana. Não por acaso os termos técnica, educação esportiva e disciplina apareciam associados. Utilizando as palavras de Francisco Rodrigues, esses termos servem para fundamentar um “poder disciplinar em formas de técnicas, dispositivos e métodos de controle do corpo e dos atos dos indivíduos, almejando docilidade e utilidade”.¹⁸⁸ Por outro, conflitos oriundos da aplicação desse próprio discurso disciplinar que, quando aplicado produzia seus contrários.

Passava pelo *exame* da mídia a conduta dos variados personagens que compunham o *campo esportivo* feirense. O poder das instituições, a LFDT e o Jornal *Folha do Norte*, associadas, inscreviam saberes sobre a prática do futebol na cidade, instituíam condutas. Nas palavras de Foucault: “o exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os numa rede de anotações inscritas, compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam”¹⁸⁹.

Ao definir o que era condenável nas condutas, tanto dos jogadores quanto do presidente da liga, implicitamente, disciplinava-se, racionalizava-se. Inscrevia sobre os sujeitos seus papéis e seus lugares enquanto integrantes do *campo esportivo* local. Nas palavras de Rodrigues, “a disciplina produz maneiras de agir e comportamentos, fabrica o homem necessário a determinadas funções”.¹⁹⁰

Reportemo-nos novamente ao caso do título do Fluminense. Embora o jornal procurasse eximir a LFDT, a função do “Tribunal da Norma” era coibir aquele tipo de ação.

¹⁸⁸ RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. *Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p 260-299. P. 263.

¹⁸⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*, 10ª edição, Petrópolis, vozes, 1987. P. 168.

¹⁹⁰ RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. *Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p 260-299. P. 264.

Se os problemas não eram com a forma como se organizava a instituição, mas com os responsáveis pela gestão do esporte local, segundo o pensamento racionalizado disciplinador, ao afastamento desses sujeitos estava diretamente ligado o ordenamento do futebol na cidade. Em tom de renovação, em 1943 publicou-se: “Futebol feirense em franco ressurgimento” e como complemento a manchete escrevia: “Agora alguns dos verdadeiros esportistas feirense reuniram-se e resolveram reorganizar o futebol na Feira”¹⁹¹.

O texto caminhava no sentido de legitimar um auspicioso futuro para o futebol feirense, devido ao que foi chamado, pela mídia, de revitalização. Se não dera totalmente certo no ano anterior, através dos “verdadeiros esportistas” responsáveis pela entidade de desporto local, as funções da Liga iriam ser realmente efetivadas. A responsabilidade e o compromisso desses sujeitos conduziriam o esporte a um caminho oposto ao seguido em 1942, caracterizado pelo questionamento do título do campeonato organizado pela própria entidade, e que tinha sobre seu presidente principal acusado.

No entanto as contradições atravessavam mais uma vez as pretensões dos inscriteiros da cidade letrada. Se no plano das ideias dos formuladores a tentativa era dirimir as tensões, no patamar das relações sociais as tensões eram constantes, e os embates eminentes. Nem havia esfriado a matéria sobre a revitalização do futebol, quando, pouco mais de dois meses após, o jornal julgava condutas de jogadores e dirigentes:

Por mais de uma vez temos censurado o procedimento de alguns elementos que fazem parte da diretoria de clubes locais, os quais, aproveitando-se de qualquer oportunidade, mui principalmente quando estão jogando seus clubes, invadem o gramado, insinuando seus jogadores a não acatarem as ordens dos juizes, que atuem bem ou mal, são designados pela ‘Liga’ de comum acordo com os clubes que vão preliar. Não só o jogo violento e a falta de educação esportiva de certos jogadores, como também, as intromissões de diretores de clubes que chegam ate a ordenar a elementos de seus quadros a desordem devem desaparecer do esporte em Feira.¹⁹²

Por alguns caminhos podemos interpretar os escritos acima. O primeiro no mesmo sentido que conduzimos nossa explanação. Como o jornalismo e agora, mais explicitamente, a Liga ocupa o papel de “Tribunal da Norma”, cujas funções seriam definir o certo e o errado, com isso implementavam maneiras de se portar, de viver e praticar o esporte.

Por outro lado, se nos propusermos a trilhar no sentido inverso da denúncia do periódico podemos inferir que outros sentidos eram aplicados no próprio interior do *campo esportivo*. Nele as noções de disciplina, ordem e obediência eram disputadas. Enquanto, nas

¹⁹¹ Folha do Norte de 07/08/1943, p.3, MCS/CENEF.

¹⁹² Folha do Norte de 09/10/1943, p.4, MCS/CENEF.

palavras do jornal, a Liga, entidade da qual os dirigentes dos times eram integrantes e, em grande medida legitimavam, deveria ser respeitada, sua autoridade era sobrepujada por esses mesmos administradores que, em função de suas autoridades para com os jogadores, bem como pela vitória a todo custo de suas agremiações, desrespeitavam as normas definidas pela entidade esportiva local.

O texto publicado, mesmo que em proporções menores, nos permite refletir também sobre as ações dos jogadores. Em que pese a organização dos clubes definirem, assim como a da própria LFDT, uma estrutura hierárquica, na qual os presidentes ocupariam o cargo de valor e poder principal, as manifestações dos atletas conforme apresentadas, poderiam dizer mais sobre seus desejos da vitória do clube ao qual jogavam do que propriamente sobre uma hierarquização e submissão a ordem de um superior. Enfim, mais uma vez nos deparamos com leituras diversas da prática do ludopédio. Nesse sentido, uma matéria que, num primeiro contato, explicitamente se propunha disciplinar outras formas de jogar, docilizar seus praticantes, seja eles qual função esportiva ocupassem, e uniformiza-los não só com camisetas, mas em obediência as regras. Ao ser lida na contramão, questionada enquanto produção de sentido e não de verdade, pode nos fornecer outras interpretações, nos dar acesso a outras possibilidades.

Em meio a esses conflitos no campeonato principal, outros instrumentos de fabricação de corpos, para além do campeonato de amadores organizado pela LFDT deveriam ser aplicados. Algumas matérias, como a publicada em 1942, apresentava o título “Futebol Juvenil”, cujo conteúdo versava sobre o jogo “de pé-bola” ocorrido “entre os juvenis do ‘Palestra’ e do São Paulo F. C.”¹⁹³ Acompanhados desde a juventude em times organizados, jogando em campos regulamentados pela LFDT, desde cedo o esporte produziria jogadores disciplinados, obedientes as regras do jogo determinado pelas instituições. Novamente a oposição ao futebol das ruas se faz presente. Os jovens que outrora estariam nos campos improvisados das ruas e vielas da cidade agora deveriam ser disciplinados pelos clubes e suas categorias de base.

Como nos desenhos de *Tom e Jerry* o poder disciplinar, ao perseguir, produzia em resposta outra contradição da prática esportiva. Se o discurso racionalizador previa caminhos para os sujeitos, a vida promovia alternativas, contornos outros que estavam e causavam constante conflito. Se os grupos dominantes tentavam marcar sobre o esporte uma maneira de praticá-lo, mesmo que hegemônica, ela estava ceifada de tensões e contradições. Como diz

¹⁹³ Folha do Norte de 27/06/1942, p.3, MCS/CENEF.

Michele Perrot: “nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente, feito para triunfar sobre uma resistência ele suscita imediatamente uma outra”.¹⁹⁴

Nessa relação dialética entre construção de mecanismos de dominação e as contradições decorrentes das práticas esportivas, durante todo o momento as instituições do *campo esportivo* tentavam produzir mecanismos de imposição de um poder disciplinar. Tentavam aplicar sua função de “tribunais da norma”. Segundo Foucault uma das marcas da efetivação do “Poder disciplinar” se dá através da redenção. A transformação do que era desviante em disciplinado identificava, na fala daqueles que pretendem instituir a obediência, o exemplo do sucesso de seu projeto disciplinador.

Em 1946, duas matérias acompanhavam jogos do Flamengo de Feira. Através delas podemos perceber o processo. Num primeiro momento o desvio, ou seja, comportamento que destoava daqueles definidos pela norma. O segundo a transformação redentora, cura característica do resultado do controle. Resposta, reconhecimento dos espaços normalizadores da aceitação e da obediência à ordem. O primeiro escrito, cujo título, “O Campeão de 45 foi derrotado”, trazia em seu conteúdo:

No ultimo domingo, realizou-se grande ‘tourada’ no Estádio da Vitoria entre os jogadores de futebol do Floresta e os ‘toureiros’ do Flamengo. Em futebol como é claro o rubro negro não poderia levar vantagem e perdeu de 4x3. O jogo iniciado no domingo terminou na quarta-feira, onde se verificou ainda lances de verdadeira batalha, pois os rubro-negros insistiam em atingir os adversários como se estes fossem ‘bois’, e o Estádio da Vitória ‘Arena em Madri’.¹⁹⁵

A comparação entre o futebol e a tourada produzia imagens cujo objetivo era perseguir um tipo de comportamento. Incompatíveis com o jogo, como poderiam sair vitoriosos “toureiros” diante de jogadores de futebol? Mesmo a interrupção da partida no domingo não conseguiu coibir a violência praticada pelos jogadores do Flamengo, que atingiam os adversários como “bois” em “arena em Madri”. Ao chamar atenção para incompatibilidade entre vitória e violência o texto produzia um sentido: animalizava a falta de técnica. O sucesso no jogo era produto de corpos treinados e disciplinados, e a violência, recurso animal, moralmente condenável, utilizado em oposição e falta dessas qualidades desportivas. No entanto, menos de um mês passado, o Flamengo se redime de sua indisciplina, e, segundo o *Folha do Norte*, reafirma sua classe: No Fla-Flu do ultimo

¹⁹⁴ PERROT, Michele. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. P. 55.

¹⁹⁵ Folha do Norte de 15/06/1946, p.3, MCS/CENEF.

domingo, o rubro negro conseguiu sobre seu adversário brilhante vitória pelo escore de 3x2. A direção técnica do Flamengo, desta vez pôz (sic) em campo um time capaz.¹⁹⁶

O time então se redimia de seu desvio de semanas anteriores. A expressão “time capaz” se apresentava em oposição aos “toureiros” do jogo contra o Floresta. A vitória era o resultado do futebol disciplinado e hierarquizado, no qual a direção técnica tinha protagonismo por colocar em campo jogadores comprometidos com a técnica do jogo, não com a violência. A redenção se aplicava na medida em que, ao se preocupar tão somente com o jogo e sua técnica o Flamengo conseguira o que não havia conquistado no jogo passado, a vitória. Na implementação do “poder disciplinar” a redenção era a expressão da cura, da superação de um passado desviante.

Por sua vez, quando a redenção não era atingida, outros mecanismos de poder eram utilizados para conseguir colocar em prática o controle da norma. A mesma mídia que ressaltava os méritos do Flamengo, como aquela equipe que, ao reconhecer seus erros, se curvava ao poder disciplinar como forma mais produtiva do jogo, transformava os comportamentos desviantes nos eventos esportivos em caso de polícia. A matéria de 05 de outubro de 1946 trazia desde o título seu conteúdo:

Falta de policiamento. Durante os últimos jogos que se tem realizado no campo da Vitória, verificaram se invasões do gramado e desordem que por pouco não degeraram em “pancadaria” pondo ate em risco a integridade física dos jogadores. Tem-se notado também a completa ausência da policia. Assim não pode continuar.
197

O texto, embora curto, se faz profícuo quando o interpretamos no sentido de analisar aspectos da ordem disciplinar que o jornal defende. O primeiro ponto, mais explícito, se faz no próprio título, finalidade própria da matéria. Segundo o periódico há uma necessidade da presença policial nos jogos de futebol da cidade, para tanto denuncia a falta dessa força nas partidas. Como estratégia argumentativa que justifique sua denúncia, e a necessidade a qual fazia referência, relatava “os últimos jogos que se tem realizado no campo da Vitória” e as recorrentes “invasões do gramado e desordem”. A sensação de continuidade e recorrência dos atos aparece como fator para produzir o caráter sensacionalista dos escritos atrelado a um discurso de terror, no qual a obrigatoriedade da presença policial, como mantenedora e garantidora da ordem, fazia-se latente.

¹⁹⁶ Folha do Norte de 13/07/1946, p.3, MCS/CENEF.

¹⁹⁷ Folha do Norte de 05/10/1946, p.2, MCS/CENEF.

O terror tornava-se ainda mais palpável quando dois pontos do texto eram ressaltados: “pancadaria” e “integridade física dos jogadores”. A esses termos recaía toda carga da necessidade policial. Como se proteger de agressões que poderiam ir as piores consequências? Como não precisar de uma guarda, sendo que corriam riscos os personagens fundamentais para a prática do esporte, os jogadores? Quem ficaria contra tal argumentação? O escrito, portanto, dá a entender que havia uma organização sistematizada e contínua da violência nos estádios, que seria coibida se a participação policial não se fizesse ausente¹⁹⁸.

Mais uma face do ordenamento previsto pelos equipamentos responsáveis pela organização do esporte feirense se constituía. Através da denúncia do jornal da falta de polícia nos jogos encurtava-se mais uma vez os laços entre LFDT, *Folha do Norte* e Estado. O jornal que denunciava o jogo do campeonato, promovido pela Liga, no qual o poder público não dispensava um devido cuidado, reservando um contingente policial para o evento.

No entanto, não eram somente os jogadores que, segundo os jornais, estavam sujeitos à violência dos torcedores e suas invasões ao campo, mas também os juízes, maiores autoridades do jogo. Num tom ainda mais catastrófico, em de 31 de julho de 1948 o *Folha do Norte* publicava, a respeito do jogo entre Fluminense local e Floresta, no qual o placar foi 5 a 0 para o Fluminense, mas que, segundo o periódico, o que se destacou foi a “vergonhosa pancadaria” e a “péssimas demonstrações de má educação”. Reclamava a matéria: “Não há segurança para os juízes. Torna-se necessário, por isso, a presença, no campo, de autoridade policial para garantir os árbitros, pois, da forma que está, o futebol feirense é um legítimo caso de polícia e de manicômio”.¹⁹⁹

Dessa vez, ao conclamar a ação policial o jornal além de reafirmar a condição de criminoso do torcedor ainda colocava outro elemento como parte de sua “natureza”, a insanidade mental. O torcedor se tornava, portanto, “Adversário por excelência da boa ordem no futebol, a encarnação do Mal que ‘propaga a violência’ e ‘semeia a discórdia’, que traz, em suma, a terrível ameaça da desordem, do crime e da loucura”²⁰⁰. Assim, necessitavam eles de controle médico e ou punições legais.

Na necessidade de polícia estava implícita a intenção mais uma vez de controle dos corpos, agora não apenas dos jogadores, mas dos torcedores que, ao invadirem o campo, quebravam a regra estabelecida na qual os papéis se faziam bem definidos: o do atleta, se ater ao interior das quatro linhas e jogar, segundo técnica e tática prevista pelo jogo; dos juízes,

¹⁹⁸ Ibidem, ibidem.

¹⁹⁹ Folha do Norte de 31/07/1948, p.3, MCS/CNEF.

²⁰⁰ FLORENZANO, Jose Paulo. *Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro*. São Paulo, SP: Musa, c1998. P 146.

arbitrarem o jogo segundo suas regras controlando a partida e os jogadores, do técnico, ficar no banco e instruir os jogadores; da torcida, apoiar o time controladamente, nas arquibancadas, demonstrando educação esportiva, seguindo o exemplo da torcida que participou do jogo entre Itabuna F. C e Fluminense F. C²⁰¹. Percebamos que além de um jeito específico, o controle define espaços e comportamentos, restringe lugares. Daí a condenação da invasão ao campo, lugar restrito aos escolhidos, detentores da técnica do jogo.

No entanto, nem a presença de autoridade máxima da polícia local conseguiria conter o ímpeto da torcida. Setembro de 1948. O Flamengo de Ilhéus foi ao Campo da Vitória, principal arena esportiva na época, com o objetivo de enfrentar as equipes feirenses. Duas partidas foram realizadas. Segundo publicação do jornal a primeira partida se deu entre a A. D. Bahia de Feira de Santana e a agremiação Ilheense, cujo resultado consagrou a equipe local com o placar de 3 à 1. Segundo o jornal, o jogo seguiu na devida ordem e sem maiores problemas. Dando continuidade as festividades em comemoração à independência do Brasil, o segundo jogo aconteceu no próprio dia 07 de setembro, entre Fluminense local e o Flamengo de Ilhéus, sobre esse jogo nossas análises irão se voltar mais atentamente. No texto publicado referência a fraca atuação do time da casa, mais principalmente ao quiproquó quase generalizado no campo. Nas palavras do periódico:

Já no término da partida, e coroando a serie interminável de provocações do Lélé á defesa contrária, o guardião do Flamengo agridi-o, provocando um sururu de quasi toda assistência presente contra os onze elementos visitantes. E em meio a senhoras, crianças e enorme massa de torcedores exaltados, o sr. Delegado de polícia, seguido de um auxiliar, sacou da pistola e deu o que faltava a batalha: estampidos e cheiro de pólvora.²⁰²

Assim como no fragmento de dois anos antes nos deparamos com uma confusão nos campos de futebol. Nesse momento, seguindo as exigências do texto anterior, devidamente policiada, com a presença daquele que representava o mais alto posto da polícia feirense. No entanto, nem sua participação conseguiu conter, segundo as palavras do jornal, o *sururu* que deixou um dos jogadores da delegação ilheense quase sem sentidos²⁰³.

Em que pese outros pontos tenham sido chamados atenção no texto, como a má atuação da equipe do Fluminense produto da tentativa do time em “lançar uma nova tática defensiva”, além da vergonha que seria se, associada à violência da torcida ainda o time local

²⁰¹ Folha do Norte de 16/09/1950, p.6, MCS/CENEF.

²⁰² Folha do Norte de 11/09/1948, p.3, MCS/CENEF.

²⁰³ Ibidem, ibidem.

tivesse empatado de forma ilícita, a violência mais uma vez protagonizava o ambiente do estádio.

A forma com a qual o jornal tratava o acontecido expressava o sensacionalismo do seu discurso. As pretensões do periódico ganhavam sentido quando associados os dois fragmentos citados. Eles são aqui interpretados como partes complementares que, conjuntamente, nos possibilitam uma visão mais precisa da defesa de *poder disciplinar* através da ação da polícia nos jogos de futebol.

Um primeiro ponto diz respeito a conferir a ação da torcida um caso de polícia. Ao fazer isso se atribuía a esses indivíduos o papel de infratores de regras preexistentes e sujeitos as punições legais. Nos dois textos a subversão do espaço era condenada, mais uma vez a torcida deixava seu lugar predefinido para ocupar o interior do campo.

Um segundo destaque diz respeito à forma generalizada e massificadora que esses sujeitos são tratados. No entanto, de forma contraditória, visto que, o texto intitulado “Falta de policiamento” dava um caráter intencional e premeditado as ações dos torcedores, enquanto, no jogo entre Fluminense e Flamengo, os mesmos, a exceção de mulheres e crianças, eram abordados como massa e suas ações tratadas de forma irracional e animalizada.

Embora, num primeiro momento, pareça estranha essa contradição das formas do jornal interpretar as confusões nos campos de bola, também elas são congruentes. Ambas leituras serviam no sentido de justificar a ação da polícia. A princípio a falta de policiamento daria espaço para ações premeditadas contra o espetáculo. Depois, de forma ainda mais elaborada, o periódico construiu uma estrutura argumentativa como justificativa da ação policial no intuito de “ordenar” o jogo de futebol. Ao dar ao confronto esportivo o caráter de “batalha” o jornal, mais uma vez utilizava do terror como estratégia, atribuía a “quase toda assistência presente” a responsabilidade pela balbúrdia que colocava em risco inclusive “mulheres e crianças” e naturalizava a violência por parte da polícia como combate necessário às atitudes daquela “horda de delinquentes”.

Através das matérias o jornal procurava-se justificar o porquê da ação policial nos jogos de futebol. Tinha no terror e na construção do medo seus trunfos principais. Porém, mais do que coibir a violência, a intenção por parte dos mecanismos produtores de discursos era efetivar uma forma legítima do uso próprio do corpo em todas as instâncias do jogo. Disputar a forma legítima da prática do esporte, portanto, perpassava também definir e controlar a participação não só de atletas, mais também de dirigentes, torcedores, de todo o universo que compreendia o jogo.

Uma vez mais, a série de matérias condenando as invasões do campo construíam sentidos para a prática do ludopédio feirense. No entanto, lendo-as percebemos, sem a intenção de fazer um juízo de defesa das práticas violentas, outras formas de se portar para com o jogo desses sujeitos, outros valores que não aqueles definidos pelas leis. Paixão, ódio, ímpeto, sentimentos eram manifestados de forma a atingir todos que compunham o jogo, desde os dirigentes, muitas vezes próprios formuladores dos estatutos e regulamentos, passando pelos jogadores e chegando a torcida. Controlar esses sujeitos seria controlar seus sentimentos, esses impulsos estimulados pelo próprio jogo e sua competitividade.

Analisar como se deu a inauguração e a atuação de mecanismos de um *campo esportivo* em Feira de Santana nas décadas de 1940 e 1950 é, ao mesmo tempo, se apropriar de como se configurou as disputas pela instituição de um *poder disciplinar* na prática esportiva da cidade. Apontar os conflitos, as tensões, é, em grande medida, analisar o poder que *Folha do Norte*, LFDT e Estado local e nacional detinham para disseminar seus projetos, suas regras e visões de mundo, cujo objetivo perseguir, a todo instante, outras formas e sentidos contrários atribuídos ao futebol. Na pauta da semana estava julgar ações que destoassem de comportamentos previstos pelos regulamentos e formulações morais das agências do esporte, e exaltar aquelas que ordenassem corpos à obediência, a repetição técnica, ou seja, fundassem o “sonho militar no futebol”.

3. 4 - Futebol militar: por um esporte cívico

Ao apresentarmos a criação do método brasileiro de esportes, verificamos que se desenvolveu na conjunção, dentre outras coisas, de ideologias médicas, pedagógicas e militares atreladas a intenção do Estado de controlar a prática esportiva nacionalmente. Na década de 1940 o futebol já havia se popularizado, e como vimos, mesmo numa cidade distante dos grandes centros nacionais como Feira de Santana, era desejado que sua prática fosse controlada, seja nas ruas ou mesmo nos estádios.

José Paulo Florenzano chama atenção para um “sonho militar do futebol” que segundo sua interpretação significava instituir cada vez mais mecanismos disciplinares no interior do esporte, hierarquização das atividades, submissão, controle, ordenamento, que seriam impostos em todo o universo futebolístico com o objetivo de extrair dos jogadores principalmente, “a docilidade face às instruções e as ordens disciplinares”²⁰⁴.

²⁰⁴ FLORENZANO, Jose Paulo. *Afonsinho e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro*. São Paulo, SP: Musa, c1998. P.52.

O protagonismo do sargento Narciso Dias de Andrade na criação da LFDT diz alguma coisa sobre a relação entre o militarismo e o futebol em Feira de Santana. Sua figura, sempre que apresentada, era identificada como autoridade esportiva local, desde antes da criação da Liga quando ocupava cargo de presidente da A. D. Bahia. Para compreender esse fato recorremos a Florenzano,

O sonho militar do futebol antecede de muito a década de 1970, (...) os militares estiveram sempre envolvidos, de um modo ou de outro, nessa atividade esportiva, seja participando dela diretamente, seja fornecendo-lhe o modelo de preparação física e disciplina.²⁰⁵

A expressão principal dessa participação na Feira dos anos 1940 foi o sargento Narciso. Responsável pelo Tiro de Guerra local, ele assumiu a presidência do principal time da cidade à época, segundo suas próprias palavras, juntamente com alguns “feirenses moços inteligentes e trabalhadores”, cujo objetivo era o “desenvolvimento esportivo dessa terra”.²⁰⁶

Consonante a ideia de Florenzano, em Feira de Santana, desde antes da criação da liga local, o que na nossa interpretação instituiu um campo esportivo/futebolístico na cidade, já havia uma iniciativa ideológica militar na prática do futebol local. A partir da implementação do modelo nacional de esporte, a intenção era unir o físico e o cívico num projeto brasileiro. Corpos disciplinados, para além do próprio esporte, significavam corpos produtivos para o trabalho e obedientes a nação.

Com a criação da LFDT, num contexto de “Estado Novo”, uma das vias de implementação do projeto estatal se dava pelo controle nacional das práticas esportivas e da definição de um órgão local atrelado a um plano nacional de organização desportiva. Sem esquecer a relação com as características locais, a militarização no futebol se manifestou em faces ainda mais constantes.

Oficiais representavam Feira de Santana nos amistosos pelo interior da Bahia, como o exemplo do evento futebolístico ocorrido em Santo Amaro no qual o Sgt. José Marques era o presidente da embaixada.²⁰⁷ Ocorreram também promoções de eventos esportivos na cidade, como “A temporada esportiva dos cadetes da força policial do Estado, nesta cidade”, noticiada no *Folha do Norte*, quando, a “brilhante” embaixada organizou uma série de

²⁰⁵ FLORENZANO, Jose Paulo. *Afonsinho e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro*. São Paulo, SP: Musa, c1998. P. 55.

²⁰⁶ Folha do Norte de 31/01/1942, p.1, MCS/CENEF.

²⁰⁷ Folha do Norte de 10/10/1942, p.2, MCS/CENEF.

eventos atrelados ao esporte em Feira, destacando-se “a partida de honra entre as *elevens* da A. D. Bahia e dos ‘Cadetes’ da força policial”.²⁰⁸

Em ambos os casos a ligação com o militar representava reverência cívica, no intuito de atrelar a prática do esporte a produção de corpos uteis para a nação, disciplinados, bem desenvolvidos. No primeiro caso a presença de um membro da corporação exportava uma ideia de cidade civilizada, preocupada com a Nação e com a disciplina características dos órgãos militares. No segundo, sediar um evento esportivo como aquele colocava Feira de Santana no rol das cidades empenhadas em produzir corpos educados esportivamente a partir das experiências do corpo militar, também, através da pedagogização do físico e do cívico, seriam impostos exemplos do poder disciplinar.

Parte desse projeto, nacional, mas que tinha suas ramificações na cidade do interior da Bahia se materializava numa publicação que circulou pelas ruas de Feira de Santana em 1943, cujo título já expressava o conteúdo restritivo do texto: “Só reservistas poderão praticar o esporte”.²⁰⁹

A C.B.D. enviou ontem uma circular a todas as entidades esportivas do país observando-lhes novamente que, de acôrdo com a letra ‘B’ do art. 1 dos seus estatutos, não pode ser registrado e conseqüentemente não pode participar de quaisquer competições, todo atleta amador ou profissional, que não provar perante a respectiva achar-se quites com o serviço militar.²¹⁰

O compromisso cívico atravessava naquele momento a prática esportiva, fosse ela “amadora ou profissional”. Se a intenção de desenvolver o esporte nacionalmente era de produzir corpos disciplinados e preparados para o desenvolvimento da nação, o serviço militar passava a ser obrigatório para a própria participação nos desportos, principalmente em tempos de guerra, quando o Brasil havia se posicionado e logo mandaria tropas ao fronte. As atividades esportivas nos clubes passavam a ser uma extensão do próprio exército e o registro, a prontidão a serviço da pátria.

A prontidão manifestou-se em Feira de Santana em publicação escrita datada de 06 de fevereiro de 1943. Dividida em dois momentos, a primeira parte da matéria comemorava a convocação do jogador Antônio Cerqueira para compor o exército nacional, em tempos de Segunda Guerra Mundial.

²⁰⁸ Folha do Norte de 15/08/1942, p.2, MCS/CENEF.

²⁰⁹ Folha do Norte de 27/02/1943, p.2, MCS/CENEF.

²¹⁰ Ibidem, ibidem.

“Cracks” feirenses no exercito. O grande simpatizado crack da ‘Associação Desportiva Bahia’ Antonio Cerqueira acaba de ser convocado para servir a Patria. Ao jovem jovem e estimado Cerqueira, que é também antigo e dedicado auxiliar da secção deste semanário. Os nossos votos de felicidade.²¹¹

Recorrendo novamente a Florenzano, “o sonho militar no futebol, com efeito, solicitava a figura do jogador-soldado”.²¹² Em Feira de Santana corporificava-se, literalmente, com a convocação do “crack” local para a instituição militar e a construção, através dele, do “jogador-soldado”. Seu exemplo de trabalhador, “antigo e dedicado auxiliar da secção” do semanário, conferia a ele características que o qualificava como dócil e disciplinado, obediente a hierarquias, distintivos próprios de um soldado.

No caso específico de Cerqueira o componente de cor ainda se fazia presente. Abaixo a fotografia do jogador nos permite traçar alguns caminhos que unem as disciplinas arbitradas para “ordenar” o futebol que no Brasil se popularizava cada vez mais.



Figura 1 - Cerqueira em matéria do jornal Folha do Norte de 25 de novembro de 1942.

²¹¹ Folha do Norte de 06/02/1943, p.2, MCS/CENEF.

²¹² FLORENZANO, Jose Paulo. *Afonsinho e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro*. São Paulo, SP: Musa, c1998. P. 53.

Chamamos atenção para o fato de na fotografia ser o jogador notadamente negro. Embora esse trabalho não se debruce sobre análises dos critérios de distinção étnico-raciais, nem tão pouco do processo de mestiçagem que tivera no futebol um pilar fundamental na construção do mito da “democracia racial”, muito em função dos limites das fontes nas quais tivemos acesso, levamos em conta que, no Brasil, os conflitos étnicos tinham peso bastante relevante na construção do modelo de jogador, bem como na disciplinarização dos corpos.²¹³

Feito o parêntese a respeito de Cerqueira, a matéria, além de destacar o funcionário do periódico local, ampliava a capacidade do esporte enquanto instrumento normatizador e disciplinador. Informava que outros desportistas locais também foram convocados para o corpo militar. Na segunda parte do texto o complemento da matéria:

Acabam também de ser convocados para o serviço ativo do Exército Nacional, os adestrados ‘cracks’ feirenses Jose Ático de Souza (Didi), ágil atacante da linha de frente da ‘A. D. Bahia’ e Justino Gusmão Néco (caneca), afamado goleiro do ‘Fluminense F. Clube’. A ambos desejamos brilhante futuro.²¹⁴

O futebol, nas palavras do jornal, a partir do exemplo de alguns jogadores disciplinados, produzia corpos adequados, tanto moralmente quanto fisicamente, para o civismo. Na figura do “jogador-soldado”, nesse momento literalmente soldado em função da convocação para o corpo militar, mais uma vez expressava-se o “universo das disciplinas” no esporte. Essa expressão, mais do que seu sentido cívico, significava o jogador obediente, submisso e docilizado, pela hierarquização na qual se estruturava *o campo esportivo* feirense. Através desse ideal militar para o esporte se instituiu um modelo de jogador. No entanto, embora Cerqueira fosse um dos escolhidos como representação de “jogador-soldado”, a principal imagem de jogador, que nutria em seu perfil todas as características exemplares fora expressada em outro *Sportman*: Mario Porto.

3.5 - Mario Porto: o modelo exemplar de jogador.

Em oposição aos atos que “tribunal da norma” perseguia e definia como indisciplinados, se construiu um modelo específico de jogador. Algumas dessas características estavam na noção de “jogador-soldado”, fisicamente e moralmente obediente, disciplinado,

²¹³ Sobre isso ver: ROSENFELD, Anatol. *Negro, macumba e futebol*. São Paulo: Perspectiva, 2000. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro: 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Denaldo Alchorne e Mario Porto.

²¹⁴ Folha do Norte de 06/02/1943, p.2, MCS/CENEF.

técnico, estratégia de dominação do futebol que se popularizou, cujas massas de jogadores, como Cerqueira, e torcedores, de origem pobre, negra, deveriam ser disciplinados.

A construção do jogador Mario Porto na mídia feirense mais do que reproduzir a lógica do “jogador-soldado”, ampliava seus sentidos num caráter ainda mais elitista. Sutilmente o jornal *Folha do Norte* apresentava, numa série de matérias de esporte, a foto do player. Mais do que uma simples apresentação da face do atleta a imagem por ela mesma carregava significados outros, associados ou não aos textos que a acompanhava.



Figura 2 - Mário Porto em matéria do jornal Folha do Norte 14 de agosto de 1943

Se tomarmos a fotografia de Cerqueira como referência de outro jogador que o periódico apresenta com fotos, além de Mario Porto, as duas imagens se fazem em contramão. Embora a intenção, quando apresentadas, era referendar características de jogadores ideais, elas apresentam distinções elementares. A primeira característica na qual nos deparamos está na diferença étnica. Essa característica deve ser chamada atenção em função da popularização

e protagonismo negro no jogo da bola desde a década de 1930. Embora disciplinado, obediente, Cerqueira ainda carregava em sua tez a marca de Leônidas, de Fausto, exemplos que não deveriam ser copiados. Por outro Mario Porto e seus traços finos remontava o futebol amador na sua mais fina origem de *gentlemen* local da qual era fruto.

Filho de tradicional família de Feira de Santana, Mario Porto iniciou sua carreira futebolística no ano de 1941, quando foi contratado pelo Ipiranga de Salvador para compor seu ataque. Já no ano de estreia, com apenas 19 anos, foi campeão baiano, campeonato disputado, naquele momento, somente por equipes da capital do Estado. Em 1942 conseguiu o chamado bi-verdadeiro, com a conquista, novamente, da competição.²¹⁵

As vitórias do jogador em gramados da capital contribuíam para a mídia local atribuir a sua figura a própria identidade do futebol feirense. O sucesso de Mario Porto expressava, segundo o próprio jogador em entrevista ao *Folha do Norte*, o “progresso animador” do futebol feirense que, “graças ao intercâmbio com os clubes da 1ª divisão da capital” passava a possuir “alguns jogadores aceitáveis”, e com isso dínamo do esporte tanto na cidade, quanto no próprio Estado.²¹⁶

Havia no jornal acompanhamento e destaque da carreira de Mario Porto, a quem sempre se referia com elogiosos adjetivos. Seu vínculo como o esporte local era, quase que constantemente, pautado no *Folha do Norte* que, atribuía ao jogador a expressão do esportismo civilizado e progressista pelo qual Feira passava, que deveria ter na disciplina, na ordem, na organização seus pilares.

Atrelado a figura de Mario Porto seria construída a imagem do *sportman* do início do século. Do futebol fidalgo, amador, jogado pelo amor ao esporte. Mais do que um jogador de futebol ele se construía na mídia feirense como um esportista forjado pelos princípios do início do futebol no Brasil, no qual o trabalho físico corporal e a moral instituída no *fair play*, significavam mais que a vitória.²¹⁷ Sua participação entre os profissionais da capital, antes de qualquer coisa significava seu empenho em desenvolver o esporte feirense, com o qual estaria sempre “preocupado” e manteria vínculo, jogando, avaliando, dirigindo, apitando. E inclusive priorizaria ainda, no seu auge como futebolista, preferindo manter-se em Feira de Santana. Através do jornal se constituiu nesse sujeito referência para os assuntos de bola no pé na cidade, dentro e fora do campo.

²¹⁵ *Revista Panorama de Feira de Santana*, N° 01, 09 de setembro de 1983, p 03. Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses (MCS/CENEF).

²¹⁶ *Folha do Norte* de 03/01/1942, p.3, MCS/CENEF.

²¹⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro: 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Em função do fim do seu contrato com o Galícia da capital ²¹⁸, em 1942, voltava à Feira para assumir a gerência da “Garagem e Oficina Porto empreendimento comercial” da família. ²¹⁹ Entre automóveis e pelotas estavam as preocupações do jogador. No fim daquele ano foi realizada a eleição para compor a diretoria da A.D. Bahia, na qual Mario Porto sagrou-se vencedor para ocupar o cargo de presidente, interinamente, entre o final de até 1943. ²²⁰ Dividiria suas funções de jogador, gerente e dirigente. Na mídia repetiria a fórmula, continuariam referendadas características como “disciplina”, “obediência as instâncias” como atributos inerentes ao “mais completo *center forward* do interior baiano”. ²²¹

Na semana posterior a data prevista para a partida entre A.D. Bahia contra o E.C. Kalilândia o jogo ainda causava debate na mídia. Confusão generalizada causou o encerramento da partida faltando vinte minutos para seu término. Chamado pelo periódico para esclarecer o quiproquó, Mario Porto no lugar de presidente do Bahia, embora argumentasse que seu time foi prejudicado pela má atuação do árbitro, obediente as regras hierárquicas e reconhecendo na Liga entidade maior e legítima, acatou a decisão tomada pela LFDT na ocasião, na qual iria ser jogado os vinte minutos que faltavam, continuando o restante do jogo em amistoso com o Kalilândia, defendido pelo próprio como “leal adversário”²²².

Não por acaso, nas matérias de cobertura de jogos, sejam eles do campeonato da cidade, jogos amistosos, intermunicipais, havia sempre o destaque para atuação de Mario Porto. A popularização do futebol fizera e a paixão pelo esporte no Brasil produzira mitos populares, ídolos, referências, que ganhavam espaço da mídia e inserção entre os trabalhadores, entres as classes subalternas.

A Copa do Mundo de Futebol sediada na França em 1938 produzira um ídolo que acompanharia toda a década de 1940. O negro Leônidas da Silva ganhou multidões, contestou e colocou o Clube de Regatas Flamengo na justiça para garantir seus direitos de trabalhador, falou que votou em comunista. Por isso nos jornais ele seria perseguido, chamado de mercenário, seu talento seria diminuído, desvalorizado. Para os “tribunais da norma” o negro jogador deveria ser dócil como Domingos da Guia, companheiro de Leônidas na França, mais “racional”, menos impulsivo, mais contido, menos desvairado. ²²³

²¹⁸ Folha do Norte de 12/12/1942, p.2, MCS/CENEF.

²¹⁹ Ibidem. Ibidem.

²²⁰ Folha do Norte de 14/11/1942, p.3, MCS/CENEF.

²²¹ Folha do Norte de 03/10/1942, p.4, MCS/CENEF.

²²² Ibidem. Ibidem.

²²³ SOUZA, Denaldo Alchome de. *O Brasil entra em campo!:* construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo, SP: Annablume, 2008.

Contemporâneo a esses dois atletas Mario Porto e sua popularização era apropriada pela mídia. Atrelado a ele a negação, ao mesmo tempo, de Leônidas e de Domingos. O branco, de família de destaque da cidade, comemorava aniversário e aparecia no *Folha do Norte*, que o parabenizava pelo seu aniversário, e destacava “as inúmeras felicitações por parte amigos e admiradores” que recebeu o atleta.

Festejando esta data tão jubilosa Mario Porto, ofereceu aos seus amigos, um lauto almoço. A noite, a residência de seus pais, refertou-se de pessoas amigas às quais foram servidos doces e licores em profusão. Parabéns e felicidades, Mario.²²⁴

O jornal, através da imagem construída de Mario Porto, negaria o ídolo popular nacional. Popularizaria sua antípoda. Leônidas e toda sua representação deveria ser apagada pelos gols do centroavante feirense. Destacavam o nosso Domingos da Guia na figura de Cerqueira, mas nunca o “Diamante Negro” e sua rebeldia, para letrados e dominantes, “desrespeitosa” e, acima de tudo, “ingrata”. Nada melhor do que a popularização do extremo oposto disso em todos os aspectos.

Para isso nada melhor que um concurso. Em 1946, “patrocinado pelo asilo N. S. de Lourdes e pela LFDT processou-se nessa cidade um grande concurso para saber-se qual clube e o *crack* mais querido do futebol feirense”. Mario Porto venceu o concurso para jogador, depois de 05 apurações, com 162 votos.²²⁵

A vitória de centroavante do “Bahia de Feira” expressava sua popularidade entre os feirenses. Popularidade que independia da derrota da A.D. Bahia no mesmo concurso para o Fluminense. A sua pessoa era atribuída a identidade de referência do esporte feirense. Assim como Mário, no Rio de Janeiro, para o desespero dos senhores da norma, Leônidas da Silva havia ganhado um concurso de popularidade como o acontecido nessa cidade do interior, no entanto, se Leônidas seria perseguido pelos letrados e seus jornais, o jogador feirense seria exaltado, nas páginas, nos campos, nas urnas²²⁶. Em 1955 foi eleito vereador em Feira de Santana pela legenda do PTB.

Dois anos antes de sua vitória para edil, a imagem do jogador era exaltada. Associado ao grande empreendimento dos esportes feirense, o recém-construído Estádio Municipal, o jogador seria destacada em matéria do *Folha do Norte*. Jogo comemorativo em função da inauguração do campo, Mário Porto, nas palavras do jornal, reaparecia marcando os dois gols

²²⁴ Folha do Norte de 12/12/1942, p.2, MCS/CENEF.

²²⁵ Folha do Norte de 03/10/1942, p.4, MCS/CENEF.

²²⁶ SOUZA, Denaldo Alchome de. *O Brasil entra em campo!:* construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo, SP: Annablume, 2008. P.

da equipe feirense, que saíra vitoriosa da peleja contra os profissionais do Galícia da capital baiana, para a surpresa de todos. Ao jogador do Bahia o jornal reservaria um parágrafo: impressionou, sobretudo, a sua forma física. Mário Porto, esse recordista de *goals*, poderia prestar, durante muitos anos, ainda, grandes serviços ao futebol indígena, se cuidar do seu físico²²⁷.

O jornal produzia através da figura de Mário Porto um modelo de corpo, de jogador feirense nas décadas de 1940 e 1950. Não por acaso chamar atenção ao físico do atleta. Porto se tornava já um veterano nos gramados, chamar atenção para seu condicionamento físico estaria diretamente ligado a sua disciplina para com o esporte. Seu sucesso, suas vitórias, cada um de seus gols seriam utilizados pelo jornal com o intuito de moldar corpos e comportamentos, modelar através de seus exemplos condutas de jogadores, bem como a própria torcida e seu modelo de ídolo.

Se nacionalmente o futebol brasileiro produziu um ídolo negro, contestador, mulherengo, mau administrador das finanças que ganhava, incontrolável. O *futebol* feirense produziu seu inverso, um jogador disciplinado, de família, preocupado com o esporte e seu desenvolvimento moral, físico e cívico. Respeitador de regras e cumpridor de ordens. Um verdadeiro *sportman*. Assim, através dele, também, tentava-se instituir o poder disciplinar no esporte feirense. A construção de um jogador padrão representava a intenção dos equipamentos do *campo esportivo* em formar corpos a partir desse modelo e ao mesmo tempo apagar seu contrário, as marcas do que considerava indisciplina, desordem, balbúrdia, confusão.

Ao passo que se formava um jogador exemplo, paralelamente, através de outros caminhos, procuravam disputar o controle total sobre a prática do jogo e sobre os corpos dos jogadores. Nesse momento ganhavam destaque outros atores: os árbitros. Nas suas participações estavam a responsabilidade da “boa” conduta do “espetáculo”, estaria sobre a incumbência desses homens de preto o controle dos jogadores e do jogo, a eles era conferido o poder sobre as regras e sua aplicação legal.

²²⁷ Folha do Norte de 07/03/1953, p.1, MCS/CENEF.

4 - A Lei, o lugar e o jogo: árbitros e estádios, funções e contradições

4.1 - O solitário homem de preto e seu apito: sobre juízes e regras

A presença de um sujeito responsável pela “arbitragem” do futebol não se deu de forma linear e direta. Acompanhando a própria dinâmica do esporte a participação do árbitro é histórica e se transformou ao longo do tempo. Boschilia chamou atenção para a história desse integrante do jogo, que surgiu cinco anos depois da unificação das regras do *foot-bal*, na Inglaterra, no ano de 1863. Segundo o autor, sob a denominação de *umpire*, ele só intervia no andamento da partida quando solicitado por algum representante das equipes disputantes, além de ficar do lado de fora do campo. Somente em 1881 assumiria a denominação *referee* (árbitro), reflexo das novas demandas que, gradualmente, esses indivíduos vinham assumindo no que dizia respeito a prática do jogo.²²⁸

Segundo Boschilia, as mudanças no papel dos árbitros se comunicavam, dentre outras coisas, com a transformação do próprio jogo. Em suas expressões primeiras, por ser uma atividade aristocrática, praticada por cavalheiros, seria um ultraje a necessidade de um mediador, já que a honra e lealdade imperaria entre os praticantes, cabendo aos próprios atletas o poder de julgar suas infrações. No entanto, com a popularização e profissionalização, acontecida na Inglaterra a partir de 1885, a organização de campeonatos nacionais e internacionais, a expansão do futebol para outros países, bem como a consolidação das instituições internacionais do esporte, o futebol ganhava mais competitividade, e com isso as disputas passavam a ser mais vigiadas.²²⁹

As informações de Boschilia contribuem com nosso argumento. Mesmo que não explicitamente nas palavras do autor, a participação de um árbitro se fazia necessária para controlar os novos sujeitos que participariam do esporte. Sua popularização ampliava a quantidade e os setores sociais daqueles que praticavam o futebol. Nesse sentido o juiz e a ampliação de seus poderes significavam o controle desses sujeitos de frações populares, trabalhadoras da sociedade que começavam a participar do jogo.

No caso do Brasil, ao se popularizar, o futebol teve que lidar com o negro. Ao passo que o jogo desses sujeitos se tornava protagonista no Brasil, a eles deveria ser aplicados o

²²⁸ BOSCHILIA, Bruno. Futebol e violência em campo: análise das interdependências entre árbitros, regras e instituições esportivas. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. 2008. P. 96.

²²⁹ Ibidem., p. 95 e 96.

controle das regras. Em grande maioria de origem pobre, analfabetos, como aqueles que praticavam o futebol nas ruas, o *football- vagabundo*, não partilhavam das regras dos fidalgos, não tinham nos *clubs*, nos campos gramados seus ambientes de sociabilidade, Daí a necessidade, dentre outras coisas, do árbitro, como elemento mantenedor e assegurador dos regulamentos ²³⁰.

Não por acaso Hilário Franco Junior interpretou a produção de sentidos construída a partir da indumentária, e do instrumento que designava um árbitro, o apito. Segundo o Historiador, a monocromia negra, característica das roupas que identificavam os árbitros, aproximavam-no de juízes de direito e de policiais, já que esses dois também se uniformizavam com trajes de características aproximadas, conferindo-lhes uma ideia de autoridade. O apito por sua vez, utilizado pelos policiais, significava ordem e cumprimento das leis. Assim, além da própria regra de introdução do árbitro como parte integrante do jogo, todo um instrumental simbólico compunha esse sujeito, e conferia seu papel de detentor do poder da aplicação das “leis” futebolísticas. ²³¹

Personagem recorrente nas matérias sobre as partidas de futebol em Feira de Santana os juízes, como popularmente ficaram conhecidos, participavam da dinâmica esportiva feirense como mais uma parte na disputa pela forma legítima da prática do jogo. Arelada a crítica e ao elogio de sua figura bem como de suas atuações nos jogos, na qual o controle era a função primária, estava a construção de sentidos para o esporte.

Nos primeiros anos a partir da criação da LFDT acompanhando os assuntos sobre o futebol que cresciam entre as pautas do jornal feirense e sua editoria de esportes, as atuações dos árbitros eram tratadas. Em 1943 chamavam atenção em matéria publicada no jornal *Folha do Norte*. Ela possibilita, em grande medida, entendermos como funcionava a dinâmica das atuações da arbitragem nos jogos de futebol.

O jogo foi iniciado sob a arbitragem do Sr. Armando Castro, que depois de insistentes pedido, aceitou a incumbência de atuar somente no primeiro tempo, o que fez, com a máxima imparcialidade. Após o descanso regulamentar, reinicia-se o jogo sob a atuação do conhecido “sportmen” sr. Arivaldo Hulme, do quadro da “Liga” da capital do Estado, que a passeio, se achava nesta cidade, atuando a contento geral.

²³²

²³⁰ José Sergio Leite Lopes apresenta o exemplo da obrigatoriedade dos jogadores assinarem a súmula do jogo como um dos mecanismos de controle da participação popular no futebol que a partir da década de 1930 começava a se profissionalizar e aumentava o número de atletas pobres e negros. In: SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre.; BATALHA, Claudio H. M.,. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.

²³¹ FRANCO JR. Hilário. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras. 2007. P.37.

²³² Folha do Norte de 16/10/1943, p.5, MCS/CENEF.

Alguns aspectos devem ser chamados atenção. O primeiro, nos salta aos olhos, a mudança de árbitros durante o intervalo do jogo. Apesar de se tratar de um jogo comemorativo, até em campeonatos regulares organizados pela LFDT eram constantes as notícias sobre trocas de juízes durante os intervalos dos jogos. Outro aspecto que nos chama atenção no fragmento se traduz pelo termo “imparcialidade”. Adjetivo que será recorrente para tratar de árbitros cuja atuação o jornal julgue de boa qualidade. Por último, a ocupação do quadro de árbitros por *sportmens*, ou seja, jogadores que, quando não estavam em atividade desportiva, cumpriam a função de juízes das partidas.

Tais informações nos permitem problematizar a própria prática da arbitragem e suas características, questionar a racionalização atrelada a figura do árbitro e a naturalização de verdade e justiça muitas vezes a ele atribuídas. Uma das características fundamentais para a solidificação de uma racionalidade da prática arbitral seria um critério linear de justiça durante todo curso da partida, o que poderia ser de alguma forma afetado quando trocados os juízes.

O segundo ponto carregava em si elementos contraditórios. Se por um lado a escolha de um *sportmen* pudesse se fazer sustentado na experiência e no conhecimento desses indivíduos para com as regras do futebol, bem como na ideia de que, enquanto esportistas, esses sujeitos compartilhariam de valores e princípios morais que confeririam características como imparcialidade, justiça, disciplina. Por outro, nada garantiria que, imerso em um cenário futebolístico no qual rivalidades iam o tempo todo sendo forjadas, esses sujeitos não se deixassem levar pela passionalidade de seus sentimentos para com os clubes aos quais jogavam, o que afetaria diretamente na legitimidade de sua atuação imparcial, justa.

Ao interpretarmos a matéria, identificamos aspectos que poderiam apontar contradições no que diz respeito as atuações dos árbitros em jogos promovidos pela LFDT em Feira de Santana e do discurso de imparcialidade, justiça, que atribuíam a esses sujeitos o lugar de cumpridores legítimos das regulamentações esportivas.

Essas questões ganhavam ainda mais materialidade quando notamos alguns conflitos nas páginas do periódico atribuídos a má atuação de árbitros que apitavam os jogos das competições promovidas pela Liga local. Na publicação de 02 de agosto de 1947, o *Folha do Norte* pautou, segundo sua análise, o negativo protagonismo do juiz durante o jogo entre Fluminense e Flamengo locais pelo campeonato municipal.

No jogo do ultimo domingo o Fluminense venceu o Flamengo pelo escore de 2x1. O juiz, sr. Francisco Assis, ex jogador do Bahia, prejudicou propositadamente o rubro-negro revoltando a todos menos aos “torcedores” do Flu que não se cansam de o “elogiar”. A liga deve precaver-se contra os árbitros de fora que passam toda semana abraçados com jogadores e diretores de clubes. Tais acontecimentos são facilmente evitáveis, criando com imparcialidade, a Liga o seu Departamento de árbitros e um quadro de “bandeirinhas” aprendizes que ajudarão num momento oportuno. Só assim os juízes poderão com autonomia marcar os jogos do 3º turno.²³³

Os elementos aos quais chamamos atenção, como hipóteses, no trecho da matéria de outubro 1943 ganham substância associados às críticas apresentadas a arbitragem em partida ocorrida quase quatro anos. No discurso do jornal sentidos são atribuídos a ação do árbitro no jogo específico, mas também sobre a conduta em geral desses sujeitos que compõem a dinâmica do jogo da bola na cidade.

Nesse momento, em tom de críticas específicas, o jornal observava a parcialidade do juiz na condução da partida. Segundo o periódico, o “homem de preto” em função de sua relação com os jogadores e dirigentes do Fluminense, propositadamente teria prejudicado a equipe do Flamengo. Alguns aspectos e significados dessa assertiva, e que compõem a primeira parte do texto onde o jornal se refere ao jogo e ao referido árbitro em específico, devem ser abordados em diálogo com a linha argumentativa do trecho de 1943.

Se o caráter passional da arbitragem apareceu em tom de possibilidade no primeiro trecho, no segundo ele aparecia como condição para a má atuação da arbitragem. Assim como o representante do Liga Bahiana de Desportos do texto de 1943, o sr. Francisco Assis também era um *sportman*, e a ele estavam atreladas as prerrogativas morais e éticas em relação ao jogo. No entanto, da forma que o texto foi construído, embora não explicitamente, sugeria que o fato do referido juiz ter sido jogador da A. D. Bahia pode ter influenciado na sua atuação. A paixão pelo clube no qual fora jogador interferiu diretamente na forma que ele conduziu a partida. A paixão nesse momento, segundo o escrito, ia diretamente de encontro a noção de justiça, tanto que fizeram questão de reafirmá-la em relação aos “torcedores” do Fluminense, que “cegos” pela idolatria ao clube não viam os desvios da arbitragem e “elogiavam-na”.

Atrelado a passionalidade eram questionados, no texto, mais dois fatores cujas ocorrências influenciavam no ocorrido. O fato dos juízes serem de fora e a relação desses com jogadores e dirigentes das equipes. Ao sugerir que a Liga deveria “precaver-se contra os árbitros de fora que passam toda a semana abraçados com jogadores e diretores de clubes” sentidos são tecidos sobre a arbitragem na cidade²³⁴.

²³³ Folha do Norte de 02/08/1947, p.1, MCS/CENEF.

²³⁴ Ibidem, ibidem.

Ampliando agora o caráter das críticas para a arbitragem em geral e a forma com que a LFDT lidava com ela, o fragmento desconfiava tanto dos juízes de fora, que vinham para apitar com auspícios de sabedoria e conhecimento sobre o esporte e a condução disciplinar do jogo, quanto da relação desses sujeitos com representantes de times locais, o que seria um fator para a desonestidade das atuações dos juízes.

Mais do que uma crítica pontual o jornal fazia quase uma campanha contra a insistência de árbitros de fora para apitarem jogos dos campeonatos e partidas organizadas pela Liga. Para o hebdomadário, o futebol feirense deveria investir na produção de árbitros locais, haja vista a experiências com juízes de fora não serem tão diferentes das apresentadas por árbitros locais. Publicação que expressava essa intenção da mídia feirense foi publicada quase um ano após a crítica ao sr. Francisco Assis com a manchete, O “caso” dos juízes atinge também o nosso futebol.

Pensa-se em mandar vir de fora, árbitros para apitar os restantes dos jogos do campeonato, o que além de acarretar despesas extraordinárias para a Liga, não resolverá o problema. Temos Vadú, Bendito, Mario Porto, bons apitadores, falando-lhes apenas apoio, acatamento e proteção da polícia. Esses juízes poderão dirigir nossos jogos com acerto. Se os daqui, porém, não servem, chamemos alguns *misters* la da Inglaterra, pois a diferença entre os filhos da Feira e de Salvador é muito pequena²³⁵.

Em que pese o texto não negar a existência de querelas na arbitragem feirense, ele aponta nomes como Vadu, Mario Porto, referendados “*sportmans*” da cidade, que segundo seu julgamento, se bem assessorados, por forças policiais, e respeitados, por jogadores, dirigentes e torcedores, fariam bons papéis na arbitragem dos jogos, não precisando acarretar custos mais para a Liga e que, segundo a matéria, não resolveria o problema. Em tom de ironia recorre aos *misters* da Inglaterra, país no qual fora criado o futebol, para ver se dariam jeito nos problemas do jogo feirense.

Através das matérias ficavam explícitos os problemas concernentes a arbitragem na cidade. Aquele que, por princípio, deveria controlar o jogo com disciplina, força, apesar de algumas matérias de congratulações das atuações de alguns árbitros, em grande medida não estava conseguindo. Mesmo quando o jornal atribuía a culpa de conflitos a outros partícipes do espetáculo, como jogadores, dirigentes e torcedores, a participação do juiz aparecia ou como vítima, ou enquanto algoz.

²³⁵ Folha do Norte de 21/08/1948, p.2, MCS/CENEF.

A intenção não é julgar se eram certas ou erradas as marcações, se eram culpados ou inocentes os juízes quando as polêmicas aconteciam. Procuramos, no entanto, os significados tecidos através de tais matérias. Mais uma vez o *poder disciplinar* se configurava através da mídia que atuava como o *tribunal da norma*. O polícia do Estado era convocada agora para proteger o “policial” das quatro linhas. Para assegurar a ele seu poder de controlador do jogo, individuo detentor do poder legítimo, conferido pela LFDT, o poder de aplicação e interpretação das regras do jogo.

Principalmente após 1945, embora o futebol promovido pela LFDT praticado em Feira de Santana fosse amador, o futebol profissional era a referência do modelo nacional dos grandes centros. O rádio cada vez mais expandia os jogos dos campeonatos do Rio de Janeiro e São Paulo para territórios mais distantes do país.

Nesse momento a noção profissional já deixara de ter a conotação pejorativa que tivera no início do século, a partir da popularização do futebol, pelo contrário, já começava a carregar sentidos outros. Profissionalismo significava uma série de preceitos morais e técnicos com os quais o jogo deveria dialogar, regido por regras, estatutos, regulamentos, forma de controle que perpassavam todos que compunham o universo futebolístico.

Arelado ao pedido do controle pela força, expressado através da necessidade de uma proteção policial, aos juízes também era sugerido o controle pelo domínio da técnica através das matérias. No texto que criticava a atuação do juiz no jogo entre Fluminense e Flamengo pelo campeonato da Liga se associada a essa de dois anos mais tarde, nos ajuda a interpretarmos um pouco da função que tinha o departamento de árbitros, sessão específica da LFDT. Na matéria de 1947 a criação de um Departamento de árbitros surgia como sugestão da editoria dos esportes para coibir os problemas da arbitragem em Feira. O termo departamento trazia consigo toda uma tecnicidade. Associado a técnica e a especialização de um cargo estava a imparcialidade. O departamento, segundo sugeria o periódico, deveria agir como uma escola de arbitragem.

Por ocasião disso o jornal faria referência, já em atividade em 1949, ao papel do departamento de árbitros da LFDT e seu novo diretor: “Assumi a chefia do Departamento de Árbitros da Liga, o Sr. Benedito José dos Reis, que terá este ano a missão difícil que aflige nosso futebol em saber escolher homens a altura para saber dirigir os jogos do futuro campeonato”.²³⁶

²³⁶ Folha do Norte de 21/05/1949, p.3, MCS/CENEF.

Essa especialização no que dizia respeito a construção de uma partição específica no interior do organismo maior que era a LFDT, nos permite caminhar por interpretações diversas, mas que, em grande medida, estavam em diálogo. O primeiro dizia respeito a importância do árbitro enquanto aplicador das regras na prática efetiva do jogo. Deveriam ser portanto, esses sujeitos, criteriosamente escolhidos bem como pedagogizados através de uma política da própria LFDT. Nesse sentido, os responsáveis pela disciplina nos jogos propriamente ditos, também deveriam ser normatizados, seus corpos e mentes deveriam ser educados segundo regras do que era ser juiz de futebol. Por outro lado, criar um departamento específico, deveria conferir aos árbitros produzidos pela Liga um *capital simbólico*, a propriedade que o conferiam como personagens legítimos à condução de uma partida. Atrelando a criação da seção à primazia da razão.²³⁷

O que seria então o Departamento de Árbitros? A instituição dentro da instituição, uma colateral da LFDT, cuja função, além de aplicar rigorosamente os princípios do jogo, deveria regular inclusive a si própria, definir quais são as funções daqueles que aplicam as regras do ludopédio.

No início do ano de 1953 através do *Folha do Norte* o novo Chefe do departamentos de árbitros, Ilo Brasileiro, informava, aos interessados, que estavam abertas as inscrições para aqueles que quisessem se candidatar a juízes da LFDT.²³⁸ O informe, na primeira página do jornal, nos fornece indício de que, estava em plena atividade o departamento de árbitros enquanto seção responsável pela formação de árbitros pela LFDT. O referido chamado adquire ainda mais sentido quando, meses depois, nos deparamos com outra matéria, também de primeira página no qual o título, em que pese seu tom um tanto quanto genérico, fazia-se bem direto: “O departamento de árbitros”. O artigo definido masculino abordava um departamento em específico, o próprio da LFDT, e o que, nas palavras do periódico, foram as “reformas” feitas pelo “abnegado esportista Ilo Brasileiro”.

Uma das mais importantes reformas da atual direção da L. F. D. T. deu-se no Departamento de Árbitros, entregue ao abnegado esportista Ilo Brasileiro. O diretor do departamento sempre foi um grande e desinteressado batalhador do esporte feirense, e o seu trabalho de agora, é mais um serviço prestado á causa de nosso esporte. Ilo Brasileiro convidou pessoas integras, esportistas de méritos, para formar o quadro de juízes da Liga, e, com eles, efetua duas reuniões por semana, onde são discutidas as regras do futebol, inclusive por meio de trabalhos escritos, com demonstrações gráficas etc.²³⁹

²³⁷ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. P.11.

²³⁸ *Folha do Norte* de 14/02/1953, p.1, MCS/CENEF.

²³⁹ *Folha do Norte*, 28/02/1953, p. 01. MCS/CENEF

A arbitragem do jogo e seu departamento, atingia na avaliação do jornal seu sucesso. O que fazia dela tão importante? Nas mãos dos juízes estava o poder de aplicar as regras do jogo, controlar, racionalmente e moralmente os corpos daqueles que praticavam o jogo. Estava aí então a importância das características exaltadas naquele que ocupava o papel de conduzir o Departamento de Árbitros. Os elogiosos adjetivos apresentados pelo jornal *Folha do Norte* direcionados a Ilo Brasileiro, “batalhador do esporte feirense”, que sempre desinteressadamente tem “mais um serviço prestado a causa do nosso esporte”, transmitiam, segundo a interpretação do jornal, a forma com que esse sujeito iria administrar a reforma na arbitragem local ²⁴⁰.

A partir das consagrações àquele diretor da seção de arbitragem feirense, o jornal constituía uma série de qualificações como princípios do ser esportista, do modelo de agir para com o esporte. Através do elogio a construção de um modelo nas virtudes do referido Ilo Brasileiro se instituía, uma fórmula moral de como deveria ser os árbitros, padrões do que deveriam tomar como exemplo.

O texto ainda mencionava um caráter de coletividade ao qual a Liga, a partir de seu departamento, estava preocupada, visto que o diretor, “convidou pessoas integras, esportistas de méritos, para formar o quadro de juízes da Liga e com eles efetua duas reuniões por semana onde são discutidas e interpretadas a regras do futebol, inclusive por meio de trabalhos escritos, com demonstrações gráficas”. ²⁴¹

Apresentar que Ilo Brasileiro convidou pessoas “íntegras, esportistas de mérito”, nos permite propor duas linhas interpretativas para as significações que o jornal tentava construir com o texto. Ao apontar as virtudes do diretor o semanário procurava além de construir um modelo, legitimá-lo como aquele capaz de escolher o corpo arbitral do futebol feirense, à sua imagem e semelhança. Por outro lado, enredada a esse primeiro sentido tecido no texto, um segundo se manifestava, o de que através daquele momento uma renovação se fazia no futebol feirense, nela a administração do departamento de árbitros aparecia como um dos exemplos. Liderados por Ilo Brasileiro, um coletivo de sujeitos de qualidades morais inquestionáveis, já que escolhidos pelo diretor, dariam um novo rumo a arbitragem do jogo.

Outro fator que, associado a matéria do Departamento de Árbitros, nos fornece instrumentos para nosso argumento a respeito da tentativa do jornal em produzir um discurso de renovação no futebol feirense se fez em dois textos imediatamente anteriores.

²⁴⁰ Ibidem, ibidem.

²⁴¹ Ibidem, ibidem.

O primeiro se apresentava como a manchete principal da coluna esportiva no dia. Mesmo não nos debruçarmos sobre ele mais profundamente, visto que será trabalhado com maior cuidado no próximo, seu título, publicado em destaque, já seria explicativo: “A inauguração do Estádio Municipal”. A construção de estádio aparecia como a principal manifestação desse futebol que se “modernizava” no interior da Bahia, a referência de sua construção era o Maracanã, á época maior estádio de futebol do mundo, empreendimento chefe da propagando do desenvolvimento nacional para fora através da Copa do Mundo no Brasil em 1950.²⁴²

O segundo, cujo título “A Liga”, apresentava o corpo de dirigentes da Liga, aqueles que ocupavam os cargos burocráticos da instituição e por fim, fazia uma avaliação da administração daquele que à época ocupava o cargo de presidente da LFDT:

A administração de Osvaldo Torres bem se revelando uma das mais fecundas que a Mentora desportiva feirense já teve. A Liga conseguiu que a prefeitura alugasse a sala do edifício do banco econômico, onde tem sua séde. Além disso esta muito bem aparelhada, com mobiliário, armários, arquivos, maquina de escrever, bolas, e tudo mais que necessita para realizar, de maneira perfeita, as suas finalidades.²⁴³

Ao apresentar o sucesso administrativo da LFDT da referida gestão, o jornal abordava mais um ponto pelo qual construía um discurso de “progresso” e de “renovação” do esporte feirense. Voltando a matéria específica sobre o Departamento de árbitros, da forma que fora organizada a coluna esportiva, ela integraria o múltiplo das transformações pelas quais passava o esporte feirense em geral e o futebol em particular.

Associado a esse discurso de renovação não poderia ficar de fora a defesa da técnica. Se no texto sobre a inauguração do estádio, o Maracanã servia como parâmetro de desenvolvimento científico, no da Liga o caráter técnico administrativo cujas conquistas se expressavam em condicionantes materiais. Também, na matéria a respeito do departamento, uma racionalização cintificizada era apresentada.

Atrelado aos valores morais daqueles que compunham o corpo de responsáveis pela arbitragem do futebol, pois a prática de julgar requer algumas características que a legitime, estavam as verdades inquestionáveis. Mesmo as regras podendo ser interpretadas, eram elas interpretadas de acordo com o que é científico, “trabalhos escritos” e “demonstrações gráficas”.

²⁴² Ibidem, ibidem.

²⁴³ Ibidem, ibidem.

Com ajuda de Foucault interpretarmos o texto do *Folha do Norte*. Nele tentava-se produzir, através da reprodução do discurso do departamento de árbitros e da educação da arbitragem, assentados em critérios técnicos e científicos, um saber que também era poder, cujo objetivo deveria ser implementar, na prática da arbitragem, um modelo disciplinador e técnico, com a função de “organizar” e “ordenar” as participações dos juízes, segundo critérios científicos, visto que, por detrás desse discurso, deveria se instituir uma concepção de verdade neutra, objetiva e universal.²⁴⁴

Era a intenção do Departamento de árbitros fosse, no interior da LFDT, construir um mecanismo capaz de educar, disciplinar, organizar as atuações daqueles que deveriam, disciplinar, organizar, o jogo dentro das quatro linhas. No plano das ações, essa finalidade não se concretizou exatamente como o discurso científico de causa e efeito previa.

Uma semana após a publicação do conjunto de matérias congratulando as transformações do esporte feirense, o próprio jornal questionava a tal renovação. Se uma semana antes a coluna de esportes publicava uma matéria cheia de elogios a “reforma” desenvolvida por Ilo Brasileiro, na publicação de 14 de março de 1953 apontava novas críticas, como parte da crônica do jogo entre A. D. Bahia e a equipe do Elite de Santo Amaro, acontecido no recém inaugurado Estádio Municipal:

Houve algumas desinteligências entre os jogadores, motivadas, estamos certos, pela marcação imprecisa de Tapioca. A defesa do Bahia joga duro, por que constituída de homens de físico avantajado. O juiz entendeu de reprimir o jogo violento, apitando a todo instante, marcando faltas inexistentes e deixando passar *fauls* escandalosos, contribuindo, com isso, para enervar os preliantes e provocar exaltação de ânimos. Nosso futebol não é mais de roça. Nossos juízes têm, portanto, que evoluir.²⁴⁵

Mais uma vez na crônica da arbitragem o semanário disputava os destinos do futebol. Ao criticar ele reafirmava sua visão sobre o jogo, sobre corpos de jogadores, sobre a atuação do juiz. A expressão futebol de “roça” aparecia carregada de sentidos. Em sua oposição estava a urbanização do centro feirense que, na visão daqueles que escreviam no jornal, representava um progresso da cidade²⁴⁶. Acompanhando tal desenvolvimento estaria o futebol feirense na

²⁴⁴ COIMBRA, Cecilia Maria Bouças e NASCIMENTO, Maria Livia do. *O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias. Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2001, vol.17, n.3, pp. 245-248. ISSN 0102-3772. Encontrada em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n3/8814.pdf> P. 246.

²⁴⁵ Folha do Norte, 14/03/1953, p. 01. MCS/CENEF

²⁴⁶ Fazendo um paralelo do trecho roça A tese de Clovis Oliveira aborda a partir dos diversos instrumentos de construção da memória exatamente o quanto uma visão da Feira de Santana em franca urbanização, a caminho de um certo progresso constante serviu para apagar uma memória da “roça” e de uma serie de relações forjadas numa sociabilidade rural e que compunha o cotidiano de vários sujeitos trabalhadores da cidade. Sobre isso ver: OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias*

sua forma de ser jogado, nas vitórias dos clubes, nos corpos dos jogadores, no entanto os árbitros não acompanhavam esse desenvolvimento e mantinham-se atrasados. Embora não seja seu principal objeto, Oliveira analisa o futebol como um dos caminhos pelo qual a memória de uma cidade urbanada era disputada, e fala sobre um “progressismo futebolizador, no qual o desporto teria uma função chave na organização de uma população culta, ilustrando os praticantes, assistentes e, para os do futuro, um lugar seguro no panteão da glória”. Tudo isso associado a uma concepção “de mecânica e cultura física, linha mestra de construção dos fenômenos tecnológicos, pedra angular na circulação de carros, aviões, caminhões e outros veículos que tornavam o mundo menor, encurtando distâncias, aproximando temporalidades.²⁴⁷ Assim, mais um mecanismo na construção de uma noção de cidade urbana e conseqüentemente desenvolvida era construída. A partir do que fornecia o texto do *Folha do Norte*, quando falou, de forma menosprezada, de um futebol de “roça”, mais do que o próprio esporte, o que estava em jogo era uma visão de mundo que previa e priorizava determinadas relações sociais em detrimento de outras.

Se voltarmos para o texto de uma semana antes no qual o hebdomadário parabenizava a reforma do Departamento de árbitros, uma questão nos salta aos olhos. Como poderia em uma semana estar em franco desenvolvimento a arbitragem feirense e na próxima insinuar ser árbitros de “roça” aqueles que atuavam em Feira? Entendemos as dissonâncias no discurso da mídia representavam a contradição da própria ação humana na qual, se por um lado através tentava-se produzir um modelo ético, moral, técnico do que deveria ser o árbitro de futebol, por outro a prática do jogo colocava no prisma a fissura desses discursos normatizadores. Esses conflitos demonstravam que a aplicabilidade dessas normas eram marcados por tensões, por desvios, por sentidos outros que perpassavam o jogo.

No entanto, assim como procurava-se fazer com os jogadores, também procurava-se instituir um modelo de juiz através da negação do que não deveria sê-lo. Em matéria também do ano de 1953, o jornal colocava em pauta um jogo entre Fluminense e A. D. Bahia, que descambou para “desordem” generalizada. Sobre o “Homem de preto” foi escrito:

O juiz foi o maior responsável pelos acontecimentos dentro do gramado, por que não teve energia suficiente para reprimir o jogo violento e botar para fora o maior número de jogadores. O juiz não corre e nem acompanha os lances. O goal do Bahia redundou de um lance em que a bola já tinha transposto a linha de fundo. O goal do

urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2011.

²⁴⁷ Ibidem., p. 39.

Fluminense, da posição em que estávamos, embora já estivesse escuro, nos pareceu legítimo. O juiz prejudicou os dois times.²⁴⁸

O texto publicado acima apareceu no jornal como uma das partes em destaque sobre o quiproquó que tomou conta do Estádio Municipal no domingo daquela que deveria ter sido uma “bela tarde esportiva”.²⁴⁹ Com o título de “Outros detalhes”, a abordagem acerca da má atuação do árbitro de futebol tomou a matéria em quase que sua totalidade.

Assim, como em outros momentos aqui abordados, sentidos são tecidos, por meio do periódico feirense, para o jogo da bola na cidade e sua organização. Tomando o juiz de futebol como um dos participantes pelo o qual a presença e a atuação mediante a determinadas regras e condutas perpassa a prática legítima do esporte, o periódico acompanhava suas participações nos certames da Feira.

Um primeiro caminho ao qual iremos trilhar na análise do texto segue os rastros da fonte imediatamente anterior, quando noticiando o jogo da A. D. Bahia, o jornal pretendia produzir um modelo de árbitro moderno, forte e disciplinador. Pouco mais de um mês depois, assim como na primeira matéria, o jornal reafirmava uma atuação negativa de um juiz de futebol num jogo do campeonato da LFDT. Mais do que isso, responsabilizava toda a “desordem” que tomara o estádio a sua má atuação, que se expressara através de sua falta de energia em reprimir o jogo violento, o despreparo físico para acompanhar as jogadas de perto, o que resultou em diversas ilegalidades que prejudicaram os dois times²⁵⁰. Mais uma vez era confrontada a avaliação positiva feita pelo próprio periódico ao Departamento de árbitros da LFDT e ao seu diretor, o sr. Ilo Brasileiro. A recorrência de erros colocava em cheque os elogios morais e técnicos feitos pelo jornal, bem como o próprio sucesso do Departamento e seus métodos, quando deparados a prática do jogo propriamente dita e as manifestações diversas daqueles que participavam do “espetáculo”.

Por outro lado, ao criticar a postura do juiz na partida e ao especificar quais eram os erros cometidos por ele, era construída uma visão do que deveria ser atributo de um juiz bem qualificado. Pelo jornal era travada a disputa pela arbitragem do jogo. Entre esses atributos estava o que na matéria foi denominado de “energia” para ordenar o jogo, controlar e disciplinar aqueles que participavam das peijas, e cujo comportamento destoasse do definido pelas regras morais, técnicas do jogo. Além disso estava o próprio preparo físico do árbitro, cuja função “correr e acompanhar” as jogadas.

²⁴⁸ Folha do Norte, 25/04/1953, p. 01. MCS/CENEF

²⁴⁹ Ibidem, ibidem.

²⁵⁰ Ibidem, ibidem.

Na figura do juiz o *poder disciplinar* era aplicado num duplo. Se por um lado era a figura do árbitro de futebol a representação própria do controle dos corpos de jogadores e técnicos, por ser ele o aplicador, legitimado pelas instituições e sua concepção esportiva, das regras do jogo. Por outro lado, sobre seu próprio corpo se instituía a norma, critérios eram elaborados para julgar e produzir uma forma “verdadeira” da atuação desses “Homens de preto”. Por meio das publicações do jornal eram forjados significados do que deveria ser atribuições da arbitragem, definições que imprimiam sobre eles posturas morais e comportamentos físicos específicos, mas que, em diversos momentos dos jogos realizados em Feira de Santana não eram obedecidas.

Os conflitos em torno da arbitragem feirense apresentados nas publicações jornalísticas, assim como aquelas em torno das brigas entre torcedores, jogadores além da tentativa de formatação do modelo de jogador e suas condutas no jogo, manifestavam as disputas pelo poder legítimo de ditar quais as formas certas de se praticar o jogo da bola em Feira de Santana. Através do *Folha do Norte* um modelo da prática esportiva institucionalizada, racionalizada, deveria ser implantado.

Através do lugar onde se pratica o esporte também se fazia a disputa da forma legítima da prática esportiva. Pela forma na qual se organiza o espaço do jogo procurava-se modelar os corpos dos diferentes agentes do espetáculo. Entendo “lugar” como “uma construção do espaço, ao mesmo tempo simbólica e concreta, que remete a um sistema de valores, hierarquia e poder”²⁵¹, analisamos que também através primeiro da defesa do estádio enquanto espaço único e depois através da especialização desse lugar se promoveu a disputa pela forma legítima da prática do futebol em Feira de Santana.

4.2 - Estádio municipal: a edificação de um formato de futebol

Em 1922 o *Folha do Norte* falava da existência do “foot-ball vagabundo” nas ruas de Feira de Santana. Nele, “uma malta de vagabundos, na maioria seminus, passavam o dia inteiro numa continua partida de foot-ball”²⁵², atentando a “moral pública”. Via-se na “Praça onde tem início a Avenida Araújo Pinho (...) Moleques, cobertos de andrajos que se digladiavam aos coices”.²⁵³ Quase dezesseis anos depois, também no jornal *Folha do Norte*,

²⁵¹ CAMPOS, Flavio de. Arquitetura da exclusão: apontamentos para a inquietação com o conforto. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014. P. 352.

²⁵² *Folha do Norte*, 14/05/1921, p.1, MCS/CENEF.

²⁵³ *Ibidem*, *ibidem*.

podia-se ler que, “as ruas da cidade não são praças de esporte”²⁵⁴, praticar “o futebol nas vias públicas da urbe”, era um “grande abuso”, principalmente na cidade da Feira, que “possui campos de futebol”.²⁵⁵

Para aqueles que propunham “organizar” esse “palco de concreto, de aço e vidro”²⁵⁶ que estava se tornando a cidade, não cabiam sujeitos correndo atrás de uma bola, sem camisa, pelas ruas do centro projetado por aqueles que ocupavam a prefeitura, os jornais, a Câmara de Vereadores, a LFDT. Não cabeia na frieza das instituições a alegria e a insegurança de “uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços”.²⁵⁷

O fim da matéria de 1938 era emblemático: definia que o espaço de jogar bola era o campo de futebol. Quem dizia que o lugar do jogo era o campo de futebol? Porque não era, o próprio campo, a Avenida Araújo Pinho? Essas questões nos trazem de volta as instituições. Eram elas quem se intitulavam administradoras de cidades. Estruturas, cuja função e pretensão seria organizar tecnicamente a sociedade, “reiterando a concepção grega que opunha a *polis* civilizada à barbárie dos não urbanizados”.²⁵⁸ Definiam espaços, inscreviam lugares específicos através de leis, decretos, códigos, para práticas esportivas. Qual objetivo? Tentar controlar os corpos dos sujeitos. Nessas agências as regras deveriam ser aplicadas, nelas, a “vigilância hierárquica”²⁵⁹ deveria ser instituída.

Um indício dessa assertiva estava, dentre outras coisas, no código de posturas de Feira de Santana de 1937, implementado pelo poder municipal, o mesmo que o Sgt. Narciso Andrade em 1946 incitava que agisse para com os esportes locais. O código previa punição, com “multa de 10\$000”, a cada indivíduo envolvido com “jogos de foot-ball, corridas equestres bem como qualquer divertimento, quer na cidade, quer nos destritos”, fora dos “lugares previamente delimitados pelo prefeito”.²⁶⁰

Assim como as manadas de bois e seus vaqueiros, apontados por Clovis Oliveira e Ana Maria Oliveira, eram visados pela constituição municipal, e expulsos do centro da cidade sobre o argumento da técnica, da higiene e da ordem, mandados para o novo, para o curral modelo. O jogo também era visitado, o jogo da bola era conduzida aos lugares definidos, o

²⁵⁴ Ibidem, ibidem.

²⁵⁵ Folha do Norte de 02/05/1936, p.4. MCS/CENEF.

²⁵⁶ CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 9. ed Petropolis: Vozes, 2009, p. 169.

²⁵⁷ Ibidem, ibidem.

²⁵⁸ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 35.

²⁵⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989, p. 134.

²⁶⁰ Decreto Lei número 1 de 29 de dezembro de 1937 (Código de Posturas de Feira de Santana), p. 37.

couro da bola, assim como o coro dos bichos e das roupas dos vaqueiros eram ordenados pela organização do espaço urbano²⁶¹.

Definir que só se pode jogar futebol em lugares pré-estabelecidos era, em grande medida, definir quem jogava, como jogava, porque jogava e obviamente onde jogava. Afinal, quem teria acesso aos campos conhecidos da cidade? Com certeza não deveriam ser aqueles “vagabundos” desnudos que, segundo a *Folha do Norte*, “sujavam” e “enfeivavam” a cidade. E quando fossem esses indivíduos, deveriam ser submetidos a vigilância e controle constante.

Ao código urbano feirense manifestava-se a intenção de controlar, dentre outras coisas, a prática do jogo na cidade em todas as suas possibilidades, construir uma lógica esportiva, no qual os lugares teriam um papel fundamental na produção da disciplina através da vigilância.

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem (...) ²⁶²

Dessa forma não era todo futebol que as instituições e seus integrantes defendiam, mas sim um futebol que correspondesse a certa prática, entendida por elas como civilizada, desse esporte, que tem lugar específico para se jogar, obediente a regras bem definidas pela LFDT, pelo poder público e pela mídia já que, “... a atividade de julgar se multiplicará a medida que se difundir o poder normalizador.” ²⁶³

Como vimos, o processo de disciplinarização e normatização através das instituições do futebol feirense, na maioria das vezes, dialogava com a noção de “futebol-moderno”. Moderno no sentido de novo e avançado, e o lugar onde se praticaria esse esporte deveria acompanhar esses “avanços”. São sobre as “arenas” do jogo onde também se instituíam discursos pela inovação. Sobre sua forma e características se produzia no jornal sentidos a respeito do atraso e do desenvolvimento do futebol na cidade. Dessa forma não deveria ser somente instituir um lugar, mas como deveria ser esse lugar.

Por isso a crítica depois da criação da LFDT deixara de ser sobre o “foot-ball vagabundo”, sobre a irregularidade de se praticar futebol nas ruas do centro de Feira de Santana. Aplicada uma lógica esportiva institucionalizada para o jogo da bola na cidade, o futebol das ruas seria abafado, ignorado, silenciado pelo ludopédio implementado pelos

²⁶¹ OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Op.cite.* P.73-77. e OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Op.cite.* P. 43.

²⁶² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* Petrópolis/RJ: Vozes, 1989. p.146.

²⁶³ *Ibidem.*, p.266.

organismos do *campo esportivo* local. A mídia agora examinaria o próprio *locus* que ela mesma, anteriormente, instituiu como o lugar da prática do esporte na cidade.

Torneio Relâmpago – O campo. Consta que a liga promoverá ainda este mês, no arruinado campinho da Avenida Sampaio um torneio relâmpago entre os clubes de futebol desta cidade. O futebol é a distração predileta do povo em qualquer parte do Brasil. Nesta terra o esporte rei vem marcando passo por falta de uma praça de esporte que contribua para o seu progresso e possibilite a arrecadação de boas rendas. O chamado Estádio da Vitória, se é que aquilo pode ser chamado de Estádio, não passa de um acabado campo, sem grama, sem coisa alguma que justifique o nome do Estádio da Vitória. Vitória do futebol feirense? Não: vergonha do esporte feirense. Feira de Santana merece uma praça de esportes a altura do seu renome e do seu progresso.²⁶⁴

Mudaram-se os direcionamentos das críticas, quase dez anos depois de sua fundação, a Liga se instituiu enquanto principal organizadora, em Feira de Santana, da “distração predileta do povo em qualquer parte do Brasil”, e a crítica se voltava ao espaço destinado a prática do esporte. Aquilo que antes embelezava a cidade, a organizava, impedia os meninos de jogarem na rua, agora maculava essa urbe que merecia não mais um campo e sim, “uma praça de esportes a altura do seu renome e do seu progresso”, um “Estádio”.

Ana Maria de Carvalho Oliveira chamou atenção para as mudanças urbanas acontecidas em Feira de Santana durante as décadas de 1950 e 1960, e o quanto essas obras eram capitaneadas por alguns sujeitos da cidade, principalmente aqueles que ocupavam os poderes públicos, como acesso ao civilizado, ao mesmo tempo aquela mesma urbanização, causava estranheza ao cotidiano de diversas pessoas que, de alguma forma, utilizavam o centro, transitavam e trabalhavam.²⁶⁵

Clovis Oliveira aponta para os apagamentos produzidos pela construção dessa civilidade, destaca que, ao propor um modelo de cidade, de urbano, os poderes públicos, as instituições, encobriam uma série de outras manifestações de sujeitos, leituras diferentes do urbano, no caso de Feira de Santana, a escritura urbana “branca” passa por cima da oralidade de manifestações, negras e rurais.²⁶⁶

O parêntese para as interpretações dos historiadores supracitados retoma a noção de “progresso” do fragmento do texto do jornal *Folha do Norte*. Ambos os textos apontavam no sentido de que esse “progresso” estava ligado a uma leitura que representava “O sonho de

²⁶⁴ Folha do Norte de 03/03/1951, p.1. MCS/CENEF.

²⁶⁵ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e praticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife, PE, 2008. 220f. Tese (Doutorado em Historia) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia Ciências Humanas, Recife, 2008.

²⁶⁶ OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. ‘*Canções da cidade amanhecete*’: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos e Feira de Santana, 1920-1960. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação em História, Brasília, 2011.

uma ordem”²⁶⁷ cuja função, “servia para perpetuar o poder e conservar a estrutura socioeconômica e cultural que esse poder garantia”.²⁶⁸

Essa noção de desenvolvimento da cidade atrelada a um estádio novo fora manifestada anos antes da crítica ao campo da Vitória em 1951. Já em 1946 aparecia no *Folha do Norte*, em tom de esperança e felicidade a notícia da iniciativa que só viria ser concretizada sete anos depois, a criação de um Estádio Municipal.

Corre pela cidade a sensacional notícia de que o Prefeito Municipal está empenhado na construção do Estádio Municipal de Feira de Santana, tendo já designado o engenheiro José Lopes de Brito para a execução da planta. Não há dúvida que é mais um grande passo para o progresso da cidade. O governo municipal atende assim a uma grande aspiração do nosso povo.²⁶⁹

Na matéria mais uma vez a participação do poder público municipal nos assuntos do esporte. Através da edificação e posterior administração dos campos futebolísticos era onde aparecia mais próxima a participação do Estado em relação ao futebol. Bernardo de Hollanda chama atenção para a especificidade brasileira:

No caso do Brasil, o papel do Estado da democratização e na superação da condição do país periférico afigurou-se central. Talvez por isto, aqui, historicamente tenha se imiscuído na construção de estádios, fenômenos menos frequente na Europa e nos demais países da América do Sul²⁷⁰.

Portanto, a construção de estádios como mecanismo que referendava um certo desenvolvimento não era especificidade de Feira de Santana. Muito pelo contrário fez parte de uma política nacional que iniciou-se desde 1940 com a criação do Estádio Municipal de São Paulo, o Pacaembu, e teve seu ápice na construção do Maracanã, principal obra para a organização do campeonato mundial de futebol sediado no Brasil em 1950.

Segundo Flavio de Campos, em São Paulo, a edificação do monumento Pacaembu, “era a exteriorização de um olhar de modernidade autoritária que concebia a incorporação das massas ao jogo político através da intermediação paternalista do presidente. O corpo cívico

²⁶⁷ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 32.

²⁶⁸ Ibidem, ibidem.

²⁶⁹ Folha do Norte de 29/06/1946, p.4, MCS/CENEF.

²⁷⁰ HOLANDA, Bernardo Buarque de. O fim do Estádio-nação? Notas sobre a construção e a remodelagem do Maracanã para a Copa de 2014. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014. P. 332.

construía uma metáfora concreta”.²⁷¹ A construção do Pacaembu inaugurou um modelo de construção de estádios no Brasil que conferia ao Estado o papel de administração do empreendimento esportivo pelos poderes públicos, num contexto no qual o futebol detinha a capacidade de mobilizar massas em seu entorno. Através daqueles monumentos e de suas arquiteturas imponentes era explicitado e produzido um padrão de progresso local e nacional, que se impunha sobre o próprio jogo, aqueles que praticavam e o consumiam.

Em 1953 o futebol caminharia definitivamente nos trilhos daquele “progresso” defendido pelo jornal. Começava a materializar-se, alicerçado nos concretos e vigas da “obra gigantesca que, certamente trará incalculáveis benefícios ao esporte feirense”²⁷² um tipo de prática do ludopédio na cidade. Inscrevia-se “no Cruzeiro” o Estádio Municipal que, “mesmo incompleta a obra impressiona pela imponência das suas instalações”²⁷³.

Agora Feira de Santana teria “uma praça de esportes a altura de seu renome e do seu progresso”. Imponente, gigante, com “seus lances de arquibancadas de 26 metros de altura por sete metros de comprimento”, a capacidade de comportar “folgadoamente três mil assistentes”²⁷⁴ e seu gramado nas mesmas dimensões do Maracanã²⁷⁵. A novidade de seus vestiários subterrâneos, do túnel que dá acesso ao campo, da balaustrada que protege o gramado e da pista de atletismo de sete metros. Todos esses atributos faziam com que o Estádio do Cruzeiro, quando estivesse totalmente construído, pudesse ser um dos maiores e mais bonitos do Brasil.²⁷⁶

Na matéria, a comparação com o Maracanã não era mera coincidência. Quatro anos antes da edificação do empreendimento feirense, fora construído, para o mundo ver, o maior estádio já visto. A partir das contribuições de Bernardo Buarque de Hollanda:

Em plena capital da República, o Maracanã seria, portanto, o instrumento mais eficaz para mostrar a pujança em âmbito mundial – daí o epíteto monumental de “maior estádio do mundo” –, construído para um público de 150 mil pagantes, mas capaz de alcançar 200 mil pessoas, cerca de 10% da população da cidade na época.
²⁷⁷

²⁷¹ CAMPOS, Flavio de. *Arquitetura da exclusão*: apontamentos para a inquietação com o conforto. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014. P.354.

²⁷² Folha do Norte, 28/02/1953, p.1. MCS/CENEF.

²⁷³ Ibidem, ibidem.

²⁷⁴ Ibidem, ibidem.

²⁷⁵ Deve-se chamar atenção para a importância da comparação com o Maracanã, maior estádio do mundo no momento. O fato de que, assim como o maracanã, e seu empreendimento colossal para copa de 1950 representou um Brasil que crescia e emergia entre os grandes, Feira de Santana, através de seu Estádio representaria o mesmo.

²⁷⁶ Folha do Norte, 28/02/1953, p.01. MCS/CENEF.

²⁷⁷ HOLANDA, Bernardo Buarque de. O fim do Estádio-nação? Notas sobre a construção e a remodelagem do Maracanã para a Copa de 2014. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014. P. 329.

Instituíam-se então, através do futebol, a espetacularização da cultura, aquele “brilho e esplendor com os quais se cerca a sociedade produtora de mercadorias” como se refere Walter Benjamin²⁷⁸. O Estádio, em sua face mais excludente, em sua arquitetura fria e funcional, ao definir lugares, comportamentos, mais uma vez parafraseando Benjamin, “corresponde a tendência, corrente no século XIX de enobrecer as necessidades técnicas com pseudofinalidades artísticas”²⁷⁹.

Como “um parto de inteligência das normas”²⁸⁰, o Estádio Municipal de Feira de Santana foi construído. Sua arquitetura, com seus “muros de dois metros de altura”²⁸¹ e seus “quatro majestosos portões”²⁸², e seu “sentimento ilusório de segurança”²⁸³ se confundia com a própria sensação de aprisionamento. Nos reportamos portanto a Foucault quando analisa que “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”²⁸⁴. Organizar um espaço analítico, fechado, que poderia ser devidamente vigiado, aparecia como um princípio para instituir formas de viver o esporte e organizar a cidade, naquele lugar fechado as formas de controle deveriam se dar de forma mais eficaz.

A implantação desse empreendimento como condição para o jogo também compunha os diferentes caminhos pelo qual os equipamentos do *campo esportivo* feirense atuavam na disputa pela implementação da forma legítima de se praticar esporte local. Juntamente com a organização do lugar se organizaria o ludopédio e com eles disciplinaria e hierarquizaria corpos daqueles que o praticava e acompanhava. No estádio era exercido o futebol de uma forma diferente da várzea, diferente da rua de calçamento. O estádio se configuraria no lugar, por excelência, daqueles que executavam a prática do jogo. O monumento, cada vez mais especializado, tinha como objetivo ordenar, dirigentes, juízes torcedores e jogadores. Definir o espaço e a função de cada um no “espetáculo”. Não caberia mais, no gramado de dimensões do maior palco do futebol mundial, jogadores, diretores, árbitros e plateia que não justificassem tal honra.

²⁷⁸ Ibidem, ibidem.

²⁷⁹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

²⁸⁰ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 32.

²⁸¹ Folha do Norte, 02/05/1936, p. 01. MCS/CENEF.

²⁸² Ibidem, ibidem.

²⁸³ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

²⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*, 10ª edição, Petrópolis, vazes, 1987. P. 122.

Por isso, se entre quatro linhas o jornal louvava a atuação de Mario Porto e sua “técnica”, no jogo inaugural do Estádio Municipal²⁸⁵, nas arquibancadas prioridades eram concedidas e hierarquizavam e privilegiavam o acesso a “alguns convidados especiais” durante os eventos esportivos da cidade. No projeto de lei nº 7/53 o texto definia:

Art. 2º - É concedida ao vereadores deste (sic) Município, de pleno direito, entrada livre sem qualquer remuneração no “ESTÁDIO MUNICIPAL”, em competições esportivas festas populares ou não, ali realizadas, desde que façam identificar ou apresentem permanentes fornecidos pelo Executivo Municipal ou pela “Liga de Desportos Terrestres”. Parágrafo Único – Terão acesso ao referido Campo os automóveis particulares de propriedades dos Vereadores. Art. 3º - Ficam extendidas as mesmas vantagens aos Srs. Suplentes, quando em exercício do cargo, e ao diretor da secretaria da Câmara, na conformidade desta Lei, bem assim aos chefes de serviços Municipais...²⁸⁶

Tais benefícios concedidos aos políticos podem ser interpretados de formas diferentes, no entanto complementares. Hilário Franco Junior chamou atenção para “o novo jogo político” no qual “o futebol passava a ser componente de peso” no pós 1945. A política populista continuaria tendo um papel fundamental na forma que a “democracia” se instaurara no Brasil, bem como nas disputas políticas. O Estádio permaneceria espaço de propaganda política, bem como os clubes e as paixões que eles suscitavam. Assim, estar presente nesses jogos poderia influenciar na apresentação desses políticos enquanto figuras públicas preocupadas com determinado “progresso” da cidade que cultivava seus esportes.²⁸⁷

Um aspecto outro, não diametralmente oposto da primeira condução interpretativa, mas de certa forma complementar, era o de que, garantidas as presenças desses sujeitos “qualificava-se” a torcida do jogo. Hierarquizava-se de acordo com o lugar social desses sujeitos, seus cargos políticos, o acesso à praça esportiva; a capacidade de estacionar seus automóveis, outro qualificante que indiciava a condição financeira desses indivíduos que os diferenciavam da “massa” trabalhadora que cada vez mais participava do jogo. Ao mesmo tempo em que essa arquitetura pretendia enquadrar essa “massa” em um espaço pré-definido, às arquibancadas, cujo controle poderia ser aplicado de forma mais efetiva, ela hierarquizava os assistentes das partidas.

O sentido de “integração nacional” e “democracia racial” brasileiro, materializado no futebol, dentre outras coisas, a partir do acesso ao estádio e na composição heterogênea das

²⁸⁵ Folha do Norte, 28/02/1953, p. 01. MCS/CENEF.

²⁸⁶ BRASIL, Feira de Santana. Projeto de lei nº 7/53. A Comissão de legislação em 25/05/53 regula e concede entrada livre no “Estádio Municipal” e dá outras providências. Caixa dos Projetos de Lei de 1948-1954, p.1.

²⁸⁷ FRANCO JR. Hilário. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras. 2007. P. 86.

torcidas pode ser questionado quando nos deparamos com tal benefício aos políticos feirenses. Ação que previa de certo uma organização espacial, em virtude da existência de tribunas especiais para tais sujeitos. Nos estádios, a edificação de arquiteturas, que marcavam lugares e indicavam valores; previam garantir a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos.²⁸⁸

Por outro lado, se a intenção nos discursos deveria preconizar a distribuição dos sujeitos segundo uma lógica racionalista e hierárquica, essa relação pode ser percebida em via de mão dupla. Assim como os outros aspectos do jogo aqui abordados, também a arena do jogo estava sujeita a ressignificações e tensões sobre quem e como ocupa-lo. Dessa forma as respostas a essas “estratégias” de ordenamento e controle se manifestavam de diversas maneiras, não necessariamente como prevista por aqueles que arquitetavam e suas leis, normas e ambientes. Haviam sempre aqueles sujeitos que, mesmo nesses espaços predestinados ao ordenamento, manifestavam-se de outras formas que não as definidas pela própria lógica do lugar. Nem o próprio Estádio Municipal recém inaugurado passou imune:

O prélio entre as equipes do Fluminense e Bahia, os dois melhores times da cidade, realizado na última terça-feira foi cheio de indisciplina e vergonheiras, durante todo seu transcorrer. As cenas censuráveis de que foi palco o Estádio Municipal deve-se a certos jogadores indisciplinados e violentos, aos apostadores e torcedores exaltados uns, e cheios de *oleos* outros, que vão para o campo provocar e estimular as desordens.²⁸⁹

O jornal *Folha do Norte* e mais uma vez seu papel de “tribunal da norma”. Sobre sua competência a intenção de julgar a forma como se desenvolveram os eventos do último jogo acontecido no Estádio Municipal de Feira de Santana, segundo a análise do semanário, “cheio de indisciplina e vergonheiras, durante todo seu transcorrer”.

Não por acaso era citado a arena ao qual as ações de “violência” e “indisciplina” fora citada no texto. Aquele palco que, semanas antes, o mesmo jornal comemorava a edificação, construído em bases e arquitetura moderna, não deveria dar lugar atos como aqueles. Citar o Estádio era, em certa medida, reconhecer a falha dessa arquitetura disciplinar, que previa torcedores e jogadores detidamente ordenados e obedientes as regras de condutas definidas pela instituição. Era, em grande medida, o reconhecimento de fissuras possibilitadas pela prática efetiva do esporte no qual, outras coisas, outros sentidos estavam em jogo para além das regras e das instituições que o dominavam em Feira de Santana.

²⁸⁸ FOUCAULT. Michel. *Vigiar e punir*: Nascimento da prisão, 10ª edição, Petrópolis, vozes, 1987. P. 126.

²⁸⁹ Folha do Norte de 25/04/1953, p.1, MCS/CENEF.

A construção do Estádio do Sobradinho em 1953 apareceu, portanto, como um marco desse processo de implementação do que entendemos como a instituição de um *campo esportivo* em Feira de Santana. Sua edificação materializava, em pedra e ferro, a vontade dos equipamentos, LFDT, Jornal *Folha do Norte* e Poder público municipal, em disputar uma forma legítima do esporte, no qual se definia quem, como, onde, deveria ser praticado o jogo da bola na cidade do interior da Bahia.

Mais do que a data de edificação daquele que mais tarde viria ser o Jóia da Princesa, 1953 representou o último ano em que o futebol feirense era totalmente amador. Depois de três títulos consecutivos do campeonato de amadores promovido pela Liga local o primeiro time do interior da Bahia foi convidado, em 1954, a participar do campeonato baiano de profissionais, antes praticado apenas por times de Salvador. Ele era o Fluminense de Feira de Santana.

O ingresso da equipe feirense entre os profissionais, mesmo não acabando com protagonismo da LFDT enquanto órgão administrativo legal na organização dos esportes locais, transformou em alguma medida a dinâmica futebolística na cidade. Em assuntos de futebol, o Fluminense de Feira e sua participação no campeonato baiano, organizado pela Federação Baiana, passaria a ter um destaque nas matérias do jornal *Folha do Norte* e sua coluna esportiva, em detrimento daquele organizado pela LFDT que mantiveram-se amador.

Com o convite e sua posterior aceitação o Fluminense se desligaria da Liga Local, o que foi discutido inclusive, em reunião anterior ao ingresso da equipe feirense, quando foi cogitada a criação de um “clube representativo” da cidade, para atenuar os danos causados aos outros clubes da liga com o desligamento da equipe local. No entanto, mesmo com a discussão o Fluminense aceitaria o ingresso para “representar as honrosas tradições esportivas de Feira de Santana”²⁹⁰.

A forma com que se conformava o esporte a partir de 1954 indicava uma mudança mais profunda na lógica de com quem seria disputado a legitimidade de definir como deveria ser praticado o futebol. Agora entre os profissionais ampliavam-se as instituições, e com isso, os interesses que estariam em jogo. Também complexificavam-se os espaços de embates e as formas com que se deveriam travar as disputas sobre a forma legal da prática do esporte, que perpassaria inclusiva pela disputa entre identidades interior e capital. Nesse sentido, a introdução de uma equipe local entre os profissionais de Salvador, nos serve enquanto marco para identificarmos uma crise na hegemonia da LFDT, construída e sustentada desde sua

²⁹⁰ SIMAS, Adilson. *A história do Fluminense de Feira*. Feira de Santana, Ba: Iconografica, [1973].P. 25.

fundação em 1942. Com o ingresso do fluminense de Feira de Santana Futebol Clube entre os clubes que participariam da Liga Bahia de Futebol, a instituição feirense agora deparava-se com uma transformação na lógica da disputa pela implementação da forma legítima da prática do jogo da bola em Feira de Santana. O profissionalismo, aquele mesmo que em 1942 era ferrenhamente criticado pelo Sargento Narciso Dias de Andrade, era introduzido no futebol feirense, agora sem questionamento algum, pelo contrário com congratulações.

Tempo extra:

Embora as ciências sociais, em geral, tendam a estigmatizar os temas trabalhados restringindo-os a objetos de pesquisa, temáticas como a do futebol aparecem na contramão desse racionalismo, visto que, antes de tudo ele é paixão. Não se trata, no entanto, de um mero dualismo. Trabalhar o futebol nas ciências sociais, ao nosso ver, demonstra a possibilidade da relação paixão e razão na produção acadêmica. Em grande medida é disso que pretende tratar esse trabalho.

Na pesquisa abordamos a Feira de Santana das décadas de 1940 e 1950 e suas relações sociais. A tentativa de implementação de um poder disciplinar através de discursos de ordenamento para o esporte local a partir da organização de um *Campo esportivo* feirense e as tensões, contendas e fissuras nesse projeto de organização do futebol quando no plano efetivo do jogo jogado.

Como parte de um complexo maior de relações identificamos que, na Feira dos anos 40 e 50 mudanças nos planos econômico, social, cultural, caracterizavam a cidade que se tornava a segundo maior economia e caminhava para ser a segunda maior cidade em população do Estado. O processo de urbanização do centro tomava o cotidiano dos indivíduos com automóveis, marinetes, emissoras de rádio. Era um certo progresso em curso.

A cidade se transformava em diferentes aspectos. O ordenamento que acompanhava as avenidas construídas naqueles tempos, a velocidade e motricidade dos cavalos de concreto e vidro, das informações sonoras via ondas, poderiam ser percebidos também através dos esportes naqueles tempos. A rapidez associada ao bom desempenho motor, característica relacionada as máquinas, eram transpostas a todos que compunham o jogo, sob o nome de técnica, ou educação esportiva. A repetição e o controle de movimentos, muito em voga nas fábricas de produção em série das cidades urbanas, no esporte ganhava o nome de treinamento.

Nacionalmente em curso, uma transformação na dinâmica esportiva brasileira tinha no futebol, que desde o início da década 1920 se popularizava no país, carro chefe de uma política nacionalista. Mais do que isso, o Estado Nacional e seus intelectuais, num contexto de ditadura, criavam equipamentos específicos de organização e controle das atividades esportivas em caráter nacional. Associado ao corpo do atletas e as vitórias nos esportes estava o próprio desenvolvimento do país.

Aproximando novamente as lentes, percebemos que nesse mesmo contexto de transformação e complexificação no que diz respeito a organização dos esportes no Brasil, numa cidade do interior da Bahia também estava em curso mudanças, no que competia a prática de esportes. Em Feira de Santana foi criada a LFDT em 1942, menos de um ano após a criação do CND, o que, significou a formação de um *Campo esportivo* na cidade, bem como uma interação entre as iniciativas da política desportiva nacional e a feirense.

A criação de um *campo esportivo* significou a organização de equipamentos que, de forma sistematizada, pensavam a respeito dos esportes e propunham, através de suas leis, formas específicas de sua gestão. Quando, como e onde deveriam ser praticados; sobre quais regulamentos deveria ser jogado; quais seriam as punições. Sobre esses equipamentos do *campo esportivo* deveria ser identificado o poder e a responsabilidade de legislar, julgar e punir. Nos equipamentos de produção de discursos, nas instituições do *campo esportivo feirense*, era produzido um corpo de significados e práticas que deveriam conferir ao jogo limites, regras cujos princípios insidiam diretamente sobre corpos, espaços, tempos.

No entanto, ao nos depararmos com a aplicação dessas normas e seus significados, identificamos tensões, disputas, e reformulações dos sentidos para a prática do jogo. Percebemos que os princípios defendidos pela LFDT, *Folha do Norte* e leis municipais, não eram absorvidas de forma linear por aqueles que vivenciavam o jogo da bola em Feira de Santana. Pelo contrário, identificamos que essas irrupções discursivas ordenadoras do futebol, desde o início foram atravessadas por conflitos. Seja pelos dominantes quando, na intenção de silenciar maneiras outras de vivenciar o jogo, criaram a própria LFDT, cujo objetivo, dentre outras coisas, fora encobrir o futebol das ruas, que segundo o jornal, “enfejava” a urbe. Seja por aqueles jogadores e torcedores que, apaixonados e identificados com um time específico, descontentes com derrotas, agonizantes por erros de arbitragem, deixavam de lado os princípios de civilidade pregados pelas matérias e regulamentos, e tinham na violência uma cartada possível, muitas vezes efetivada.

Ao pesquisarmos, identificamos que as contradições da implementação desse poder disciplinar apareciam em diversos momentos e com diversas caras. Se o futebol servia para exportar um progresso pelo qual Feira de Santana estava a caminho, jogadores brigavam nas cidades vizinhas, ou no próprio campeonato local organizado pela Liga. Se aos juizes de futebol era imbuído o papel de ordenar e disciplinar o jogo, eles mesmos eram culpados, nos jornais, de não terem condição, pulso, para conduzir determinadas partidas, e eram responsabilizados pelo mal andamento do jogo. Se um estádio foi construído sob o argumento da boa prática do esporte, ele próprio e os sujeitos que o frequentava o enchia de contradições.

O espaço racionalmente pensado para ordenar jogadores, torcedores, comissão técnica, era ressignificado em meio a uma peleja acirrada, ou até mesmo na vitória e conquista de um título, quando torcedores, assim como nas várzeas, tentavam e, muitas vezes conseguiam, invadir o campo.

Ao nos depararmos com essas ações percebemos que as lutas do jogo da bola estão para além das quatro linhas, estão para além de um time que vence e de outro que perde, ela está presente na vida cotidiana daqueles fascinados pelo jogo. Mas, que assim como no jogo, na história e na vida existe o imponderado, o drible, uma outra forma de vivenciar nossas experiências.

Como diria uma certa professora, pesquisa não tem fim, tem prazo. Portanto, cumprimos o prazo da entrega desse trabalho. No entanto, assim como um jogo de futebol esperamos que essa pesquisa não deva se esgotar nela própria, ela precisa ter sempre sua segunda-feira. As segundas-feiras, para os amantes do futebol, representam o momento da “resenha”, das conversas nas esquinas, nos bares, nos trabalhos, nas escolas sobre a rodada esportiva do domingo. Sobretudo, esse dia significa debate, questionamentos, momento de dizer onde, como e quando o técnico do seu time errou ou acertou, momento de avaliar os jogadores e suas atuações, a final de contas, nas segundas-feiras somos todos especialistas, técnicos, dirigentes e jogadores. O fascinante desse jogo é que não se esgota em apenas 90 minutos, sempre tem um tempo extra.

FONTES

1 - JORNAIS E REVISTAS:

1.1 - Museu Casa do Sertão:

Folha do Norte, 1922-1953.

Revista Panorama da Bahia. Feira de Santana, Ba: Bahia Artes Gráficas, 1983-1984.

Revista serpentina – nº1.

2 - DOCUMENTOS DO ESTADO:

2.1 - Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana:

Projetos de Lei 1947-1953. Caixas 01-05.

2.2 - Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses:

Decreto Lei número 1 de 29 de dezembro de 1937 (Código de Posturas).

2.3 – Arquivo da União:

Decreto-Lei nº 3119, de 14 de abril de 1941. Lei de criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm

3 - ESTATÍSTICAS:

Anuário Estatístico do Brasil, 1981, IBGE. In AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercília M. F. *Política e sociedade no Brasil (1930-64)*. São Paulo, SP: Annablume. 2002.

Anuário Estatístico de Feira de Santana. Vol. 2. Feira de Santana: CDL, 2000.

ACERVO VIRTUAL:

¹Blog do jornalista Lúcio de Castro. O fim da escravidão no Brasil e as arenas 2014. Disponível em: http://espn.uol.com.br/post/193809_o-fim-da-escravidao-no-brasil-e-as-arenas-de-2014. Acessado em: 25/04/2015.

4 - LIVROS:

4.1 - Biografias e memórias:

BOAVENTURA, Alberto Alves. *Cronifatos* – Feira de Santana, 1983.

DAMIÃO, Oscar. *Dicionário personativo, histórico e geográfico da Feira de Santana*. Feira de Santana, BA: Edição do Autor, 1998

FALCÃO, Adnil Dias. *Olhares sobre Newton Falcão*. Salvador: IDEA Design, 2008.

FALCÃO, João. *A vida de João Marinho Falcão: vitória do trabalho e da honra*. Brasília: Pax, 1993.

SIMAS, Adilson. *A história do Fluminense de Feira*. Feira de Santana, Ba: Iconografica, [1973].

BIBLIOGRAFIA E TEXTOS

ANTUNES, Fátima Martin (1992). *Futebol de Fábrica em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH-USP

ANTUNES, Fátima Martins Rodrigues Ferreira. “*Com brasileiro não há quem possa!*” – Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito da história*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In Walter Benjamin - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORELLI, Viviane. *O esporte como uma construção específica no campo jornalístico*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002.

BOSCHILIA, Bruno. *Futebol e violência em campo: análise das interdependências entre árbitros, regras e instituições esportivas*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. 2008.

BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”, in: *Questões de Sociologia*. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed, Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

CAFÉ, Lucas Santos. *Dos Simpaticíssimos aos incivilizados: A formação de um cenário futebolístico na cidade de Salvador (1895-1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2013.

CAMPOS, Flavio de. *Arquitetura da exclusão: apontamentos para a inquietação com o conforto*. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 9. ed Petropolis: Vozes, 2009,

COIMBRA, Cecilia Maria Bouças e NASCIMENTO, Maria Livia do. *O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias*. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2001, vol.17, n.3, pp. 245-248. ISSN 0102-3772. Encontrada em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n3/8814.pdf>

CORREA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

COSTA, Maurício da Silva Drumond. *Os Gramados do Catete: Futebol e Política na Era Vargas*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.

CRUZ, Rossini. da. *A integração de Feira de Santana (Ba) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional*. São Paulo: Unicamp (Tese de Doutorado), 1999.

DA MATTA, Roberto (Org.) *Universo do futebol*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

ELIAS, Norbert ; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

FILHO, João Lyra. *Introdução a Sociologia dos Desportos*. Bloch Editora, Rio de Janeiro, GB. 1973.

FLORENZANO, Jose Paulo. *Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro*. São Paulo, SP: Musa, c1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*, 10ª edição, Petrópolis, vozes, 1987.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: Futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influencia da industrialização 1970 - 1996*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. 1998.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo: Poder disciplinar*. Revista Kairós, São Paulo, Caderno Temático 6, dez. 2009.

HOLANDA, Bernardo Buarque de. *O fim do Estádio-nação? Notas sobre a construção e a remodelagem do Maracanã para a Copa de 2014*. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014.

LINS, Rafael Q. A. *A cidade ferve e o bicho espreita: dominantes e a política em Feira de Santana*. Dissertação de Mestrado, UEFS, Feira de Santana (BA), 2014.

LOPES, Jose Sergio Leite. *Classe, Etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro*. In: SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre.; BATALHA, Claudio H. M.,. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdiano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas*. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e praticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife, PE, 2008. 220f. Tese (Doutorado em Historia) - Universidade Federal de Pernanbuco, Centro de Filosofia Ciencias Humanas, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2011.

PARADA, Maurício. *Corpos Físicos como Corpos Cívicos: Práticas Desportivas e Educação física no Brasil sob o Estado Novo*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro: 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Luiz Carlos. *O futebol no campo afetivo da história*. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p.99-111, setembro/dezembro de 2004.

RODRIGUES FILHO, Mário. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Petrópolis: Firmo. 1994.

RODRIGUES FILHO, Mario. *O Sapo de Arubinha: os anos de sonho do futebol brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. *Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004.

RODRIGUES, Nelson. Organização: Sonia Rodrigues. *Brasil em campo*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012.

ROSENFELD, Anatol. *Negro, macumba e futebol*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

SANTOS FILHO, José Eliomar dos. *Memórias da Fonte Nova: a construção e inauguração em 1951 sob o olhar de jornais da época*. Publicado em Revista eletrônica discente história.com Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Centro de Artes, humanidades e Letras. Volume 2. Número 4. 2014.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. *Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

SANTOS NETO. José Moraes dos. *Primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SANTOS, Henrique Sena dos. *Pugnas Renhidas: futebol, cultura e sociedade em Salvador (1910-1924)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

SANTOS, Tiago Leal dos. *Discurso jornalístico em mídia impressa e formação ideológica: a responsabilidade do remetente no processo comunicativo*. Periódico de Divulgação Científica da FALS Ano IV - Nº VII- Jan/Abr 2010 - ISSN 1982-646X.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. (Organizadores). *Memória social dos esportes. Futebol e Política: A Construção de uma Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. Cidade esportiva/cidade das letras. In: CAMPOS, Flávio de. ALFONSI, Daniela. *Futebol objeto das ciências humanas*. São Paulo: Leya, 2014.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo!: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo, SP: Annablume, 2008.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo. 2000.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

WISNIK, Jose Miguel. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo , SP: Companhia das Letras, 2008.